



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU/RJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DECISÃO DOS RECURSOS
(INFRARRELACIONADOS)

I
DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos infrarrelacionados concorrentes ao Concurso Público de Provas, destinado ao preenchimento de vagas do quadro de servidores da Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS e formação de cadastro de reserva, que insurgem contra a publicação do gabarito preliminar, conforme disposto no **EDITAL Nº 01/SEMAS/2024 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2024**.

RECURSOS INTERPOSTOS À COMISSÃO EXAMINADORA

Inscrição	Nome	Cargo
562013291	Adilaine Abranches Moreira	Agente Administrativo III
562030426	Alessandra Gomes Dos Santos	Agente Administrativo III
562023534	Alexander Canust Dos Santos	Agente Administrativo III
562011507	Alexander Jefferson Dos Santos Gomes	Agente Administrativo III
562011872	Alliny Oliveira Endlich	Agente Administrativo III
562015636	Altair Cabral Junior	Agente Administrativo III
562012500	Amanda De Oliveira Silva	Agente Administrativo III
562030825	Amanda Tavares De Andrade	Agente Administrativo III
562002374	Ana Beatriz Silva Borges	Agente Administrativo III
562001045	Ana Cláudia Da Conceição Gonçalves	Agente Administrativo III
562018813	Ana Paula Tasse Dos Santos	Agente Administrativo III
562000505	André Lima Vicente	Agente Administrativo III
562004936	Andrey De Castro Reis	Agente Administrativo III
562011443	Arthur Lucas Moura Lopes	Agente Administrativo III
562001386	Asaf De Freitas Massaneiro	Agente Administrativo III
562010203	Ayra Siqueira Dos Santos Villaça	Agente Administrativo III
562007231	Bárbara Carolina Xavier Fernandes	Agente Administrativo III
562021175	Beatriz Kelly Silva De Melo	Agente Administrativo III
562015761	Beatriz Lopes De Lima	Agente Administrativo III

562020837	Beatriz Souza De Almeida	Agente Administrativo III
562003974	Benilton Paulo Santana Do Espirito Santo	Agente Administrativo III
562028719	Bernardo Nascimento Da Rocha	Agente Administrativo III
562022167	Bianca Rodrigues Dos Santos De Andrade Silva	Agente Administrativo III
562018065	Camila Alves Vasconcelos	Agente Administrativo III
562013279	Carla Cristina De Sousa Aires	Agente Administrativo III
562026229	Carla Gomes De Sousa	Agente Administrativo III
562032724	Carlos Eduardo Dias De Barros	Agente Administrativo III
562025652	Carlos Eduardo Mota Rocha	Agente Administrativo III
562006042	Carlos Marcondes Santos Da Silva	Agente Administrativo III
562024925	Carlos Matheus Carvalho Nascimento	Agente Administrativo III
562021184	Carlos Renato Medeiros Sá Freire	Agente Administrativo III
562011452	Carlos Wagner Dias Vieira	Agente Administrativo III
562011211	Cintia Jesuino Alves Dos Santos	Agente Administrativo III
562026164	Claudia Martins Graça Santos	Agente Administrativo III
562000638	Cláudio De Jesus Pinto Santos	Agente Administrativo III
562000394	Cristian Carvalho De Almeida Calixto	Agente Administrativo III
562029135	Dalton Gomes Pereira	Agente Administrativo III
562017527	Daniel De Souza Oliveira	Agente Administrativo III
562008207	Daniel Farias Valentim Dos Santos Gomes	Agente Administrativo III
562006694	Daniel Silva Dos Santos	Agente Administrativo III
562008818	Daniele De Oliveira Caze	Agente Administrativo III
562011669	Daniele Santos De Melo	Agente Administrativo III
562007272	Danilo Wanderley Freitas	Agente Administrativo III
562026181	David Bispo Da Silva Marinho	Agente Administrativo III
562006939	David Siqueira Da Silva	Agente Administrativo III
562024133	Dayvison Da Silva Vidal	Agente Administrativo III
562006272	Diego Santos De Oliveira	Agente Administrativo III
562002145	Diogo Ferreira De Abreu	Agente Administrativo III
562032005	Douglas Barros De Santana	Agente Administrativo III
562019540	Douglas Fernandes De Andrade	Agente Administrativo III
562007499	Douglas Nunes Alves	Agente Administrativo III
562003358	Edna Mendes de Lima	Agente Administrativo III
562003790	Eduardo Alexandre Régis	Agente Administrativo III
562004071	Eduardo De Souza Moraes Leonardo	Agente Administrativo III
562029147	Eduardo Lopes Viana	Agente Administrativo III
562026249	Eduardus Da Silveira Silveires	Agente Administrativo III
562008410	Edvan Cesar Santos Da Fonseca	Agente Administrativo III
562025490	Elenice Mesquita Cunha	Agente Administrativo III
562000241	Ellen Da Silva Porto	Agente Administrativo III
562018527	Ellen De Moraes Dos Santos	Agente Administrativo III
562023914	Emily Cestaglio De Souza	Agente Administrativo III
562023717	Fabio Machado	Agente Administrativo III
562007329	Fabricio Costa Da Silva	Agente Administrativo III
562013039	Felipe Lacerda De Souza	Agente Administrativo III

562007534	Fernanda Do Nascimento Correa	Agente Administrativo III
562012907	Fernando Ferreira Lourenço	Agente Administrativo III
562000337	Flavia Alves De Sena	Agente Administrativo III
562003681	Flavia Da Silva Santos	Agente Administrativo III
562000777	Flavio De Souza	Agente Administrativo III
562010678	Flavio Gomes Rodrigues	Agente Administrativo III
562015917	Francielle Caldeira De Souza	Agente Administrativo III
562011986	Gabriel De Souza Aguiar	Agente Administrativo III
562021998	Gabriel Duarte Moore	Agente Administrativo III
562000814	Gabriel Moreira Sant Ana	Agente Administrativo III
562009591	Gabriela Oliveira Da Silva	Agente Administrativo III
562016671	Gisele Da Penha Manhães Monteiro Hardoim	Agente Administrativo III
562006863	Gisele Ramos Rosa Pereira	Agente Administrativo III
562018146	Giullia Azevedo Gonzaga	Agente Administrativo III
562024275	Gustavo Jaconias Pereira Gois	Agente Administrativo III
562017951	Haira Corrêa Dos Santos Vasconcellos	Agente Administrativo III
562029754	Henrique Renan Ribeiro De Luna	Agente Administrativo III
562003020	Hosana Calazans Silva	Agente Administrativo III
562025522	Igor Martins Andrade	Agente Administrativo III
562018415	Igor Passos Gama De Brito	Agente Administrativo III
562003379	Igor Sean Xavier Fernandes	Agente Administrativo III
562024539	Ilgner José Torquato Maria	Agente Administrativo III
562018105	Isaac Santos De Souza	Agente Administrativo III
562024168	Isabela Dantas De Mendonça Salazar	Agente Administrativo III
562004753	Isabella Da Silva Castro	Agente Administrativo III
562008648	Isadora Mascarenhas De Freitas	Agente Administrativo III
562018356	Jamile De Araujo Vieira De Azeredo	Agente Administrativo III
562006283	Jennifer Elias Calixto	Agente Administrativo III
562027709	Jéssica Dos Santos Dias	Agente Administrativo III
562011436	Jéssica Taveira Gonçalves	Agente Administrativo III
562026937	Jéssica Vieira Ramos	Agente Administrativo III
562021555	João Luccas Da Costa Machado	Agente Administrativo III
562009307	João Victor Vital Gonçalves Pereira	Agente Administrativo III
562004681	João Vitor Medeiros De Mesquita	Agente Administrativo III
562023623	Joice Santos Monteiro	Agente Administrativo III
562002735	Jonathan Arsenio Borges	Agente Administrativo III
562001606	Jorge Thiago Fernandes Fontenelle	Agente Administrativo III
562015646	Jose Carlos Ribeiro De Oliveira Junior	Agente Administrativo III
562031874	José Ricardo Da Silva Junior	Agente Administrativo III
562000682	Joselia Torquato De Lima	Agente Administrativo III
562022466	Josue Ribeiro Ventura	Agente Administrativo III
562002873	Josué Vieira Dos Santos	Agente Administrativo III
562013628	Juliana Ferreira Honorato	Agente Administrativo III
562020112	Juliana Santos Macedo De Lima	Agente Administrativo III
562019052	Julienne Owondo	Agente Administrativo III

562015687	Julio Cesar Fernandes Souza Olmo	Agente Administrativo III
562001160	Julio Cesar Santos Costa	Agente Administrativo III
562017173	Julio Cezar Freire Leal	Agente Administrativo III
562022232	Karen Ferreira Da Silva Marques	Agente Administrativo III
562000149	Karine De Mattos Cordeiro Cruz	Agente Administrativo III
562020989	Karla De Freitas Nascimento Passos	Agente Administrativo III
562009340	Lais Gomes Da Silva	Agente Administrativo III
562028568	Leandro Carvalho Lima	Agente Administrativo III
562010010	Leandro De Andrade Pimentel	Agente Administrativo III
562000387	Leandro Souza Moret	Agente Administrativo III
562031869	Leonardo Bruno De Souza Silva	Agente Administrativo III
562011875	Letícia Bittencourt Do Nascimento	Agente Administrativo III
562003896	Lívia Maris Fernandes Ramos	Agente Administrativo III
562008426	Louise De Almeida Fernandes	Agente Administrativo III
562013722	Luan De Oliveira Nascimento Da Rosa	Agente Administrativo III
562027247	Luan Dos Santos Lima Oliveira	Agente Administrativo III
562016429	Luan Ricardo Figueiredo De Oliveira	Agente Administrativo III
562000157	Lucas Carvalho Da Silva	Agente Administrativo III
562026956	Lucas Dos Santos Oliveira	Agente Administrativo III
562009070	Lucas Silva Barbosa	Agente Administrativo III
562017090	Lucilene Da Silva Eugenio	Agente Administrativo III
562023105	Luis Carlos Do Nascimento Vargas	Agente Administrativo III
562005975	Luis Felipe Barbosa De Almeida	Agente Administrativo III
562025948	Luís Gustavo Braz Da Silva	Agente Administrativo III
562025305	Luiz Felipe Barros Vilaça	Agente Administrativo III
562020418	Maicon Da Silva Dos Santos	Agente Administrativo III
562023533	Marcelle Regina Monteiro Aguiar	Agente Administrativo III
562026115	Marcio Alexandre Moreno	Agente Administrativo III
562007658	Márcio Marlon Szapowal Dos Santos	Agente Administrativo III
562028095	Marcio Silva Dos Santos	Agente Administrativo III
562022204	Marcos Felipe Silva Virginio	Agente Administrativo III
562019950	Marcos Paulo Dos Anjos Mendanha	Agente Administrativo III
562012791	Marcus Vinicius Sperandio De Brito Rodrigues	Agente Administrativo III
562011287	Maria Eduarda Lima De Oliveira	Agente Administrativo III
562008636	Maria Eduarda Noronha Inocência Rocha	Agente Administrativo III
562005402	Maria Helena Anibal Ferreira	Agente Administrativo III
562011190	Maria Neildes De Souza Leal	Agente Administrativo III
562009704	Mariana Dos Santos Rocha	Agente Administrativo III
562005487	Mateus Evangelista Linhares	Agente Administrativo III
562014894	Matheus Lopes Meireles	Agente Administrativo III
562013530	Matheus Maia	Agente Administrativo III
562016601	Matheus Moraes Da Silva	Agente Administrativo III
562006835	Matheus Moura Batista	Agente Administrativo III
562017025	Mathias De Souza Valente Neto	Agente Administrativo III
562011873	Mellissa De Souza Gouvea Da Silva	Agente Administrativo III

562013643	Merilin Oliveira Dos Santos Gonçalves	Agente Administrativo III
562000840	Michele Aldo De Oliveira	Agente Administrativo III
562028141	Mônica De Fátima Machado	Agente Administrativo III
562000112	Nádia Izidio Monteiro	Agente Administrativo III
562020082	Natália Paiva De Souza Davies	Agente Administrativo III
562001242	Natália Sinesio Da Silva	Agente Administrativo III
562028709	Nathasha Liliana Hernandez	Agente Administrativo III
562024886	Oséas Pereira Lima	Agente Administrativo III
562023097	Pamela Raiane Lino Barcelar Da Silva	Agente Administrativo III
562019723	Patrick Da Silva Vitorino	Agente Administrativo III
562004887	Paulo Eduardo Da Silva Gonçalves	Agente Administrativo III
562002184	Paulo Henrique Mendes Da Cunha	Agente Administrativo III
562012317	Pedro Bruno Duarte Gomes	Agente Administrativo III
562014823	Pedro De Oliveira Martins	Agente Administrativo III
562004975	Pedro Henrique Egydio De Mello	Agente Administrativo III
562000248	Pedro Ormino Dias	Agente Administrativo III
562015109	Priscila Lima De Meneses	Agente Administrativo III
562009518	Rafael Dos Santos Nascimento	Agente Administrativo III
562011025	Raphael Ribeiro Da Cunha Asta	Agente Administrativo III
562011933	Rayana Flores Xavier Martins	Agente Administrativo III
562023192	Regian De Barros Albuquerque	Agente Administrativo III
562026921	Renan Batista Correia Pereira	Agente Administrativo III
562005987	Renan Dos Santos Brito	Agente Administrativo III
562032462	Renan Rocha Dassumpção	Agente Administrativo III
562011522	Rianne Sodré Martins	Agente Administrativo III
562022134	Ricardo Da Silva Barboza	Agente Administrativo III
562012952	Rodrigo De Azevedo Ferreira	Agente Administrativo III
562017185	Rodrigo Dias De Carvalho Do Nascimento	Agente Administrativo III
562008929	Rodrigo Lima De França	Agente Administrativo III
562023972	Rosenilton Alves Da Silva	Agente Administrativo III
562031183	Rosineide Henrique Da Silva	Agente Administrativo III
562004295	Sabrina Fidelis Moreno	Agente Administrativo III
562021748	Samuel Pereira De Oliveira Silva	Agente Administrativo III
562031937	Sandra De Oliveira Pinheiro	Agente Administrativo III
562029367	Sandro De Alcântara Barbosa	Agente Administrativo III
562022864	Sarah De Sousa Mariano	Agente Administrativo III
562008108	Sérgio Dos Santos Paulo	Agente Administrativo III
562027597	Shirlei Oliveira Gonzaga	Agente Administrativo III
562004186	Suzana Lima Tomasovszky	Agente Administrativo III
562000361	Tamires Dias De Sousa	Agente Administrativo III
562019098	Tamires Dos Santos Barbosa	Agente Administrativo III
562026093	Tammires Campos Da Silva Meireles	Agente Administrativo III
562005345	Tatiana Teixeira Da Silva	Agente Administrativo III
562004397	Thaiane Cristina Da Silva Simões	Agente Administrativo III
562002195	Thaís Alves Ferreira Bruno	Agente Administrativo III

562009684	Thais De Almeida Santos	Agente Administrativo III
562024514	Thaisa De Salles Souza	Agente Administrativo III
562005672	Thamires Vitória Gonçalves	Agente Administrativo III
562023431	Vagner Almeida De Mesquita Júnior	Agente Administrativo III
562019895	Vanessa Do Espirito Santo Da Silva	Agente Administrativo III
562010427	Vinicius Viana De Souza	Agente Administrativo III
562023768	Vivian Silva De Souza	Agente Administrativo III
562004156	Wagner Leandro Rabello Junior	Agente Administrativo III
562008444	Walasse Santos Rocha	Agente Administrativo III
562025152	Wallace Henrique De Oliveira Chagas Loredó	Agente Administrativo III
562007098	Wesley Bezerra Guedes	Agente Administrativo III
562013717	Williams Moreira Dos Santos	Agente Administrativo III
562028070	Willian Amado Rodrigues	Agente Administrativo III
562024048	Wilton Gomes Da Silva Neto	Agente Administrativo III
562001300	Yago Graco Mendonça Farias	Agente Administrativo III
562031035	Yve Santana De Almeida	Agente Administrativo III
562011240	Ágatha Rayane Dos Santos Domingos	Agente Educacional III
562003769	Ana Paula Da Silva Leonardo Dias Carmo	Agente Educacional III
562000360	Angela Vitória Tardy De Aguiar	Agente Educacional III
562024588	Camila Pereira Da Silva	Agente Educacional III
562014364	Deize Cavalcante Ramos Leitão	Agente Educacional III
562010600	Hugo Hamilton Da Silva	Agente Educacional III
562030831	Isabelle Francine Morávia Da Cruz Proença	Agente Educacional III
562000411	Isis Cristina De Lima Cota	Agente Educacional III
562013605	Jaqueline Henriques Pereira Lira	Agente Educacional III
562024147	Larissa Oliveira Silva De Souza	Agente Educacional III
562016612	Marcelo Luiz Fernandes Pimenta	Agente Educacional III
562007943	Maria De Lourdes Dos Santos Pereira	Agente Educacional III
562023144	Mirelle Santana Mauricio	Agente Educacional III
562003956	Nathália Ferreira Nunes	Agente Educacional III
562026287	Rávila Helen De Oliveira Pinto Margarida	Agente Educacional III
562003738	Renata Cristina Santos De Souza	Agente Educacional III
562029444	Thales Lopes Peixoto	Agente Educacional III
562002658	Yasmim Gomes Pinto Pinheiro	Agente Educacional III
562019792	Adriana Cerqueira	Assistente Social III
562004816	Adriana Elias Gomes	Assistente Social III
562014499	Amanda Caroline De Souza Alves	Assistente Social III
562019264	Ana Beatriz Fonseca Da Silveira	Assistente Social III
562000663	Ana Carolina Lima Silva De Barros	Assistente Social III
562022330	Ana Claudia Souza Gomes	Assistente Social III
562017300	Ana Cristina Pinheiro Ramos De Oliveira	Assistente Social III
562012108	Ana Paula De Souza Marques Oliveira	Assistente Social III
562012108	Ana Paula De Souza Marques Oliveira	Assistente Social III
562005157	Andréia Rodrigues Tissi De Souza	Assistente Social III
562014313	Angela Carvalho Da Silva De Castro	Assistente Social III

562011745	Barbara Nicodemos Martins	Assistente Social III
562000695	Bárbara Nonato Da Silva Marinho	Assistente Social III
562012156	Brenda Hillery Cecilia Saraiva Silva Alves	Assistente Social III
562005083	Carla Alves Wirz	Assistente Social III
562007239	Catia Barbosa Da Silva Macedo	Assistente Social III
562016141	Claudia Bento De Almeida Lima	Assistente Social III
562008125	Claudia Cristina Praxedes De Farias	Assistente Social III
562005514	Claudia Fernandes De Carvalho	Assistente Social III
562009980	Cristiane Alves De Almeida Peixoto	Assistente Social III
562001032	Cristiane Coelho Furriel	Assistente Social III
562008676	Daniele De Souza Lino Frederico	Assistente Social III
562016182	Daniele Miranda Ribeiro Da Silva	Assistente Social III
562014266	Deborah Amorim	Assistente Social III
562007711	Edgard Pinto Guimares	Assistente Social III
562022731	Edileuza Patriota Silva	Assistente Social III
562019830	Elaine Cristina Locan	Assistente Social III
562008911	Elaine Da Silva Morad	Assistente Social III
562001201	Fabiana Negri Santiago Adão	Assistente Social III
562021833	Felipe De Oliveira Gouveia	Assistente Social III
562009268	Fernanda Angélica Albuquerque Da Silva	Assistente Social III
562013789	Flávia Martins Bragança	Assistente Social III
562019623	Franciane Barreto Dos Santos	Assistente Social III
562026822	Gabriela Maxinni Souza Dos Santos	Assistente Social III
562007520	Gabriella Da Cruz Vieira Barbosa	Assistente Social III
562007413	Geane Aline Oliveira Dos Santos	Assistente Social III
562016679	Gessica Menezes Palacio Gonçalves	Assistente Social III
562007245	Hamilton Silva De Moura	Assistente Social III
562014057	Helena Tedeschi Rondon De Souza	Assistente Social III
562025175	Hosana Santos De Oliveira Araújo	Assistente Social III
562000703	Isabelly Andrade De Oliveira	Assistente Social III
562019373	Izabella Dos Santos Ramos Becker	Assistente Social III
562013904	Jacqueline Xavier De Andrade	Assistente Social III
562007857	Jenyfer Barcelos Dos Santos	Assistente Social III
562000130	Jessica Pires De Almeida	Assistente Social III
562009163	Jéssyca Martins Soares	Assistente Social III
562010277	Jorge Dellano Rodrigues Ferreira	Assistente Social III
562024408	José Roberto Da Silva	Assistente Social III
562016516	Laiany Oliveira Dos Santos Do Nascimento	Assistente Social III
562015554	Larissa Da Costa Vale	Assistente Social III
562020067	Larissa Moraes Freire De Maria	Assistente Social III
562023548	Layo Soares Verdan Farias	Assistente Social III
562001036	Livia Mattos De Vasconcellos	Assistente Social III
562008684	Lohran Santos Da Conceição Machado Guia	Assistente Social III
562000732	Lucimar Da Silva Moura Gomes	Assistente Social III
562015691	Maíra Bastos Nascimento	Assistente Social III

562011594	Marcela Barreto Messias	Assistente Social III
562022788	Márcia Nely De Oliveira Bomfim	Assistente Social III
562020007	Maria Taíde Soares Da Silva	Assistente Social III
562019890	Mariana Oliveira Dos Santos	Assistente Social III
562002610	Matteus Passos Barreto	Assistente Social III
562002321	Michelle Fonte Da Silva Cabral	Assistente Social III
562008058	Michelle Mota Salgado	Assistente Social III
562026122	Naiara Franco Ferreira	Assistente Social III
562000647	Pedro Silva De Oliveira	Assistente Social III
562023664	Penélope Gomes Mora Cortés	Assistente Social III
562011515	Priscila Aparecida Da Silva	Assistente Social III
562009077	Priscila Brito Nascimento	Assistente Social III
562010244	Priscila Francisco Da Silva	Assistente Social III
562000239	Rafaela Cristina Saldanha Dos Santos	Assistente Social III
562010374	Rayanne Elisabete Da Silva Diogo	Assistente Social III
562017937	Renata Rodrigues Sardella Sobrinho	Assistente Social III
562014559	Renata Vaz	Assistente Social III
562022472	Rovena Salles Silva Souza	Assistente Social III
562003268	Sabrina Da Conceição Brites Alves	Assistente Social III
562024296	Sabrina Machado Da Silva	Assistente Social III
562012341	Sandra Kátia Ozório Dos Santos Jacintho	Assistente Social III
562000104	Silvonete Furtado Paz	Assistente Social III
562008235	Sylvia Thalita Duarte De Souza Fernandes	Assistente Social III
562006251	Thaiene Roberta Barbosa Da Silva Lubarino	Assistente Social III
562001183	Thaís De Almeida Braga Gonçalves	Assistente Social III
562021669	Thais Dias De Souza Moratti	Assistente Social III
562024077	Thaís Souza Macello	Assistente Social III
562013688	Thayssa Hardy Da Cunha	Assistente Social III
562025795	Thiago Gonzaga Da Fonseca	Assistente Social III
562019512	Vanderlei Cardoso Da Rocha	Assistente Social III
562001296	Vanusa Ferreira Freitas	Assistente Social III
562015536	Yasmin Roubert Correia	Assistente Social III
562001782	Andreia Moura Gomes Montenegro	Auxiliar Administrativo III
562003232	Camila Redaelli	Auxiliar Administrativo III
562008205	Cátia Adriana Magester Santana	Auxiliar Administrativo III
562024456	Cristian Carvalho De Almeida Calixto	Auxiliar Administrativo III
562030766	Cristiane Almeida De Souza	Auxiliar Administrativo III
562016149	Danilo Wanderley Freitas	Auxiliar Administrativo III
562004073	Eduardo De Souza Moraes Leonardo	Auxiliar Administrativo III
562007325	Fabricio Costa Da Silva	Auxiliar Administrativo III
562000352	Flavia Alves De Sena	Auxiliar Administrativo III
562013600	Gabriel Batista De Souza	Auxiliar Administrativo III
562020383	Gabriel Rocha Gonçalves	Auxiliar Administrativo III
562018027	Gabriela Oliveira Pinheiro Benedito	Auxiliar Administrativo III
562020658	George Jose Da Paixao Araujo	Auxiliar Administrativo III

562012981	Ianca Alvares Ribeiro Coutinho Padrão	Auxiliar Administrativo III
562006624	Iuri De Lima Carneiro	Auxiliar Administrativo III
562016143	Jéssica Kristinny Soares Nascimento	Auxiliar Administrativo III
562011439	Jéssica Taveira Gonçalves	Auxiliar Administrativo III
562019055	Julienne Owondo	Auxiliar Administrativo III
562028585	Leandro Carvalho Lima	Auxiliar Administrativo III
562007727	Luana Costa Da Cruz Machado	Auxiliar Administrativo III
562010560	Luana De Almeida Diniz Nogueira	Auxiliar Administrativo III
562012116	Maria Eduarda Sarmento Pereira	Auxiliar Administrativo III
562011191	Maria Neildes De Souza Leal	Auxiliar Administrativo III
562003037	Patrick Peterson Monteiro Bourguignon Leite	Auxiliar Administrativo III
562023885	Rafael Costa De Castro	Auxiliar Administrativo III
562011027	Raphael Ribeiro Da Cunha Asta	Auxiliar Administrativo III
562005276	Renata Lucia Da Silva Guimarães	Auxiliar Administrativo III
562016261	Ricardo Correia Gomes	Auxiliar Administrativo III
562020772	Solange Ramos Da Silva	Auxiliar Administrativo III
562009109	Thainá Bastos Nascimento	Auxiliar Administrativo III
562024629	Vanessa Barros De Andrade	Auxiliar Administrativo III
562029561	Vanessa Rodrigues Da Silva	Auxiliar Administrativo III
562023769	Vivian Silva De Souza	Auxiliar Administrativo III
562022680	Wanderson Barros De Andrade	Auxiliar Administrativo III
562028074	Willian Amado Rodrigues	Auxiliar Administrativo III
562011622	Adelson Faria Jacinto	Auxiliar de Serviços Gerais II
562010418	Alessandra Pontes Araujo	Auxiliar de Serviços Gerais II
562011309	Alexandre Pereira Coelho	Auxiliar de Serviços Gerais II
562013136	Amanda Santana Dos Santos De Araujo Gomes	Auxiliar de Serviços Gerais II
562002906	Ana Maria Correia De Lima Souza	Auxiliar de Serviços Gerais II
562008345	Anderson Cruz Da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais II
562005908	Andrea Gomes Machado	Auxiliar de Serviços Gerais II
562022041	Beatriz Ferreira Nascimento	Auxiliar de Serviços Gerais II
562023682	Bruna Paula Do Nascimento Ormonde	Auxiliar de Serviços Gerais II
562004012	Caroline Venceslau Gama	Auxiliar de Serviços Gerais II
562030694	Catia Rodrigues De Souza	Auxiliar de Serviços Gerais II
562015096	Claudete De Oliveira Matos	Auxiliar de Serviços Gerais II
562010784	Davi Gabriel Soeiro De Medeiros	Auxiliar de Serviços Gerais II
562010416	Deuzilene Alves	Auxiliar de Serviços Gerais II
562002150	Diogo Ferreira De Abreu	Auxiliar de Serviços Gerais II
562007362	Domenica Cardial Rodrigues	Auxiliar de Serviços Gerais II
562008073	Eliane Dos Santos Domingos	Auxiliar de Serviços Gerais II
562031060	Elisangela De Carvalho Carlos Moreno	Auxiliar de Serviços Gerais II
562000931	Erica De Oliveira Nunes	Auxiliar de Serviços Gerais II
562011665	Felipe De Araujo Motta	Auxiliar de Serviços Gerais II
562020088	Filipe Anastácio Almeida	Auxiliar de Serviços Gerais II
562025865	Gabriela Da Silva Gouveia	Auxiliar de Serviços Gerais II
562014986	Geisa Rodrigues Raymundo Gonçalves	Auxiliar de Serviços Gerais II

562028206	Gisele Lopes Goncalves Machado	Auxiliar de Serviços Gerais II
562001476	Isabel Cristina Da Cunha Dos Reis	Auxiliar de Serviços Gerais II
562023547	Jefferson Ramos Ribeiro Da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais II
562030083	Juliana Bruna Fernandes Viriato Vianna	Auxiliar de Serviços Gerais II
562003908	Juliana Da Rosa	Auxiliar de Serviços Gerais II
562023537	Juliana De Mendonça Casemiro	Auxiliar de Serviços Gerais II
562014319	Kattelyn Iasmyni Mathias Bordoni	Auxiliar de Serviços Gerais II
562002769	Layza Cristina Santos Silva	Auxiliar de Serviços Gerais II
562004542	Liliane Santos De Souza	Auxiliar de Serviços Gerais II
562029082	Luan Da Silva Cunha	Auxiliar de Serviços Gerais II
562010522	Luciano De Sousa Domingos	Auxiliar de Serviços Gerais II
562025800	Lucymary Carvalho Vasconcelos	Auxiliar de Serviços Gerais II
562025232	Marcia Oliveira Da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais II
562011537	Marco Antonio Lima Da Cunha	Auxiliar de Serviços Gerais II
562013283	Marcos Gerardelly Soares	Auxiliar de Serviços Gerais II
562018537	Maria De Moraes Silva Dos Santos	Auxiliar de Serviços Gerais II
562016669	Marlene De Aguiar Faustino	Auxiliar de Serviços Gerais II
562005800	Noelma Maria Cardial Rodrigues	Auxiliar de Serviços Gerais II
562020235	Priscila Cristina Soares Costa	Auxiliar de Serviços Gerais II
562027656	Renata De Souza Almeida	Auxiliar de Serviços Gerais II
562001798	Robson Vieira Martins	Auxiliar de Serviços Gerais II
562006320	Rogério Martins Torres	Auxiliar de Serviços Gerais II
562019619	Sandra Helena Santos Da Fonseca	Auxiliar de Serviços Gerais II
562004233	Shanley Washington Da Mata	Auxiliar de Serviços Gerais II
562022225	Suelen Ferreira Rodrigues	Auxiliar de Serviços Gerais II
562025668	Victor Gonçalves Da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais II
562010176	Wallace Falcão	Auxiliar de Serviços Gerais II
562026133	Wellington Ferreira Silva	Auxiliar de Serviços Gerais II
562024325	Edmilson Santos Da Silva Junior	Motorista II
562016692	Leonardo De Santana Gonçalves	Motorista II
562006981	Luiz Henrique De Oliveira Silva	Motorista II
562020030	Marcelo Luiz Da Silva	Motorista II
562003729	Marcelo Raimundo De Deos	Motorista II
562014968	Nahum Xavier De Almeida	Motorista II
562022618	Paulo Cesar De Oliveira Silva	Motorista II
562010297	Wellington Da Silva Vieira	Motorista II
562005020	Beatriz Dias Da Silva	Pedagogo III (SEMAS)
562023501	Carla De Lima Leal Marques	Pedagogo III (SEMAS)
562030453	Daiane Rangel Albuquerque Costa	Pedagogo III (SEMAS)
562008996	Diogo Piassá Das Mercês	Pedagogo III (SEMAS)
562001479	Fernanda Dos Santos Reis	Pedagogo III (SEMAS)
562017638	Gabriela Gonçalves Gouveia	Pedagogo III (SEMAS)
562015020	Júlia Nobre Crispim Da Silva	Pedagogo III (SEMAS)
562000448	Leonardo Muniz Dos Santos	Pedagogo III (SEMAS)
562012226	Lidiane Nascimento De Oliveira Cotrofe De Britto	Pedagogo III (SEMAS)

562006731	Louise Nascimento Silva	Pedagogo III (SEMAS)
562011876	Maria Lucia Dos Santos Leal	Pedagogo III (SEMAS)
562029382	Mariana Cristina Mendes Corrêa Dos Santos	Pedagogo III (SEMAS)
562029477	Monica Helena Dos Santos De Oliveira Lucas	Pedagogo III (SEMAS)
562006485	Nágila Vallery Machado De Sousa	Pedagogo III (SEMAS)
562007589	Raquel Gonçalves Conceição Kafa	Pedagogo III (SEMAS)
562015533	Rebeca Nobre Gonzalez Fernandez	Pedagogo III (SEMAS)
562018782	Rute Souza Ferreira	Pedagogo III (SEMAS)
562019082	Viviane Nobre Da Silva	Pedagogo III (SEMAS)
562004472	Yago Graco Mendonça Farias	Pedagogo III (SEMAS)
562004984	Adriana Moratório De Moraes	Psicólogo III
562011554	Alexia Palma Batista Da Rocha Barros	Psicólogo III
562015051	Allana De Alcantara Nunes	Psicólogo III
562024914	Amanda Valéria Santos Da Silva Oliveira	Psicólogo III
562012545	Ana Cristina De Aguiar Coelho	Psicólogo III
562006317	Ana Rosa Bernardo	Psicólogo III
562012017	Anderson De Lima E Silva Brasileiro	Psicólogo III
562003466	Andressa Marcella De Moura Lopes Calado	Psicólogo III
562002041	Andreza Silva Reis Dias	Psicólogo III
562026081	Angélica Nunes De França Muniz	Psicólogo III
562019347	Anna Carolina Do Nascimento Araújo	Psicólogo III
562013116	Areis Da Silva	Psicólogo III
562019484	Ariel Basílio Da Silva De Marco Cruz	Psicólogo III
562010755	Bruna Espindola Martins	Psicólogo III
562014161	Carina Andrade De Freitas Da Silva	Psicólogo III
562002988	Caroline Santos De Lima	Psicólogo III
562014270	Cleide Da Silva Paixão	Psicólogo III
562013284	Daiana Silva Duarte	Psicólogo III
562003368	Dandara Cristina De Matos Zamba De Souza	Psicólogo III
562018225	Danielle Do Carmo Ribeiro De Souza	Psicólogo III
562014360	Eduarda Faria De Almeida	Psicólogo III
562018747	Elen De Carvalho Silvestre	Psicólogo III
562018318	Elisabet De Sousa Meireles	Psicólogo III
562023022	Erick Baptista Rizental	Psicólogo III
562007691	Esthephani De Brito Pita Lopes	Psicólogo III
562002964	Esther Guedes De Vasconcellos	Psicólogo III
562010689	Fabiana Dos Santos De Azevedo Monteiro	Psicólogo III
562026277	Francisco Assis Bressy Junior	Psicólogo III
562016707	Francisco Jose Nunes Gonçalves	Psicólogo III
562000936	Iago Filipe Paschoal Parreira	Psicólogo III
562012311	Isabela Dos Santos Dias	Psicólogo III
562011292	Isabela Maciel Pires	Psicólogo III
562010891	Isabella Batista Dos Santos	Psicólogo III
562007799	Isabella Borges Da Costa Silva	Psicólogo III
562021061	Iza Souza De Oliveira	Psicólogo III

562030133	Izabella Neves Alvarez	Psicólogo III
562022804	Janaina Pinto Muniz De Sousa	Psicólogo III
562006544	Jessica Amelia Mattos Romeu	Psicólogo III
562001127	Joyce Cristina Dos Santos Silva	Psicólogo III
562023594	Joyce Fernandes De Souza Oliveira	Psicólogo III
562006183	Jucileia Godinho Fialho De Souza	Psicólogo III
562019188	Julia Da Conceição Andrade	Psicólogo III
562018990	Juliana Fortes De Azevedo Borges	Psicólogo III
562009996	Larissa Da Silva Ribeiro	Psicólogo III
562012045	Larissa De Souza Gomes	Psicólogo III
562001778	Letícia Moretti Silva	Psicólogo III
562022525	Lídia Luiza Paiva Dos Santos	Psicólogo III
562019657	Lorrane Franchini De Melo	Psicólogo III
562026345	Louize Braga Pereira	Psicólogo III
562020588	Lucas De Oliveira	Psicólogo III
562011865	Lucas Pontes Martins Da Silva	Psicólogo III
562011048	Luciana Da Silva Ribeiro	Psicólogo III
562012923	Luiza Rochinha De Moraes	Psicólogo III
562012742	Márcia Cristina Raymundo Cordovil	Psicólogo III
562030974	Marclei Da Silva Guimarães	Psicólogo III
562004422	Maria Aparecida Trigueiro Pereira	Psicólogo III
562029348	Mariana Pereira Caria	Psicólogo III
562013814	Mariana Tavares Da Luz	Psicólogo III
562014643	Mariana Vasques Azevedo	Psicólogo III
562011146	Mateus Garcia De Vasconcellos	Psicólogo III
562024882	Meire Cristina Santos Do Nascimento Vicente Da Silva	Psicólogo III
562022958	Melissa Gava Payer	Psicólogo III
562007834	Michelle Oliveira Dias	Psicólogo III
562010032	Michelle Ranny Alves Pequeno	Psicólogo III
562025191	Michelle Reis Rosa	Psicólogo III
562000816	Mylena Santos Andrade Lima	Psicólogo III
562021788	Natália Melo D Aragão Insuelas	Psicólogo III
562015263	Natalia Ribeiro De Moraes Ferreira	Psicólogo III
562021697	Nataly Soares De Araujo Neves	Psicólogo III
562003665	Nathália Mina De Almeida Lima	Psicólogo III
562002187	Paulo Henrique Mendes Da Cunha	Psicólogo III
562023037	Priscila Ramos De Almeida	Psicólogo III
562004399	Raíssa Coelho Araujo	Psicólogo III
562009961	Raquel Fernandes De Souza Pereira	Psicólogo III
562012530	Rayana Tavares De Oliveira Bueno	Psicólogo III
562018366	Ricardo Fernandes Pires	Psicólogo III
562009787	Rosilene Xavier Roberto Pereira	Psicólogo III
562015777	Ruan Gomes Mathias	Psicólogo III
562015445	Sara Cristina De Souza Oliveira	Psicólogo III
562008625	Thaís Cristine Braga De Lima Lopes	Psicólogo III

562029934	Valéria De Leoni Ramos Dutra	Psicólogo III
562013402	Victória Teixeira Moreira	Psicólogo III
562023035	Yasmin Pinho Werneck	Psicólogo III

II

DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS

ANÁLISE DOS RECURSOS

As questões suscitadas pelos recorrentes são a seguir analisadas:

Cargo: Agente Administrativo III

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
01	07	04	02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O texto narrativo é o tipo textual que conta uma sequência de fatos, sejam eles reais ou imaginários, onde os personagens atuam em um determinado espaço e durante um determinado tempo. O texto narrativo possui como característica alguém que possa contar a história. Este é o papel do narrador ao contar a ação que envolve personagens, tempos, espaços e conflitos. O narrador pode ser observador e contar os fatos apenas sob a sua ótica, mas pode também estar inserido na história como um personagem. Conclui-se, portanto, que o texto trata-se de uma narração, porque tem como característica um enredo que apresenta desenvolvimento da história, com o desenvolvimento da história, com o surgimento de personagens e a existência de conflitos. Os gêneros textuais são inúmeros, dependendo da função de cada texto e das diferentes situações comunicacionais. O mesmo não acontece com os tipos textuais, que são poucos: narração, argumentação, exposição, injunção e descrição.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
02	06	10	07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Entende-se por subjetivo aquele texto que expressa a visão pessoal do autor a respeito de algum assunto. Assim, o autor recorre, por exemplo, às metáforas, às metonímias ou a qualquer outro tipo de linguagem figurada para expor suas ideias. Os temas subjetivos estão presentes em muitos tipos de textos: podem estar expressos num poema, num pensamento, num provérbio, numa crônica, em contos e até em romance de ficção. No trecho “Havia um casal; quando deixa de haver, passamos a considerar cada um, secretamente, como se estivesse com uma espécie de luto”, há uma comparação. As demais transcrições textuais oferecem informações precisas para o leitor, transmitindo-lhes conhecimentos, fatos. São mensagens que se orientam para o referente.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
04	01	08	03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O 3º§ do texto denota que: “Penso um instante nos dois; refaço a imagem um pouco distraída que faço de cada um. Sei há quantos anos são casados, e como vivem. A gente sempre sabe, de um casal de amigos, um pouco mais do que cada um dos membros do casal imagina. Como toda gente, já fui amigo de casais que se separaram. É tão triste. É penoso e incômodo, porque então a gente tem de passar a considerar cada um em separado – e cada um fica sem uma parte de sua própria realidade. A realidade, para nós, eram dois, não apenas no que os unia, como ainda no que os separava quando juntos. Havia um casal; quando deixa de haver, passamos a considerar cada um, secretamente, como se estivesse com uma espécie de luto. Preferimos que vivam mal, porém juntos; é mais cômodo para nós. Que briguem e não se compreendam, e não mais se amem e se traiam, mas não deixem de ser um casal, pois é assim que eles existem para nós. Ficam ligeiramente absurdos sendo duas pessoas”. De acordo com as ideias vivenciadas no texto, depreende-se que “Quando o autor descreve aspectos pessoais de cada um dos cônjuges, chegando a presumir como teriam decidido visitá-lo, o ele sugere que os cônjuges transferem sua personalidade para uma espécie de identidade comum e básica do casal”.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
05	09	07	01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A prosopopeia é considerada como uma figura de animismo por consistir em um processo de animação de personagens. Características humanas são atribuídas a seres não humanos ou inanimados. Pode ser empregado em textos literários ou campanhas publicitárias. O objetivo desse recurso estilístico é dar mais expressividade ao texto ou dar destaque a algum tema para o leitor. Algumas pessoas confundem a prosopopeia com a metáfora, pois ambas são figuras de linguagem, porém, elas possuem efeitos estilísticos distintos. Conclui-se, portanto, que há um exemplo de prosopopeia em: “Acendo a luz e vou lhes abrir a porta e também discretamente, o coração”. As demais transcrições textuais evidenciam o sentido literal, ou seja, aquele que pode ser tomado como o sentido “básico, usual” da palavra ou expressão; que pode ser compreendido sem ajuda do contexto.

Quando uma palavra ou enunciado se apresenta em seu sentido usual, adquire valor denotativo.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
06	04	02	05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A única afirmação correta e coerente em relação às construções morfológicas e sintáticas empregadas no texto é: “no excerto ‘Talvez venham apenas fazer hora para a última sessão de cinema’, a palavra sublinhada exprime circunstância de incerteza e dúvida”. As demais opções de respostas apresentam incorreções, a saber:

- No fragmento “[...] mas não deixem de ser um casal, [...]”, a expressão destacada denota especificação de oposição e contraste;
- Em “Fale francamente, você tinha coragem de sair na rua com uma camisa assim?”, o termo grifado indica circunstância de modo; e,

- “Penso essas bobagens em um segundo, enquanto eles se aproximam de minha casa”: no trecho, o termo destacado revela especificação de temporalidade.

Fonte:

- TERRA, Ernani. Curso prático de gramática. São Paulo: Scipione, 1996. p. 193.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
07	03	09	08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Na nossa Gramática, os tempos verbais são: presente, pretérito e futuro. Os tempos servem para indicar as formas, os estados ou fenômenos demonstrados pelos verbos. Já os modos verbais compõem os tempos verbais nos modos: indicativo, subjuntivo e imperativo. Em “Você já reparou nessa camisa dele?”, a ação verbal está no pretérito perfeito no indicativo, assim como em: “De qualquer modo, vieram”. As demais citações textuais apresentam tempos e modos verbais diversos, a saber: “É uma quarta-feira de abril” – presente do indicativo; “A realidade, para nós, eram dois, [...]” – pretérito imperfeito do indicativo; e, “Sou um morceção cordial; [...]” – presente do indicativo.

Fonte:

- TERRA, Ernani. Curso prático de gramática. São Paulo: Scipione, 1996. p. 193.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
08	05	01	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

“Às vezes”, com crase, é uma locução adverbial indicativa de tempo, que significa: ocasionalmente; de vez em quando; de quando em quando; em alguns momentos ou situações. “À medida que” é uma locução conjuntiva proporcional, isto é, expressa ideia de proporcionalidade. Equivale a: à proporção que; conforme; ao passo que; enquanto. O pronome demonstrativo “aquele” e suas variações (aquela, aqueles, aquelas) receberão acento grave no a inicial sempre que houver um verbo ou nome que peça a preposição “a”. “À toa”, separado e com crase, pode ser uma locução adverbial com significado de ao acaso, ao léu; ou pode ser também um adjetivo sinônimo de insignificante e desimportante.

Fonte:

- TERRA, Ernani. Curso prático de gramática. São Paulo: Scipione, 1996. p. 193.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
09	10	03	04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o contexto textual, a significação da palavra “penoso” é: que causa sofrimento; doloroso; sofrido; aflitivo; triste; desagradável. “Revolto” é o mesmo que: irado; tempestuoso; confuso. Entretanto, as demais relações estabelecidas estão coerentes, a saber: certamente (indubitavelmente); tocante (emocionante); e, cordial (gentil).

Fontes:

- O próprio texto.
- Dicionário Escolar da Língua Portuguesa. 1 ed. Barueri, SP: Ciranda Cultural, 2015.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
10	02	05	06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O sujeito é um dos termos essenciais da oração. Assim, ele é o termo sobre o qual declaramos algo. O sujeito simples é composto por apenas um núcleo. Em outras palavras, é aquele que se refere a apenas um ser ou objeto. O sujeito simples é bastante comum na língua portuguesa e é geralmente identificado com facilidade. No entanto, é importante lembrar que o sujeito pode ser modificado por adjetivos ou outras palavras que o descrevem, mas ainda assim ser considerado um sujeito simples. Observe: “Eu gosto do vestido”; “A campainha bate”; e, “Ele diz que eu tenho corpo de mulata, [...]”. Existem alguns casos em que o sujeito simplesmente não existe. Por norma, esse fenômeno ocorre em orações formadas por verbos impessoais, sempre conjugados na terceira pessoa do singular. Os verbos impessoais, normalmente, indicam fenômenos atmosféricos e da natureza (nevar, chover, ventar etc.). Há também os casos do verbo “fazer”, quando indica tempo decorrido, e do verbo haver, no sentido de tempo decorrido ou de existir. Ou quando for composta pelo verbo “haver”, com o significado de “existir” ou com a ideia de tempo decorrido: “Havia um casal; [...]”.

Fonte:

- TERRA, Ernani. Curso prático de gramática. São Paulo: Scipione, 1996. p. 193.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
11	13	14	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Analisando a divulgação do gabarito para a presente questão, a resposta divulgada foi letra D) BIOS sendo a resposta correta para a questão, razão pela qual não há que se falar que houve erro na divulgação do gabarito preliminar. Ante o exposto, mantém-se inalterado o gabarito divulgado.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
12	14	15	11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda um termo comum entre especificações de mouse, o edital aborda os itens “Conceitos gerais de equipamentos e operacionalização” e “Conhecimentos básicos de microcomputadores PC-Hardware”, portanto recurso improcedente.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
13	15	12	15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda qual dos caminhos é o correto para alterar a configuração do botão primário do mouse no Microsoft Windows 10 Pro, em sua configuração padrão no idioma português do Brasil, a única alternativa correta para a questão é: A) Botão Iniciar > Configurações > Dispositivos > Mouse > Opção “Selecione seu botão Principal”.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
14	12	11	13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda teclas de atalho para a criação de pastas no Windows 10 Pro, em sua configuração padrão no idioma português Brasil, sendo assim, as teclas de atalho no explorador de arquivos para a criação de pastas é Ctrl + Shift + N.

Fonte:

- https://support.microsoft.com/pt-br/windows/atalhos-do-teclado-no-windows-dcc61a57-8ff0-cffe-9796-cb9706c75eec#WindowsVersion=Windows_10

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
15	11	13	14

Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os argumentos utilizados não fazem referência ao conteúdo da questão.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
16	23	20	18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa CORRETA é a letra **D**. As mulheres constituem atualmente 52,6% da população habilitada a votar, segundo dados do TSE (Tribunal Superior Eleitoral). A diferença nunca foi tão grande. São, no total, 8,1 milhões de potenciais votos a mais que os dos homens. A superioridade numérica cresce ao menos desde 1996, início da série histórica com dados disponíveis, tanto no quadro geral como nos locais. Neste ano de eleições municipais, as mulheres são a maioria do eleitorado em 3.657 cidades do país (65,7%). Em 1996, isso acontecia em apenas 775 municípios (14% na época). As Mulheres votaram no Brasil pela primeira vez há 90 anos. Há 90 anos, em 3 de maio de 1933, as mulheres brasileiras puderam exercer o direito do voto e de serem votadas pela primeira vez na história do Brasil, durante a Assembleia Nacional Constituinte. Isso só foi possível a partir do Código Eleitoral de 1932, decretado durante o governo provisório de Getúlio Vargas. No entanto, o Código só permitia que votassem ou fossem votadas mulheres casadas com aval do marido ou as viúvas e solteiras com renda própria, o que inviabilizava o voto para milhares de mulheres que ainda lutavam para serem independentes economicamente. Somente em 1934 o Código Eleitoral retirou essas determinações, mas o voto feminino continuou sendo facultativo, com a obrigatoriedade prevista só para os eleitores homens. Apenas em 1946, o voto passou a ser obrigatório também para as mulheres. O voto feminino no Brasil remonta a décadas de lutas feministas pela equiparação de direitos entre homens e mulheres e foi reivindicado, inclusive, antes da Proclamação da República. Durante a Constituinte de 1890, as feministas tentaram emplacar suas pautas, mas todas as propostas de incluir o sufrágio feminino na nova Constituição foram derrotadas. Em 1910, a educadora Leolinda Daltro fundou o Partido Republicano Feminino, após ter seu pedido de alistamento eleitoral negado. Inspirado no movimento sufragista da Inglaterra, o PRF organizava passeatas para reivindicar o direito ao voto e condições dignas de trabalho e educação para as mulheres brasileiras. O partido foi a primeira organização a liderar a luta pelo voto feminino no país. Anos mais tarde, em 25 de outubro de 1927, o Estado do Rio Grande do Norte aprovou uma lei que garantia o direito de voto às mulheres, dando um verdadeiro impulso às lutas feministas em âmbito federal. Outra ativista que obteve muito destaque no início do século XX foi Bertha Lutz, que liderava a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), responsável por organizar rodas de conversa, boletins e passeatas em prol dos direitos das mulheres, além de promover alianças com organizações estrangeiras a fim de fortalecer a luta e importar boas práticas. A entidade tinha como objetivos “promover a educação da mulher e elevar o nível de instrução feminina; proteger as mães e a infância; obter garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino; auxiliar as boas iniciativas da mulher e orientá-la na escolha de uma profissão; estimular o espírito de sociabilidade e cooperação entre as mulheres e interessá-las pelas questões sociais e de alcance público; assegurar à

mulher direitos políticos e preparação para o exercício inteligente desses direitos; e estreitar os laços de amizade com os demais países americanos.” Dilma Rousseff foi a única mulher da história a ser eleita presidente da República, em 2011. Atualmente no Brasil, exercem mandatos na Câmara dos Deputados 91 mulheres, menos de um quinto do total de assentos. Até as últimas eleições, nenhuma mulher brasileira jamais foi eleita presidente da Câmara ou do Senado.

Fontes:

- <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2024/03/mulheres-crescem-no-eleitorado-e-sao-maioria-em-2-de-cada-3-cidades.shtml>
- <https://www.meioemensagem.com.br/womentowatch/mulheres-votaram-no-brasil-pela-primeira-vez-ha-90-anos>
- <https://nossacausa.com/conquistas-do-feminismo-no-brasil/>
- <https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/a-conquista-do-voto-feminino/index.html>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
17	24	21	25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa CORRETA é a letra **A**. Localizado na Bacia do Alto Paraguai (BAP), constituindo uma planície sedimentar de aproximadamente 151.000 quilômetros quadrados. Com o seu maior território entre os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, a região abrange áreas na Bolívia e Paraguai. É a maior área úmida do planeta, reconhecido pela Unesco como Patrimônio Natural da Humanidade e Reserva da Biosfera. O Pantanal é considerado um Ecótono (Complexo de Ecossistemas) pois trata-se de uma região de encontro entre 5 biomas: Cerrado, Chaco, Amazônia, Mata Atlântica e Bosque Seco Chiquitano. Existem no Pantanal pelo menos 4.700 espécies, sendo 3.500 espécies de plantas, 650 de aves, 124 de mamíferos, 80 de répteis, 60 de anfíbios e 260 espécies de peixes de água doce, sendo que algumas delas em risco de extinção. Atualmente o Pantanal é subdividido em “11 microrregiões”. Cada uma possui diferentes características naturais e pode abrigar distintas espécies de animais, que variam de acordo com as condições da região. Apesar de suas características, o Pantanal é um bioma frágil e altamente dependente da água. O regime hídrico depende das chuvas locais e, principalmente, daquelas que ocorrem nas cabeceiras dos principais rios, sendo que as grandes cheias são comandadas principalmente pelo Rio Paraguai. Não há regularidade e exatidão dos meses secos e chuvosos. Essa irregularidade já existe como característica do próprio pantanal, e não devido ao aquecimento global, especificamente. Pela importância para o meio ambiente é considerado Patrimônio Natural da Humanidade e Reserva da Biosfera pela Unesco, e não apenas do Brasil.

Fontes:

- <https://www.sospantanal.org.br/pantanal/>
- <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/87698773/entidades-discutem-desenvolvimento-sustentavel-do-pantanal-brasileiro>
- <https://aida-americas.org/es/blog/o-que-se-deve-saber-sobre-o-alerta-trinacional-para-salvar-o-pantanal-dos-incendios?>
- <https://sbtnews.sbt.com.br/noticia/turismo/incendio-consome-1-6-mil-hectares-da-serra-do-amolar-no-pantanal>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
18	22	16	21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa CORRETA é a letra **B**. O atual presidente da Rússia, Vladimir Putin, foi reeleito em 17.mar.2024 para o seu 5º mandato. O atual líder pode permanecer no poder até 2030. Tal líder russo supera o tempo de governo de Josef Stalin, que liderou a União Soviética por 28 anos e 11 meses (1924-1953). Putin, de 71 anos, iniciou sua carreira política em agosto de 1999, aos 46 anos, quando foi nomeado primeiro-ministro pelo então presidente Boris Yeltsin, 1º presidente da Rússia depois da dissolução da União Soviética em 1991.

Fontes:

- <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/lideres-internacionais-criticam-reeleicao-de-putin-nao-e-livre-nem-justo/>
- icnoticias.pt/programas/o-tabu-de-francisco-louca-/2022-03-12-Putin-tornou-se-o-homem-mais-odiado-do-mundo-a1281be2
- <https://www.poder360.com.br/internacional/se-reeleito-putin-pode-ficar-no-poder-por-mais-tempo-que-stalin/>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
19	18	24	22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa CORRETA é a letra **D**. Em dois dias de trabalho já foram encontrados fragmentos de louças, garrafas, metais, vidros e cerâmicas. Todo o material será levado para um laboratório montado na antiga estação ferroviária de Tinguá, também restaurada pela prefeitura, para ser higienizado e analisado, identificando a origem e época dele. A superintendência, comandada por Diogo Borges, mestre em arqueologia pelo Museu Nacional, iniciou a escavação após autorização dada em abril pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). No Parque Histórico e Arqueológico de Iguassú Velha, na região de Tinguá, há a expectativa de encontrar objetos arqueológicos indígenas, que ocuparam a Baixada Fluminense há aproximadamente 10 mil anos. “Estamos no início da etapa da pesquisa arqueológica no parque. A escavação acontece num terreno de 120 metros quadrados, que está dividido em quadrados de dois metros quadrados para os trabalhos de pesquisa. Escavamos 10 centímetros de cada vez e já estamos em 40 centímetros escavados. Usamos ferramentas manuais, como enxada, colher de pedreiro, pá e alavanca. Depois, esse material passa por um processo de refinamento em uma peneira para ser separado”, afirmou Diogo Borges. Ainda segundo ele, assim que a escavação for concluída na área da Câmara e Cadeia da antiga Vila de Iguassú, ela será iniciada em outros pontos, como o Porto da Praça do Comércio de Iguassú, Torre Sineira da antiga Igreja Matriz, cemitério de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e outros portos existentes no antigo leito do rio Iguaçu, que foi retificado no início do século XX. Segundo o secretário de Cultura, Marcus Monteiro, a Cidade de Nova Iguaçu, possui diversos fatos históricos marcantes, como a construção da Igreja Nossa Senhora da Piedade de Iguassú (1699); a abertura da Estrada Real do Comércio, partindo da antiga Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Iguassú (1811-1822) e a criação da Vila de Iguassú (1833), bem como a existência de dezenas de aldeamentos indígenas que existiram até o século XVI, antigos engenhos e fazendas, bem como diversos quilombos que datam dos séculos XVII ao XIX, o que com absoluta certeza fará com que este trabalho encontre farto e rico material arqueológico, ajudando a enriquecer a história da Baixada Fluminense. Se existe uma Nova Iguaçu, é porque existiu uma velha. Na verdade, ainda existe. O nome da original é Vila de Nossa Senhora da Piedade de Iguassú, assim mesmo, com dois esses e acento na última vogal. O lugar tem tudo para renascer dos escombros e se tornar uma joia turística da Baixada Fluminense, com as primeiras inaugurações do processo de restauro e revitalização do Parque Histórico e Arqueológico de Iguassú Velha. A Vila de Iguassú foi uma das mais prósperas da Província do Rio de Janeiro na década de 1830. Os negócios em lombo de mulas agitavam a Estrada Real do Comércio, que Dom João VI mandou construir em 1811 para subir a Serra do Tinguá até o Rio Paraíba do Sul, por onde chegavam produtos de Minas Gerais. As mulas

desciam a serra até o porto da Vila, de onde a mercadoria seguia pelo Rio Iguaçu e pela Baía de Guanabara até chegar à Corte Imperial. A Estrada Real continua no lugar, com o calçamento de pé-de-moleque que foi reinaugurado em 1842 pelo coronel Conrado Jacob de Niemeyer, do Imperial Corpo de Engenheiros. A decadência da região toda, no entanto, foi sentenciada pelo início da operação, em 1858, da Estrada de Ferro Dom Pedro II (a Central do Brasil), ligando a Corte à Baixada e, posteriormente, a Minas Gerais.

Fontes:

- <https://www.novaiguacu.rj.gov.br/2023/05/22/nova-iguacu-inicia-escavacao-no-parque-historico-e-arqueologico-de-iguassu-velha-2/>
- <https://www.portalc3.net/a-transformacao-em-polo-turistico-historico-de-iguassu-velho/>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
21	16	23	24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa CORRETA é a letra **A**. Participar de uma briga em grupo, denominada rixa, é um crime previsto em lei, penalizado de acordo com o seu agravamento. Veja a seguir explicação sobre o tema. A participação em brigas de grupos, também chamada de rixa, é um crime previsto em lei, pelo artigo 137 do Código Penal Brasileiro. Diz respeito às lutas corporais, ou aos conflitos realizados à distância com o arremesso de objetos, e que atentam contra a vida de forma violenta. A rixa se configura com a participação de no mínimo três pessoas, que se atacam de forma aleatória, trocando agressões, e por isso inexistindo vítimas, ou seja, todas elas são autoras do crime. Pode ocorrer ao acaso, por desentendimento em alguma situação, desencadeada por ciúmes, sentimento de desonra ou como consequência de uma agressão verbal. Mas também pode ser realizada de forma ordenada, com horário e local previamente combinado pelos envolvidos, como muitas vezes se observa em brigas de gangues, torcidas organizadas, ou grupos rivais que defendem determinados ideais. Neste tipo de crime, há duas tipificações, que apresentaremos a seguir, conforme o dano físico e gravidade causados pelo ato. Se o resultado do conflito não apresentar lesões mais graves aos participantes, este é classificado como rixa simples. Aqui não existe a alegação de legítima defesa, pois se parte do pressuposto que todas as pessoas estão participando de livre e espontânea vontade e de forma intencional da rixa. Ou seja, as agressões não estão sendo deferidas de forma injusta, por assim dizer. A legítima defesa somente será analisada se, no meio da rixa, algum participante partir para o uso de arma branca, como uma faca ou arma de fogo, e for contido por outro indivíduo que busca proteger sua própria vida, causando a morte daquele. O homicídio será analisado como legítima defesa, mas o crime de rixa será julgado como efetivo para o acusado. Estipula-se como pena para o crime de rixa simples a detenção de 15 dias a 2 meses ou pagamento de multa. Exclui-se desse crime, a pessoa que entra na briga com a finalidade de apartar, quando comprovada tal situação.

Fontes:

- <https://recordtv.r7.com/balanco-geral/videos/lutas-clandestinas-se-espalham-pelas-ruas-de-sp-12032024>
- <https://www.mundoadogados.com.br/artigos/posso-ser-presos-por-participar-de-uma-briga-em-grupo>
- <https://www.rioverdeagora.com.br/colunas/cidade/post/rio-verde-tem-clubes-da-luta-clandestina>
- <https://jus.com.br/artigos/55722/o-crime-de-rixa-e-responsabilidade-penal-do-agente>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
22	19	25	23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa CORRETA é a letra **C**. O que é sensação térmica? O frio ou calor que sentimos depende de condições como o vento e umidade do ar. Mas, afinal, o que é sensação térmica? "O calor ou frio que sentimos são influenciados pela temperatura do ar em um dado momento, mas também pela umidade e o vento. Por isso, para calcularmos a intensidade do frio ou do calor percebida pelo corpo humano, utilizamos a sensação térmica", esclarece o Alerta Rio. Com 37,1°C, "Quando as temperaturas estão muito elevadas, por exemplo, o corpo humano tende a equilibrar a sua temperatura através do suor; a evaporação do suor ajuda a resfriar o corpo e a reduzir a temperatura corporal. No entanto, quando a umidade também está alta, o suor não evapora de forma eficiente, aumentando a sensação de calor percebida." Em períodos de calor intenso, especialistas recomendam à população evitar a exposição prolongada ao sol, usar protetor solar e beber muita água. A onda de calor está relacionada ao fenômeno El Niño, de aquecimento das águas do Pacífico, e também ao aquecimento global do planeta pela ação humana. Cálculo do indicador considera fatores como a umidade e a velocidade do vento, explicam meteorologistas.

Fontes:

- <https://gauchazh.clicrbs.com.br/ambiente/noticia/2024/03/o-que-e-sensacao-termica-cltvuhfor001j014ax6l4qart.html>
- <https://globo rural.globo.com/previsao-do-tempo/noticia/2024/03/o-que-e-sensacao-termica-como-calcular.ghtml>
- <https://metsul.com/entenda-a-sensacao-termica-de-62oc-na-cidade-do-rio-de-janeiro/>
- <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ultima-hora/pais/rio-de-janeiro-registra-sensacao-termica-recorde-de-601c-1.3490327>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
24	20	18	16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa CORRETA é a letra **B**. Lei de 1989 sobre racismo tem punição específica para uso de símbolos ligados ao nazismo. STF já definiu que liberdade de expressão não abarca apologias ao regime de Adolf Hitler. A apologia do nazismo usando símbolos nazistas, distribuindo emblemas ou fazendo propaganda desse regime é crime previsto em lei no Brasil, com pena de reclusão. O tema voltou a ser debatido depois que o apresentador do "Flow Podcast" e influencer Bruno Aib, conhecido como Monark, defendeu a legalidade de um partido nazista brasileiro em um programa que debatia liberdade de expressão. "A esquerda radical tem muito mais espaço do que a direita radical, na minha opinião. As duas tinham que ter espaço. Eu sou mais louco que todos vocês. Eu acho que o nazista tinha que ter o partido nazista, reconhecido pela lei", disse ele. O programa tinha como convidados os deputados federais Kim Kataguirí (DEM-SP) e Tabata Amaral (PSB-SP). A fala repercutiu negativamente entre políticos, juristas e candidatos à presidência da República, e levou a Procuradoria-Geral da República (PGR) a abrir uma investigação. A apologia do nazismo se enquadra na Lei 7.716/1989, segundo a qual é crime: Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Pena: reclusão de um a três anos e multa – ou reclusão de dois a cinco anos e multa se o crime foi cometido em publicações ou meios de comunicação social. Fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem a cruz suástica ou gamada, para fins de divulgação do nazismo. Pena: reclusão de dois a cinco anos e multa. Essa lei é respaldada pela própria Constituição, que classifica o racismo como crime inafiançável e imprescritível. Isso significa que o racismo pode ser julgado e sentenciado a qualquer momento, não importando quanto tempo já se passou desde a conduta. Inicialmente, não havia menção ao nazismo na legislação, que era destinada principalmente ao combate do racismo sofrido pela população negra. Apenas em 1994 e 1997 foram incluídas as referências explícitas ao nazismo, por projetos de lei apresentados por Alberto Goldman e Paulo Paim. Segundo especialistas, o direito à liberdade de

expressão não engloba a apologia do nazismo. Essa questão, inclusive, já foi decidida pelo Supremo Tribunal Federal em 2003 num julgamento considerado histórico e que ficou conhecido como caso Ellwanger. O escritor gaúcho Siegfried Ellwanger Castan publicara uma série de obras que negavam o Holocausto judeu, um deles intitulado 'Holocausto Judeu ou Alemão?'. Foi o primeiro condenado definitivo por antissemitismo na América Latina. O Supremo, ao negar habeas corpus mantendo a pena do escritor, decidiu que "escrever, editar, divulgar e comercializar livros fazendo apologia de ideias preconceituosas e discriminatórias contra a comunidade judaica constitui crime de racismo sujeito à inafiançabilidade e imprescritibilidade". Além disso, a Corte concluiu que "o preceito fundamental de liberdade de expressão não consagra o direito à incitação ao racismo, dado que um direito individual não pode constituir-se em salvaguarda de condutas ilícitas, como sucede com os delitos contra a honra". "No estado de direito democrático devem ser intransigentemente respeitados os princípios que garantem a prevalência dos direitos humanos. Jamais podem se apagar da memória dos povos que se pretendam justos os atos repulsivos do passado que permitiram e incentivaram o ódio entre iguais por motivos raciais de torpeza inominável", diz a decisão do STF. Desde então, a composição da Suprema Corte mudou, mas dois ministros que hoje compõem o STF já se manifestaram sobre o tema, reconhecendo que a apologia do nazismo é crime. A Constituição consagra o binômio: liberdade e responsabilidade. O direito fundamental à liberdade de expressão não autoriza a abominável e criminoso apologia do nazismo. Qualquer apologia do nazismo é criminoso, execrável e obsceno. O discurso do ódio contraria os valores fundantes da democracia constitucional brasileira. Minha solidariedade à comunidade judaica".

Fontes:

- <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2024/03/18/santa-catarina-conselho-direitos-humanos-sc-aumento-celulas-nazistas-visita-blumenau-florianopolis.ghtml>
- <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/02/10/o-que-a-lei-brasileira-diz-sobre-apologia-do-nazismo.ghtml>
- <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-60338244>
- <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/08/confundida-com-liberdade-de-expressao-apologia-ao-nazismo-cresce-no-brasil-a-partir-de-2019>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
25	17	22	19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa CORRETA é a letra **D**. A Coreia do Norte é um país asiático localizado no leste do continente e fundado no ano de 1948. Oficialmente chamada de República Popular Democrática da Coreia, a nação faz fronteira com a Coreia do Sul, a China e a Rússia, sendo banhada pelos mares Amarelo e do Japão. O país dispõe de clima temperado e relevo montanhoso, sendo recoberto por florestas temperadas e áreas agrícolas. Sua população de quase 26 milhões de habitantes vive principalmente nas áreas urbanas, como a capital nacional, Pyongyang. Apresenta economia planificada e centrada nos setores industrial e terciário, com destaque para a indústria de base e militar. A Coreia do Norte é, desde a sua fundação, uma república socialista governada através de um regime autocrático de partido único, o Partido dos Trabalhadores da Coreia. O chefe de Estado recebe o título de líder supremo, tendo o atual ocupante do cargo assumido o posto após o falecimento do pai. O governo norte-coreano se baseia na filosofia política chamada juche, cuja criação é atribuída a Kim Il-sung (1912-1994), primeiro líder e fundador da Coreia do Norte. O juche tem como princípio a autossuficiência e a independência, traduzindo-se na frase "Mestre de si próprio."

Fonte:

- <https://noticias.r7.com/record-news/videos/kim-jong-un-anuncia-filha-como-possivel-sucessora-de-coreia-do-norte-diz-inteligencia-sul-coreana-18032024>
- <https://g1.globo.com/tudo-sobre/coreia-do-norte/>
- <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/coreia-norte.htm>
- <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/coreia-norte.htm>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
26	29	30	28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A resposta correta reproduz na literalidade os termos do Art. 161 da Lei Municipal nº 2.378, de 29 de dezembro 1992.

Vejamos a base normativa:

Art. 161 – Os benefícios do Plano de Seguridade Social do funcionário, compreenderão: [...]

II. quanto ao dependente:

[...] c. auxílio-reclusão.

As demais alternativas estão elencadas no rol **I. quanto ao funcionário: [...]**

Fonte:

- <http://www.previni.com.br/index.php/produto/legislacao/36-o-instituto/legislacao/30-leis>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
29	26	27	30

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Ao analisar as razões recursais, pretendem os candidatos a anulação da questão, no que lhes assiste razão. Embora a questão enfatiza um artigo diretamente relacionado à normativa (Lei Municipal nº 2.378, de 29 de dezembro 1992) vigente até a presente data, nota-se que há entendimento dos Tribunais superiores que entendem que a ascensão funcional, face à atual redação do artigo 37, II da CF, é inconstitucional.

Ante a divergência normativa evidenciada, entendendo como medida de mais lúdima justiça a questão merece ser anulada.

Fonte:

- <https://portal.stf.jus.br/jurisprudencia/sumariosumulas.asp?base=26&sumula=2348>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
31	38	34	32

Recurso Procedente. Questão Anulada.

As razões recursais apontam para a existência de mais de uma resposta correta e um erro no enunciado. A questão em debate versa sobre os princípios orçamentários e ilustra o caso de um agente administrativo da prefeitura de um município no Rio de Janeiro. No enunciado da questão tem-se o seguinte comando “princípio de que se deve existir apenas um orçamento para dado exercício financeiro e para determinado ente, contendo todas as receitas e despesas, permitindo um retrato geral das finanças públicas”.

Conforme explícito no início do comando, a questão buscava retratar o princípio da Unidade, descrito como:

“O orçamento deve ser uno, ou seja, deve existir apenas um orçamento para dado exercício financeiro e para determinado ente, contendo todas as receitas e despesas. Apresentando-se de modo integrado, e não segmentado, permite obter um retrato geral das finanças públicas, qual seja, a estimativa das receitas e a fixação das despesas para cada exercício financeiro. Assim, permite-se ao Legislativo e à sociedade uma visão geral e um controle direto das operações financeiras de responsabilidade da administração pública (Câmara dos Deputados, 2024). Esse princípio é mencionado no caput do art. 2o da Lei no 4.320, de 1964, e visa evitar múltiplos orçamentos dentro da mesma pessoa política. Dessa forma, todas as receitas previstas e despesas fixadas, em cada exercício financeiro, devem integrar um único documento legal dentro de cada nível federativo: LOA” (Lima, 2022, p. 3).

Como exposto, os autores trabalham com a ideia da existência de um único orçamento, que consequentemente, incorporará todas as receitas e despesas, permitindo um retrato geral das finanças públicas para determinado ente. No entanto, a forma como foi expresso no comando, pode induzir os candidatos a pensarem também no princípio da Universalidade, definido como:

“Princípio pelo qual o orçamento deve conter todas as receitas e todas as despesas do Estado. O § 5º do art. 165 da CF determina que a lei orçamentária anual compreenderá” (Câmara dos Deputados, 2024):

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Embora os princípios da Unidade e da Universalidade se diferenciem em alguns aspectos, eles se assemelham em outros, pois ambos tratam da ideia de incluir todas as receitas e despesas. O princípio da Universalidade, em particular, detalha quais orçamentos serão contemplados pela Lei Orçamentária "Universal".

Considerando tudo o que foi exposto, o recurso apresentado é procedente para a anulação da questão, uma vez que podem existir duas respostas corretas.

Fontes:

- CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Orçamento da união: princípios orçamentários**. 2024. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/cidadao/entenda/cursopo/principios>
- LIMA, D. **Orçamento, contabilidade e gestão no setor público**. 2ª Ed. Barueri: Atlas, 2022.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
32	36	35	33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais apontam para a existência de um erro na divulgação do gabarito. Conforme apontado por Assaf Neto (2014, p. 11-12), dentro do ambiente empresarial, a administração financeira volta-se basicamente para as seguintes funções:

1. Planejamento Financeiro: o qual procura evidenciar as necessidades de expansão da empresa, assim como identificar eventuais desajustes futuros. Por meio do planejamento, ainda, é possível ao administrador financeiro selecionar, com maior margem de segurança, os ativos mais rentáveis e condizentes com os negócios da empresa, de forma a estabelecer mais satisfatória rentabilidade sobre os investimentos.

2. Controle Financeiro: o qual se dedica a acompanhar e avaliar todo o desempenho financeiro da empresa. Análises de desvios que venham a ocorrer entre os resultados previstos e realizados, assim como propostas de medidas corretivas necessárias, são algumas das funções básicas da controladoria financeira.

3. Administração de Ativos: que deve perseguir a melhor estrutura, em termos de risco e retorno, dos investimentos empresariais, e proceder a um gerenciamento eficiente de seus valores. A administração dos ativos acompanha também as defasagens que podem ocorrer entre entradas e saídas de dinheiro de caixa, o que é geralmente associado à gestão do capital de giro.

4. Administração de Passivos: que se volta para a aquisição de fundos (financiamento) e o gerenciamento de sua composição, procurando definir a estrutura mais adequada em termos de liquidez, redução de seus custos e risco financeiro.

Como se pode observar, a ordem correta para a questão é 4-2-1-3 (Alternativa D), pois a administração de passivos inclui a obtenção de fontes de financiamento (endividamento), enquanto a administração de ativos abrange os investimentos (melhor estrutura de risco e retorno) e a gestão do capital de giro. Diante das justificativas apresentadas, o recurso é considerado improcedente.

Fonte:

- ASSAF NETO, A. **Finanças corporativas e valor**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
33	37	36	35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais apontam para erro na divulgação do gabarito, falta de uma resposta correta e erro no enunciado. A referida questão versa sobre a Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, denominada Lei de Licitações e Contratos Administrativos, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, conforme apontado no Art. 1º.

A análise das afirmativas, de acordo com os elementos normativos presentes na lei, deve ser procedida da seguinte maneira:

Afirmativa I. VERDADEIRO. Conforme o Art. 6º, para os fins desta Lei, consideram-se: XXXVIII - **Concorrência**: modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser: a) menor preço; b) melhor técnica ou conteúdo artístico; c) técnica e preço; d) maior retorno econômico; e) maior desconto. Como observado, a lei expressa as possibilidades de critérios de julgamento, sendo que o órgão público deve definir um desses critérios para determinado processo licitatório.

Afirmativa II. VERDADEIRO. Conforme o Art. 6º, para fins desta Lei, consideram-se: XLV - **Sistema de Registro de Preços**: conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos à prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras.

Afirmativa III. FALSO. Conforme Art. 6º, para fins desta Lei, consideram-se: XLIII – **Credenciamento (Não Concurso)**: processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados. O concurso é conceituado como modalidade de licitação (não um processo administrativo) para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, cujo critério de julgamento será o de melhor técnica ou conteúdo artístico, e para concessão de prêmio ou remuneração ao vencedor (Art. 6º).

Afirmativa IV. FALSO. Conforme Art. 6º, para fins desta Lei, consideram-se: XXXIX – **Concurso (Não Diálogo Competitivo)**: modalidade de licitação para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, cujo critério de julgamento será o de melhor técnica ou conteúdo artístico, e para concessão de prêmio ou remuneração ao vencedor. Já o diálogo competitivo, é conceituado como modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentarem proposta final após o encerramento dos diálogos (Art. 6º).

Diante das justificativas apresentadas, confirma-se que a alternativa C (V,V,F,F) é o gabarito correto, não havendo erros na questão. Neste sentido, o recurso é considerado improcedente.

Fonte:

- BRASIL. Lei Nº 14.133, de 1º de Abril de 2021, **Lei de licitações e contratos administrativos**. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
34	31	38	38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais apontam para a existência de erro na divulgação do gabarito e mais de uma resposta correta. A referida questão versa sobre a distinção entre os modelos tradicionais de treinamento e desenvolvimento (T&D) e o modelo de universidade corporativa.

De acordo com Fernandes (2013, p. 130), a universidade corporativa pode ser definida como um “sistema de formação de pessoas que visa desenvolver competências críticas para a realização das estratégias de uma organização, promovendo um ambiente de aprendizagem ativo e permanente”. Distingue-se dos tradicionais modelos de treinamento e desenvolvimento (T&D) por diversas razões, conforme apresenta abaixo:

Modelos Tradicionais de T&D

- Treinamento focado no cargo;
- Foco reativo baseado em levantamento de necessidades de treinamento (LTN);
- Responsabilidade pelo treinamento da empresa;
- Metodologias tradicionais (sala de aula, on the job);
- Aprendizagem em ações pontuais (treinamentos);
- Foco interno.

Universidade Corporativa

- Educação voltada ao desenvolvimento de competências;
- Foco proativo baseado em demandas do negócio e da estratégia;
- Responsabilidade pelo desenvolvimento compartilhada entre colaborador, gestor e empresa;
- Metodologias tradicionais e alternativas com tecnologia intensiva;
- Aprendizagem como um processo contínuo;
- Foco interno e externo.

Como observado, o modelo de universidade corporativa oferece uma formação mais ampla, que não se limita apenas ao cargo, mas abrange todo um processo de desenvolvimento de múltiplas competências nos funcionários. Diante das características apresentadas, temos a seguinte configuração das alternativas:

Alternativa A. INCORRETA. O modelo de treinamento da universidade corporativa tem foco reativo, baseado exclusivamente no levantamento de necessidades de treinamento. Como observado, o foco da universidade corporativa é proativo, baseado em demandas do negócio e da estratégia.

Alternativa B. INCORRETA. O processo de treinamento da universidade corporativa é focado no cargo, enquanto do modelo tradicional enfatiza o desenvolvimento de competências. Como observado, a universidade corporativa foca nas competências, em uma formação mais ampla, não sendo exclusivamente no cargo, como no modelo tradicional.

Alternativa C. CORRETA. O modelo de universidade corporativa tem a aprendizagem como um processo contínuo, enquanto no modelo tradicional a aprendizagem decorre de ações pontuais. Como observado, a alternativa está correta, visto que a formação no modelo de universidade corporativa é contínua e mais ampla, se comparada ao modelo tradicional.

Alternativa D. INCORRETA. O modelo tradicional é caracterizado por ser um processo proativo, baseado em demandas do negócio e decisões estratégicas, com foco no ambiente interno e externo. Como observado, é o modelo de universidade corporativa que apresenta essas características, sendo o modelo tradicional caracterizado mais por um foco reativo e com foco no ambiente interno.

Diante das justificativas apresentadas, a referida questão demandava a interpretação das diferenças entre modelos de desenvolvimento de pessoas, entendendo a universidade corporativa como um avanço, ou um modelo mais atual, em relação aos modelos tradicionais.

Sendo assim, justifica-se que não há nenhuma inconsistência na questão, sendo o recurso considerado improcedente.

Fonte:

- FERNANDES, B. **Gestão estratégica de pessoas com foco em competências**. 1 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
35	34	32	36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais indicam a possibilidade de haver mais de uma resposta correta, a ausência de uma resposta correta ou um erro na divulgação do gabarito. Diante disso, as justificativas baseiam-se em Dias (2013, p. 383-385), que apontam inúmeros fatores que justificam a necessidade de promover mudanças nas organizações. Uma maneira de estudá-los é dividi-los em fatores internos e externos. Para o autor, os fatores externos são:

a) Tecnológicos: as rápidas mudanças tecnológicas podem provocar a obsolescência de produtos e a dificuldade de adaptação nos empregados que devem se relacionar com as novas ferramentas.

b) Econômicos: as diversas crises econômicas, provocadas por diversos fatores como a alta de petróleo, queda nas bolsas, guerras ou inflação em determinados mercados, expõem as empresas a uma permanente descontinuidade nos negócios.

c) Sociais: associadas à demografia, como a queda da natalidade nos países desenvolvidos, imigração, novas atitudes sociais e novas concepções de vida urbana.

d) Políticos: mudanças políticas globais em regiões conflagradas, ou não, o terrorismo global, os efeitos da globalização, a influência das corporações transnacionais nas políticas governamentais.

e) Mercados: uma ampliação para regiões em desenvolvimento, colocando novas questões como aumento da diversidade da demanda, com a necessidade de novos produtos, aumento da escala de commodities etc.

f) Concorrência: o sistema de concorrência de mercado tende a eliminar aquelas organizações que não se adaptam às exigências do mercado. O aumento da concorrência implica uma tendência à produção de bens e serviços com ciclo de vida menor e mais focados em nichos de mercado visando um aumento da flexibilidade.

g) Natureza da força de trabalho: a adaptação a novas realidades empresariais traz consigo a necessidade de reciclagem do pessoal mais antigo nas organizações, bem como o investimento para a formação de pessoas com novas habilidades.

Enquanto os fatores internos são:

a) Crise interna: uma organização pode viver um momento de crise por fatores internos, como uma disputa entre lideranças, o falecimento de um ator-chave, entre outros. De qualquer modo, haverá um momento de choque que minará o status quo, sendo necessária uma mudança cultural devido à relevância do fato ocorrido.

b) Nova liderança: um novo líder, na alta gerência, pode se revelar uma liderança com alto poder de influência e provocar a necessidade de adaptação mais radical da organização a um conjunto alternativo de valores-chave, que vão se mostrando mais capazes para responder aos problemas que surgem.

c) Necessidade de crescimento: uma organização de pequenas dimensões e com cultura não consolidada torna mais fácil o contato dos dirigentes com todos os integrantes da empresa, facilitando a comunicação de novos valores, novos procedimentos e os novos comportamentos e atitudes que serão assumidos.

d) A existência de uma cultura fraca: uma cultura que não consiga consolidar uma identidade organizacional forte entre os integrantes da organização precisa sofrer alterações, pois caso contrário não conseguirá competir com outras empresas que apresentam uma identidade mais estabelecida. Uma cultura desse tipo é uma cultura fraca, e somente culturas fortes com valores firmemente estabelecidos consegue consolidar identidades coletivas que consigam competir com outras organizações.

Diante do que foi apresentado, é importante frisar que todos os fatores, sejam internos ou externos, têm implicações para a cultura e o ambiente organizacional. No entanto, a questão exigia que os candidatos interpretassem o enunciado que menciona "assinale a afirmativa que apresenta corretamente um fator interno que pode INFLUENCIAR E INDUZIR o processo de mudança da cultura organizacional". Nesse sentido, o único fator proveniente do ambiente interno de uma organização é uma cultura organizacional, que não consegue consolidar uma identidade organizacional forte entre os integrantes. Todos os demais fatores mencionados nas alternativas, embora afetem o ambiente interno, originam-se do ambiente externo e muitas vezes são incontroláveis pela organização.

Neste sentido, partindo-se a necessidade de interpretação por parte dos candidatos e das justificativas apresentadas, o recurso é considerado improcedente.

Fonte:

- DIAS, R. **Cultura organizacional**: construção, consolidação e mudanças. São Paulo: Atlas, 2013.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
36	32	37	37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais apontam para a falta de uma resposta correta e ausência de conteúdo programático. A referida questão, dentro do conteúdo programático, versa sobre noções de cidadania e relações públicas, focando nas vantagens e benefícios do envolvimento dos cidadãos na atividade política.

De acordo com Dias (2017, p. 38), as administrações públicas têm a obrigação de assumir a promoção e a abertura de um processo de participação social que utilize as práticas existentes e estimule o surgimento de novas práticas de influenciar a gestão pública. A finalidade principal do processo de participação social é influenciar nas decisões para que seja garantida uma maior equidade na distribuição dos recursos econômicos e de poder.

Para o autor, a política de participação compreende três conceitos e níveis – participação política, participação social e participação popular – como modalidades complementares, com áreas de intervenção específicas, que não devem entrar em concorrência ou incompatibilidade nem se substituírem uma pela outra. Dentro da participação popular, o maior envolvimento dos cidadãos na atividade pública é desejável para as administrações pois:

- Permite aperfeiçoar as decisões políticas;
- Facilita a adaptação das iniciativas das instituições às necessidades de um maior número de cidadãos;
- Aumenta as possibilidades de êxito na implementação das políticas públicas;
- Melhora a legitimidade institucional dos governos e de suas administrações.

Na Alternativa D, observa-se que contribuir para uma melhor alocação de recursos públicos na busca por apoio político não é uma vantagem da participação popular, e sim, uma disfunção desse processo, visto que implica em questões relacionados à ética e probidade na administração pública.

Neste sentido, o recurso é considerado improcedente, não havendo nenhum problema com a questão.

Fonte:

- DIAS, R. **Gestão pública**: aspectos atuais e perspectivas para atualização. São Paulo: Atlas, 2017.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
37	33	31	34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais apontam para a existência de um erro na divulgação do gabarito e mais de uma resposta correta. A questão em tela versa sobre estrutura organizacional, mas especificamente sobre as vantagens da estrutura matricial. De acordo com Oliveira (2014, p. 142), a estrutura matricial, tendo em vista sua característica de responsabilidade compartilhada, exige nível de confiança mútua e capacidade de improvisação na solução de problemas. Dessa forma, é importante o estudo de liderança dos profissionais da alta administração, que tem grande influência em relação ao conflito inevitável desse tipo de departamentalização, que pode ser minimizado, se administrado com eficiência, eficácia e transparência.

Outra tendência dos gerentes de projetos, na departamentalização matricial, é a de tentar alocar a maior quantidade de recursos para si por meio de monopolização dos setores funcionais. Se esse processo não for evitado, as funções são enfraquecidas e, eventualmente, perderão toda a sua importância na empresa. Salienta-se que, algumas vezes, a departamentalização matricial aparece como o cruzamento das departamentalizações dos tipos funcional e por produtos ou serviços. Para Oliveira (2014, p. 144-145), as principais vantagens desta estrutura são:

- Possibilidade de maior aprimoramento técnico da equipe de trabalho;
- Coordenação da equipe de forma mais adequada e coerente;
- Maior desenvolvimento da capacitação profissional;
- Maior especialização nas atividades desenvolvidas;

- Uso adequado de vários recursos;
- Maior cumprimento dos prazos e do orçamento inerentes às diversas atividades a serem realizadas, e
- Melhor atendimento aos clientes do projeto.

Como observado, essa estrutura não prioriza ou tem como vantagem o agrupamento de atividades com base em determinado território geográfico. Essa vantagem está associada à estrutura baseada na perspectiva territorial ou por localização geográfica. Geralmente, esta estrutura é usada em empresas territorialmente dispersas e baseia-se no princípio de que todas as atividades que se realizam em determinado território devem ser agrupadas e colocadas sob as ordens de um executivo (Oliveira, 2014, p. 135).

Assim, a partir das justificativas apresentadas, o recurso é considerado improcedente, pois a estrutura matricial é voltada para uma maior especialização, eficiência e cumprimento de prazos, não envolvendo em sua essência, aspectos voltados à localização ou distribuição geográfica.

Fonte:

- OLIVEIRA, D. P. R. **Estrutura organizacional**: uma abordagem para resultados e competitividade. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
38	35	33	31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais apontam para um erro na divulgação do gabarito. De acordo com Paludo (2013, p. 128), o processo de criação do conhecimento organizacional necessita da interação entre esses dois conhecimentos: o tácito e o explícito. Segundo Nonaka e Takeuchi (1997), a criação do conhecimento pode ocorrer de quatro modos diferentes:

1. Socialização: trabalha-se o compartilhamento de experiências pessoais, transmissão do conhecimento tácito para tácito. Quem detém o conhecimento realiza a atividade e os interessados aprendem através da observação, da imitação e da prática.

2. Externalização: trabalha-se a conversão do conhecimento tácito em conhecimento explícito, utilizando-se de metáforas, conceitos, hipóteses, analogias etc. Constitui-se em fator crítico na criação do conhecimento, pois o torna formal. O conhecimento é registrado através de palavras/números e facilmente transmissível.

3. Combinação: trabalha-se a conversão de conhecimento explícito em conhecimento explícito: um ou vários conhecimentos explícitos. Pode ocorrer através de indivíduos, documentos, reuniões, redes etc. Em regra, envolve períodos de treinamento para aquisição desses conhecimentos.

4. Internalização: trabalha-se a conversão do conhecimento explícito em tácito, o que envolve efetivamente o fazer: “aprender fazendo”. Em regra, origina-se de outras formas de aquisição de conhecimentos, e necessita de manuais, diagramas, documentos etc., ou de demonstrações reais para ser internalizado.

No caso apresentado, observa-se que há um processo de externalização (Alternativa D), pois é mencionado o processo de conversão do conhecimento tácito em explícito, por meio de metáforas, analogias, conceitos, hipóteses, entre outros. Isso significa registrar o conhecimento, por exemplo, na forma de manuais. Assim, esse conhecimento se torna acessível para todos os membros da organização, incluindo futuros integrantes.

Esse processo difere da socialização, que consiste na troca de experiências, ou seja, na transmissão do conhecimento tácito de um indivíduo para outro, sem nenhum tipo de registro formal, apenas trocas informais.

Portanto, diante das justificativas apresentadas, o recurso é improcedente.

Fontes:

- NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. **Criação do conhecimento na empresa**: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- PALUDO, A. **Administração pública**. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
39	44	42	40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O conceito de impessoal tem o significado de “geral, que não se direciona ou pertence a alguém em particular, imparcial, neutro”. Alguns aspectos da impessoalidade direcionam seu sentido à neutralidade e à imparcialidade: “[...] o primeiro é a obrigatoriedade de que a administração pública proceda de modo a não privilegiar ou prejudicar ninguém [...]; o segundo, a abstração da pessoalidade dos atos administrativos [...] (BRASIL, 2021).

De acordo com o MRPR (2021) “A redação oficial é um estilo de escrita, utilizada pela Administração Pública, para redigir comunicações internas ou externas [...] No caso da redação oficial quem se comunica é sempre o serviço público [...]; e o destinatário dessa comunicação é o público, uma instituição privada ou outro órgão ou entidade pública.

Assim verifica-se que, a assertiva apontou a redação oficial como estilo de escrita da administração privada, o que está incorreto; a redação oficial é um estilo de escrita que tem de utilizar certos parâmetros ao uso da língua, diferentemente da literatura, do jornalismo ou da correspondência pessoal, o que faz da assertiva II incorreta.

A assertiva “I. A redação oficial é a maneira pela qual a Administração Pública redige atos normativos e comunicações oficiais [...] com a finalidade de exercer a comunicação oficial entre entidades públicas e delas com os cidadãos”.

A redação oficial é a maneira pela qual o Poder Público redige expedientes oficiais, comunicações que possuem a finalidade de informar com clareza e objetividade; e, atos normativos, comunicações que estabelecem regras para a conduta dos cidadãos e regulamenta o funcionamento dos órgãos públicos. Ela é utilizada para que se comunicar com os demais órgãos públicos e estes como os cidadãos, estando a assertiva correta.

Portanto, a questão e o gabarito devem ser mantidos.

Fontes:

- BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. CASA CIVIL. Manual de redação da Presidência da República. 3 ed. Brasília, Presidência da República, 2018.
- IMPESSOAL. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2024: Disponível em: <https://www.dicio.com.br/impessoal/>. Acesso em 21 de maio de 2024.
- ORZIL. C. Novo Manual de redação da Presidência da República comentado. Salvador: Editora JusPodivm, 2019.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
40	41	44	39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A assertiva afirma que: “Os atributos da redação oficial decorrem de dispositivo constitucional ao definir a legalidade, a moralidade, a publicidade, a impessoalidade e a eficiência [...]”, o que deixa claro que eles se originam dele.

Conforme o MRPR (2021), “[...] sua finalidade básica – comunicar com objetividade e máxima clareza – impõe certos parâmetros ao uso que se faz da língua, de maneira diversa daquele da literatura, do texto jornalístico, da correspondência particular etc.”, tendo em vista que a redação oficial não deve apresentar atributos como ambiguidades e inconsistências.

Portanto, a questão e o gabarito devem ser mantidos.

Fontes:

- BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. CASA CIVIL. Manual de redação da Presidência da República. 3 ed. Brasília, Presidência da República, 2018.
- ORZIL. C. Novo Manual de redação da Presidência da República comentado. Salvador: Editora JusPodivm, 2019.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
43	40	45	42

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa A.

A questão em voga solicitou a análise das afirmativas e a verificação de quais estão corretas:

I. A eficácia e a eficiência de uma equipe não se embasam somente na competência de seus membros [...] - CORRETA.

II. A sinergia que deve haver em uma equipe advém da motivação intrínseca de fazer bem-feito e pelo coletivo [...] - CORRETA.

III. Os relacionamentos interpessoais e os fatores motivacionais sendo bons, os funcionários têm satisfação com o trabalho [...] - CORRETA

IV. Uma equipe corresponde a um grupo de pessoas com habilidades próprias, comprometidas umas com as outras em relação a um objetivo e com o estabelecimento de um plano bem definido para alcançá-lo – CORRETA – Equipe é um grupo de pessoas que trabalha em prol da coletividade, de forma coordenada, para alcançar os objetivos estabelecidos; formada por pessoas distintas, detentoras de experiências, conhecimentos, habilidades e competências próprias que, compartilham de forma mútua, no intuito de alcançar um objetivo maior; os esforços individuais resultam em um nível de desempenho maior do que a soma daquelas contribuições individuais (ROBBINS, 2005, 2016; ZAMBONIN, 2012; CHIAVENATO, 2014).

Dessa forma, verifica-se que no gabarito preliminar, foi apontado equivocadamente como correta a alternativa “C) I, II e III”, mas a alternativa correta da questão é a “A) I, II, III e IV”.

Portando, diante do exposto, o gabarito deve ser alterado da alternativa “C” para a alternativa “A”.

Fontes:

- CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 4 ed. São Paulo: Manole, 2014.
- LACOMBE, F. J. M. **Recursos humanos: Princípios e Tendências**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- ROBBINS, S. P. **Lidere & Inspire - A Verdade Sobre a Gestão de Pessoas**. São Paulo: Saraiva, 2016.
- _____, S. P. **Comportamento organizacional**. 11 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.
- ZAMBONIN, C., R. Análise do impacto do relacionamento interpessoal no desempenho das pessoas nas organizações: um estudo de caso. **Revista de Administração de Roraima – RARR**, Boa Vista/RR, ed. 2, vol. 1, p 159-177, 2012. Disponível em: <https://revista.ufrr.br/adminrr/article/view/770/680>. Acesso em 21 de maio de 2024.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
44	45	40	43

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As relações interpessoais são essenciais para que o ambiente de trabalho seja positivo ou seja, a postura profissional que o colaborador apresenta é formada de comportamentos, competências, atitudes, conduta ética, competência técnica, conhecimento na área de atuação, responsabilidade, produtividade e comprometimento, envolvendo habilidades interpessoais, como empatia, comunicação e trabalho em equipe, fundamentais para construir relacionamentos saudáveis e duradouros no ambiente de trabalho e contribuir para a satisfação pessoal e profissional. É importante que a postura profissional e as relações interpessoais tenham equilíbrio, e para que isso seja possível necessária que sejam desenvolvidos hábitos e atitudes como ouvir com interesse o outro, ter empatia, compreender os momentos para conversar, gerir o tempo, desenvolver a inteligência emocional e ganhar produtividade.

Para Chiavenato (2014), a mudança de estilos técnicos para uma atuação mais participativa e humana vem exigindo investimento em autoconhecimento, diálogo, discussão sobre fatores que afetam a carreira, relacionamento

interpessoal e desempenho. Atualmente as equipes embasam as organizações flexíveis e a eficiência das pessoas vincula-se com a habilidade interpessoal de comunicação e capacidade de cooperar. Dessa forma, a alternativa “D)”, apontada como correta no gabarito complementar é condizente com o exposto. Portanto, a questão e o gabarito devem ser mantidos.

Fontes:

- CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 4 ed. São Paulo: Manole, 2014.
- FREITAS, C. R. **Relacionamento interpessoal e inteligência emocional no trabalho**. Iguatu: Quipá Editora, 2024.
- LACOMBE, F. J. M. **Recursos humanos: Princípios e Tendências**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- ROBBINS, S. P. **Comportamento organizacional**. 11 ed. São Paulo: Pearson Precentice Hall, 2005.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
45	39	43	41

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa A.

A questão em voga solicitou a análise das afirmativas e a verificação de quais estão corretas:

I. A opinião pública tem apontado de forma corrente escândalos na Administração Pública, exigindo que os representantes eleitos e os servidores públicos de carreira observem as normas e os valores que se relacionam de fato ao conceito de um serviço público – CORRETA.

II. Em um regime democrático, a opinião pública é essencial para o funcionamento social, permitindo que os indivíduos participem do processo político, exerçam pressão sobre os governantes, exijam melhoria nos serviços públicos e contribuam para uma sociedade mais igualitária – CORRETA.

III. Em relação à qualidade dos serviços públicos, a opinião pública tem apontado historicamente que sua prestação é, de forma geral, muito boa, o que cada vez mais repercute junto aos órgãos públicos e servidores públicos de carreira, pela busca de melhoria contínua na prestação dos serviços públicos – INCORRETA, tem apontado historicamente que a prestação de serviços públicos é de forma geral, muito ruim.

IV. Os indivíduos expressam suas opiniões, crenças, valores e expectativas sobre determinados assuntos em sociedade por meio da opinião pública, que possui capacidade de influenciar decisões políticas, comportamento dos servidores públicos de carreira e atuação dos órgãos públicos – CORRETA.

Dessa forma, verifica-se que no gabarito preliminar, foi apontado equivocadamente como correta a alternativa “C) I, III e IV”, entretanto, conforme apresentado, a alternativa correta da questão é a “A) I, II e IV”.

Portando, diante do exposto, o gabarito deve ser alterado da alternativa “C” para a alternativa “A”.

Fontes:

- ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – ENAP. **Ética no serviço público**. Módulo1. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3040/1/M%c3%b3dulo%201%20-%20Conceitos%20B%c3%a1sicos.pdf>. Acesso em 21 de maio de 2024.
- BONIFÁCIO, R.; SCLEGEL, R. Panorama e determinantes da satisfação com os serviços públicos no Brasil. **Revista do serviço público**. Brasília/DF, ed.4, vol. 63, p. 413-434, out./dez./2012. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/>. Acesso em 21 de maio de 2024.
- LIPPMANN, W. **Opinião pública**. 2 ed. São Paulo: Vozes, 2010.

BRANCA	VERDE
02	06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Entende-se por subjetivo aquele texto que expressa a visão pessoal do autor a respeito de algum assunto. Assim, o autor recorre, por exemplo, às metáforas, às metonímias ou a qualquer outro tipo de linguagem figurada para expor suas ideias. Os temas subjetivos estão presentes em muitos tipos de textos: podem estar expressos num poema, num pensamento, num provérbio, numa crônica, em contos e até em romance de ficção. No trecho “Havia um casal; quando deixa de haver, passamos a considerar cada um, secretamente, como se estivesse com uma espécie de luto”, há uma comparação. As demais transcrições textuais oferecem informações precisas para o leitor, transmitindo-lhes conhecimentos, fatos. São mensagens que se orientam para o referente.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA	VERDE
04	01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O 3º§ do texto denota que: “Penso um instante nos dois; refaço a imagem um pouco distraída que faço de cada um. Sei há quantos anos são casados, e como vivem. A gente sempre sabe, de um casal de amigos, um pouco mais do que cada um dos membros do casal imagina. Como toda gente, já fui amigo de casais que se separaram. É tão triste. É penoso e incômodo, porque então a gente tem de passar a considerar cada um em separado – e cada um fica sem uma parte de sua própria realidade. A realidade, para nós, eram dois, não apenas no que os unia, como ainda no que os separava quando juntos. Havia um casal; quando deixa de haver, passamos a considerar cada um, secretamente, como se estivesse com uma espécie de luto. Preferimos que vivam mal, porém juntos; é mais cômodo para nós. Que briguem e não se compreendam, e não mais se amem e se traiam, mas não deixem de ser um casal, pois é assim que eles existem para nós. Ficam ligeiramente absurdos sendo duas pessoas”. De acordo com as ideias vivenciadas no texto, depreende-se que “Quando o autor descreve aspectos pessoais de cada um dos cônjuges, chegando a presumir como teriam decidido visitá-lo, o ele sugere que os cônjuges transferem sua pessoalidade para uma espécie de identidade comum e básico do casal”.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA	VERDE
05	09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A prosopopeia é considerada como uma figura de animismo por consistir em um processo de animação de personagens. Características humanas são atribuídas a seres não humanos ou inanimados. Pode ser empregado em textos literários ou campanhas publicitárias. O objetivo desse recurso estilístico é dar mais expressividade ao texto ou dar destaque a algum tema para o leitor. Algumas pessoas confundem a prosopopeia com a metáfora, pois ambas são figuras de linguagem, porém, elas possuem efeitos estilísticos distintos. Falaremos mais sobre esse tópico ao longo do artigo. Conclui-se, portanto, que há um exemplo de prosopopeia em: “Acendo a luz e vou lhes abrir a porta e também discretamente, o coração”. As demais transcrições textuais evidenciam o sentido literal, ou seja, aquele que pode ser

tomado como o sentido “básico, usual” da palavra ou expressão; que pode ser compreendido sem ajuda do contexto. Quando uma palavra ou enunciado se apresenta em seu sentido usual, adquire valor denotativo.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA	VERDE
10	02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O sujeito é um dos termos essenciais da oração. Assim, ele é o termo sobre o qual declaramos algo. O sujeito simples é composto por apenas um núcleo. Em outras palavras, é aquele que se refere a apenas um ser ou objeto. O sujeito simples é bastante comum na língua portuguesa e é geralmente identificado com facilidade. No entanto, é importante lembrar que o sujeito pode ser modificado por adjetivos ou outras palavras que o descrevem, mas ainda assim ser considerado um sujeito simples. Observe: “Eu gosto do vestido”; “A campainha bate”; e, “Ele diz que eu tenho corpo de mulata, [...]”. Existem alguns casos em que o sujeito simplesmente não existe. Por norma, esse fenômeno ocorre em orações formadas por verbos impessoais, sempre conjugados na terceira pessoa do singular. Os verbos impessoais, normalmente, indicam fenômenos atmosféricos e da natureza (nevar, chover, ventar etc.). Há também os casos do verbo “fazer”, quando indica tempo decorrido, e do verbo haver, no sentido de tempo decorrido ou de existir. Ou quando for composta pelo verbo “haver”, com o significado de “existir” ou com a ideia de tempo decorrido: “Havia um casal; [...]”.

Fonte:

- TERRA, Ernani. Curso prático de gramática. São Paulo: Scipione, 1996. p. 193.

BRANCA	VERDE
14	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda teclas de atalho para a criação de pastas no Windows 10 Pro, em sua configuração padrão no idioma português Brasil, sendo assim, as teclas de atalho no explorador de arquivos para a criação de pastas é Ctrl + Shift + N.

Fonte:

- https://support.microsoft.com/pt-br/windows/atalhos-do-teclado-no-windows-dcc61a57-8ff0-cffe-9796-cb9706c75eec#WindowsVersion=Windows_10

BRANCA	VERDE
17	24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa CORRETA é a letra A. Localizado na Bacia do Alto Paraguai (BAP), constituindo uma planície sedimentar de aproximadamente 151.000 quilômetros quadrados. Com o seu maior território entre os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, a região abrange áreas na Bolívia e Paraguai. É a maior área úmida do planeta, reconhecido pela Unesco como Patrimônio Natural da Humanidade e Reserva da Biosfera. O Pantanal é considerado um Ecótono (Complexo de Ecossistemas) pois trata-se de uma região de encontro entre 5 biomas: Cerrado, Chaco, Amazônia, Mata Atlântica e Bosque Seco Chiquitano. Existem no Pantanal pelo menos 4.700 espécies, sendo 3.500 espécies de plantas, 650 de aves, 124 de mamíferos, 80 de répteis, 60 de anfíbios e 260 espécies de peixes de água doce, sendo que algumas delas em risco de extinção. Atualmente o Pantanal é subdividido em “11 microrregiões”. Cada uma possui diferentes

características naturais e pode abrigar distintas espécies de animais, que variam de acordo com as condições da região. Apesar de suas características, o Pantanal é um bioma frágil e altamente dependente da água. O regime hídrico depende das chuvas locais e, principalmente, daquelas que ocorrem nas cabeceiras dos principais rios, sendo que as grandes cheias são comandadas principalmente pelo Rio Paraguai. Não há regularidade e exatidão dos meses secos e chuvosos. Essa irregularidade já existe como característica do próprio pantanal, e não devido ao aquecimento global, especificamente. Pela importância para o meio ambiente é considerado Patrimônio Natural da Humanidade e Reserva da Biosfera pela Unesco, e não apenas do Brasil.

Fontes:

- <https://www.sospantanal.org.br/pantanal/>
- <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/87698773/entidades-discutem-desenvolvimento-sustentavel-do-pantanal-brasileiro>
- <https://aida-americas.org/es/blog/o-que-se-deve-saber-sobre-o-alerta-trinacional-para-salvar-o-pantanal-dos-incendios?>
- <https://sbtnews.sbt.com.br/noticia/turismo/incendio-consome-1-6-mil-hectares-da-serra-do-amolar-no-pantanal>

BRANCA	VERDE
19	18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa CORRETA é a letra **D**. Em dois dias de trabalho já foram encontrados fragmentos de louças, garrafas, metais, vidros e cerâmicas. Todo o material será levado para um laboratório montado na antiga estação ferroviária de Tinguá, também restaurada pela prefeitura, para ser higienizado e analisado, identificando a origem e época dele. A superintendência, comandada por Diogo Borges, mestre em arqueologia pelo Museu Nacional, iniciou a escavação após autorização dada em abril pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). No Parque Histórico e Arqueológico de Iguassú Velha, na região de Tinguá, há a expectativa de encontrar objetos arqueológicos indígenas, que ocuparam a Baixada Fluminense há aproximadamente 10 mil anos. “Estamos no início da etapa da pesquisa arqueológica no parque. A escavação acontece num terreno de 120 metros quadrados, que está dividido em quadrados de dois metros quadrados para os trabalhos de pesquisa. Escavamos 10 centímetros de cada vez e já estamos em 40 centímetros escavados. Usamos ferramentas manuais, como enxada, colher de pedreiro, pá e alavanca. Depois, esse material passa por um processo de refinamento em uma peneira para ser separado”, afirmou Diogo Borges. Ainda segundo ele, assim que a escavação for concluída na área da Câmara e Cadeia da antiga Vila de Iguassú, ela será iniciada em outros pontos, como o Porto da Praça do Comércio de Iguassú, Torre Sineira da antiga Igreja Matriz, cemitério de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e outros pontos existentes no antigo leito do rio Iguaçu, que foi retificado no início do século XX. Segundo o secretário de Cultura, Marcus Monteiro, a Cidade de Nova Iguaçu, possui diversos fatos históricos marcantes, como a construção da Igreja Nossa Senhora da Piedade de Iguassú (1699); a abertura da Estrada Real do Comércio, partindo da antiga Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Iguassú (1811-1822) e a criação da Vila de Iguassú (1833), bem como a existência de dezenas de aldeamentos indígenas que existiram até o século XVI, antigos engenhos e fazendas, bem como diversos quilombos que datam dos séculos XVII ao XIX, o que com absoluta certeza fará com que este trabalho encontre farto e rico material arqueológico, ajudando a enriquecer a história da Baixada Fluminense. Se existe uma Nova Iguaçu, é porque existiu uma velha. Na verdade, ainda existe. O nome da original é Vila de Nossa Senhora da Piedade de Iguassú, assim mesmo, com dois esses e acento na última vogal. O lugar tem tudo para renascer dos escombros e se tornar uma joia turística da Baixada Fluminense, com as primeiras inaugurações do processo de restauro e revitalização do Parque Histórico e Arqueológico de Iguassú Velha. A Vila de Iguassú foi uma das mais prósperas da Província do Rio de Janeiro na década de 1830. Os negócios em lombo de mulas agitavam a Estrada Real do Comércio, que Dom João VI mandou construir em 1811 para subir a Serra do Tinguá até o Rio Paraíba do Sul, por onde chegavam produtos de Minas Gerais. As mulas desciam a serra até o porto da Vila, de onde a mercadoria seguia pelo Rio Iguaçu e pela Baía de Guanabara até chegar à Corte Imperial. A Estrada Real continua no lugar, com o calçamento de pé-de-moleque que foi reinaugurado em

1842 pelo coronel Conrado Jacob de Niemeyer, do Imperial Corpo de Engenheiros. A decadência da região toda, no entanto, foi sentenciada pelo início da operação, em 1858, da Estrada de Ferro Dom Pedro II (a Central do Brasil), ligando a Corte à Baixada e, posteriormente, a Minas Gerais.

Fontes:

- <https://www.novaiguacu.rj.gov.br/2023/05/22/nova-iguacu-inicia-escavacao-no-parque-historico-e-arqueologico-de-iguassu-velha-2/>
- <https://www.portalc3.net/a-transformacao-em-polo-turistico-historico-de-iguassu-velho/>

BRANCA	VERDE
20	21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa CORRETA é a letra **A**. Armas biológicas são armas formadas por agentes causadores de doenças, como vírus. As armas biológicas constituem uma grave ameaça e já foram utilizadas em guerras. As armas biológicas podem ser responsáveis por doenças, morte e sensação de insegurança na população. Armas biológicas são armas que transportam organismos, como vírus e bactérias, capazes de causar danos à população, outros animais e plantas. A utilização dessas armas provoca a disseminação de doenças que podem colocar em risco uma população inteira e até mesmo desencadear pandemias. Desde o início da história humana, o homem utiliza micro-organismos como forma de se defender e também para atacar seus inimigos. Com o avanço no estudo de microbiologia e engenharia genética, essas armas se tornaram cada vez mais eficazes e perigosas. Armas biológicas são armas que transportam micro-organismos patogênicos capazes de provocar doenças e morte em seres humanos, outros animais e plantas. Além de provocar doença e mortes, as armas biológicas são usadas com o objetivo de causar medo em uma população, disseminando insegurança e pânico, o que pode gerar grande prejuízo às pessoas que vivem em uma determinada área, impactando negativamente até mesmo na sua economia. As armas biológicas são extremamente perigosas, e, apesar de não destruírem a estrutura física de uma região, como as bombas atômicas, as doenças liberadas por elas podem provocar epidemias e até mesmo pandemias, atingindo diferentes regiões geográficas. Além disso, por não provocarem grandes explosões, como mísseis e bombas, as armas biológicas são um perigo silencioso, pois são liberadas no ambiente sem que as pessoas percebam. Isso faz com que uma grande quantidade de pessoas seja contaminada antes mesmo da ameaça ter sido identificada. Portanto, é importante que os sistemas de saúde estejam sempre preparados para lidar com essas situações, respondendo rapidamente a surtos de doenças já conhecidas e também a agentes novos. Existem diferentes tipos de armas biológicas, as quais se diferenciam, por exemplo, pelo agente utilizado em sua fabricação. Alguns dos micro-organismos já utilizados na fabricação de armas biológicas são as bactérias *Yersinia pestis* e *Bacillus anthracis*. As armas biológicas diferenciam-se também pela forma como são utilizadas, ou seja, como o micro-organismo será disseminado. Na literatura encontram-se relatos de armas simples, como estacas contaminadas, até mísseis capazes de disseminar um agente biológico.

Fontes:

- <https://super.abril.com.br/coluna/bruno-garattoni/cientistas-querem-impedir-o-uso-de-ia-na-criacao-de-armas-biologicas>
- <https://www.cnnbrasil.com.br/tecnologia/cientistas-assinam-acordo-para-prevenir-armas-biologicas-alimentadas-com-ia/>
- <https://brasilecola.uol.com.br/biologia/armas-biologicas.htm>

BRANCA	VERDE
21	16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa CORRETA é a letra **A**. Participar de uma briga em grupo, denominada rixa, é um crime previsto em lei, penalizado de acordo com o seu agravamento. Veja a seguir explicação sobre o tema. A participação em brigas de grupos, também chamada de rixa, é um crime previsto em lei, pelo artigo 137 do Código Penal Brasileiro. Diz respeito às lutas corporais, ou aos conflitos realizados à distância com o arremesso de objetos, e que atentam contra a vida de forma violenta. A rixa se configura com a participação de no mínimo três pessoas, que se atacam de forma aleatória, trocando agressões, e por isso inexistindo vítimas, ou seja, todas elas são autoras do crime. Pode ocorrer ao acaso, por desentendimento em alguma situação, desencadeada por ciúmes, sentimento de desonra ou como consequência de uma agressão verbal. Mas também pode ser realizada de forma ordenada, com horário e local previamente combinado pelos envolvidos, como muitas vezes se observa em brigas de gangues, torcidas organizadas, ou grupos rivais que defendem determinados ideais. Neste tipo de crime, há duas tipificações, que apresentaremos a seguir, conforme o dano físico e gravidade causados pelo ato. Se o resultado do conflito não apresentar lesões mais graves aos participantes, este é classificado como rixa simples. Aqui não existe a alegação de legítima defesa, pois se parte do pressuposto que todas as pessoas estão participando de livre e espontânea vontade e de forma intencional da rixa. Ou seja, as agressões não estão sendo deferidas de forma injusta, por assim dizer. A legítima defesa somente será analisada se, no meio da rixa, algum participante partir para o uso de arma branca, como uma faca ou arma de fogo, e for contido por outro indivíduo que busca proteger sua própria vida, causando a morte daquele. O homicídio será analisado como legítima defesa, mas o crime de rixa será julgado como efetivo para o acusado. Estipula-se como pena para o crime de rixa simples a detenção de 15 dias a 2 meses ou pagamento de multa. Exclui-se desse crime, a pessoa que entra na briga com a finalidade de apartar, quando comprovada tal situação.

Fontes:

- <https://recordtv.r7.com/balanco-geral/videos/lutas-clandestinas-se-espalham-pelas-ruas-de-sp-12032024>
- <https://www.mundoadvogados.com.br/artigos/posso-ser-preso-por-participar-de-uma-briga-em-grupo>
- <https://www.rioverdeagora.com.br/colunas/cidade/post/rio-verde-tem-clube-da-luta-clandestino>
- <https://jus.com.br/artigos/55722/o-crime-de-rixas-e-responsabilidade-penal-do-agente>

BRANCA	VERDE
22	19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa CORRETA é a letra **C**. O que é sensação térmica? O frio ou calor que sentimos depende de condições como o vento e umidade do ar. Mas, afinal, o que é sensação térmica? "O calor ou frio que sentimos são influenciados pela temperatura do ar em um dado momento, mas também pela umidade e o vento. Por isso, para calcularmos a intensidade do frio ou do calor percebida pelo corpo humano, utilizamos a sensação térmica", esclarece o Alerta Rio. Com 37,1°C, "Quando as temperaturas estão muito elevadas, por exemplo, o corpo humano tende a equilibrar a sua temperatura através do suor; a evaporação do suor ajuda a resfriar o corpo e a reduzir a temperatura corporal. No entanto, quando a umidade também está alta, o suor não evapora de forma eficiente, aumentando a sensação de calor percebida." Em períodos de calor intenso, especialistas recomendam à população evitar a exposição prolongada ao sol, usar protetor solar e beber muita água. A onda de calor está relacionada ao fenômeno El Niño, de aquecimento das águas do Pacífico, e também ao aquecimento global do planeta pela ação humana. Cálculo do indicador considera fatores como a umidade e a velocidade do vento, explicam meteorologistas.

Fontes:

- <https://gauchazh.clicrbs.com.br/ambiente/noticia/2024/03/o-que-e-sensacao-termica-cltvuhfor001j014ax6l4qart.html>

- <https://globo.com/previsao-do-tempo/noticia/2024/03/o-que-e-sensacao-termica-como-calcular.ghtml>
- <https://metsul.com/entenda-a-sensacao-termica-de-62oc-na-cidade-do-rio-de-janeiro/>
- <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ultima-hora/pais/rio-de-janeiro-registra-sensacao-termica-recorde-de-601c-1.3490327>

BRANCA	VERDE
24	20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa CORRETA é a letra **B**. Lei de 1989 sobre racismo tem punição específica para uso de símbolos ligados ao nazismo. STF já definiu que liberdade de expressão não abarca apologias ao regime de Adolf Hitler. A apologia do nazismo usando símbolos nazistas, distribuindo emblemas ou fazendo propaganda desse regime é crime previsto em lei no Brasil, com pena de reclusão. O tema voltou a ser debatido depois que o apresentador do "Flow Podcast" e influencer Bruno Aib, conhecido como Monark, defendeu a legalidade de um partido nazista brasileiro em um programa que debatia liberdade de expressão. "A esquerda radical tem muito mais espaço do que a direita radical, na minha opinião. As duas tinham que ter espaço. Eu sou mais louco que todos vocês. Eu acho que o nazista tinha que ter o partido nazista, reconhecido pela lei", disse ele. O programa tinha como convidados os deputados federais Kim Kataguirí (DEM-SP) e Tabata Amaral (PSB-SP). A fala repercutiu negativamente entre políticos, juristas e candidatos à presidência da República, e levou a Procuradoria-Geral da República (PGR) a abrir uma investigação. A apologia do nazismo se enquadra na Lei 7.716/1989, segundo a qual é crime: Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Pena: reclusão de um a três anos e multa – ou reclusão de dois a cinco anos e multa se o crime foi cometido em publicações ou meios de comunicação social. Fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem a cruz suástica ou gamada, para fins de divulgação do nazismo. Pena: reclusão de dois a cinco anos e multa. Essa lei é respaldada pela própria Constituição, que classifica o racismo como crime inafiançável e imprescritível. Isso significa que o racismo pode ser julgado e sentenciado a qualquer momento, não importando quanto tempo já se passou desde a conduta. Inicialmente, não havia menção ao nazismo na legislação, que era destinada principalmente ao combate do racismo sofrido pela população negra. Apenas em 1994 e 1997 foram incluídas as referências explícitas ao nazismo, por projetos de lei apresentados por Alberto Goldman e Paulo Paim. Segundo especialistas, o direito à liberdade de expressão não engloba a apologia do nazismo. Essa questão, inclusive, já foi decidida pelo Supremo Tribunal Federal em 2003 num julgamento considerado histórico e que ficou conhecido como caso Ellwanger. O escritor gaúcho Siegfried Ellwanger Castan publicara uma série de obras que negavam o Holocausto judeu, um deles intitulado 'Holocausto Judeu ou Alemão?'. Foi o primeiro condenado definitivo por antissemitismo na América Latina. O Supremo, ao negar habeas corpus mantendo a pena do escritor, decidiu que "escrever, editar, divulgar e comercializar livros fazendo apologia de ideias preconceituosas e discriminatórias contra a comunidade judaica constitui crime de racismo sujeito à inafiançabilidade e imprescritibilidade". Além disso, a Corte concluiu que "o preceito fundamental de liberdade de expressão não consagra o direito à incitação ao racismo, dado que um direito individual não pode constituir-se em salvaguarda de condutas ilícitas, como sucede com os delitos contra a honra". "No estado de direito democrático devem ser intransigentemente respeitados os princípios que garantem a prevalência dos direitos humanos. Jamais podem se apagar da memória dos povos que se pretendam justos os atos repulsivos do passado que permitiram e incentivaram o ódio entre iguais por motivos raciais de torpeza inominável", diz a decisão do STF. Desde então, a composição da Suprema Corte mudou, mas dois ministros que hoje compõem o STF já se manifestaram sobre o tema, reconhecendo que a apologia do nazismo é crime. A Constituição consagra o binômio: liberdade e responsabilidade. O direito fundamental à liberdade de expressão não autoriza a abominável e criminosa apologia do nazismo. Qualquer apologia do nazismo é criminosa, execrável e obscena. O discurso do ódio contraria os valores fundantes da democracia constitucional brasileira. Minha solidariedade à comunidade judaica".

Fontes:

- <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2024/03/18/santa-catarina-conselho-direitos-humanos-sc-aumento-celulas-nazistas-visita-blumenau-florianopolis.ghtml>
- <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/02/10/o-que-a-lei-brasileira-diz-sobre-apologia-do-nazismo.ghtml>
- <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-60338244>
- <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/08/confundida-com-liberdade-de-expressao-apologia-ao-nazismo-cresce-no-brasil-a-partir-de-2019>

BRANCA	VERDE
26	29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A resposta correta reproduz na literalidade os termos do Art. 161 da Lei Municipal nº 2.378, de 29 de dezembro 1992.

Vejam os a base normativa:

Art. 161 – Os benefícios do Plano de Seguridade Social do funcionário, compreenderão: [...]

II. quanto ao dependente:

[...] c. auxílio-reclusão.

As demais alternativas estão elencadas no rol **I. quanto ao funcionário: [...]**

Fonte:

- <http://www.previni.com.br/index.php/produto/legislacao/36-o-instituto/legislacao/30-leis>

BRANCA	VERDE
28	27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De início, ressalta-se o fato de que apenas um candidato se insurgiu em face da questão, o que demonstra que o conhecimento cobrado é de amplo conhecimento dos postulantes ao cargo.

A resposta correta encontra respaldo nos termos da Lei Municipal nº 2.378, de 29 de dezembro 1992.

Vejam os a base normativa:

I. Gustavo: Art. 21 - **Reversão** é o retorno à atividade de funcionário aposentado por invalidez, quando por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria.

II. Teresa: Art. 20 - **Readaptação** é a investidura do funcionário em cargo de atribuições e responsabilidade compatíveis com a limitação que tenha sofrido, em sua capacidade física e mental, verificada em inspeção médica. Deste modo, Gustavo e Teresa farão jus, respectivamente, à: Reversão e readaptação.

Fonte:

- <http://www.previni.com.br/index.php/produto/legislacao/36-o-instituto/legislacao/30-leis>

BRANCA	VERDE
29	26

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Ao analisar as razões recursais, pretendem os candidatos a anulação da questão, no que lhes assiste razão. Embora a questão enfatiza um artigo diretamente relacionado à normativa (Lei Municipal nº 2.378, de 29 de dezembro 1992) vigente até a presente data, nota-se que há entendimento dos Tribunais superiores que entendem que a ascensão funcional, face à atual redação do artigo 37, II da CF, é inconstitucional.

Ante a divergência normativa evidenciada, entendendo como medida de mais lúdima justiça a questão merece ser anulada.

Fonte:

- <https://portal.stf.jus.br/jurisprudencia/sumariosumulas.asp?base=26&sumula=2348>

BRANCA	VERDE
35	31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão trata da interpretação da lei e dos direitos das crianças diante da legislação. Dessa forma, a questão está totalmente adequada e o fato de não ter tido cópia idêntica não interfere no contexto da questão. As alternativas são totalmente corretas, bem como a análise requerida aos candidatos. A Lei nº. 8.069/1990 refere-se aos direitos das crianças e adolescentes também à educação, portanto, está plenamente dentro do contexto solicitado dentro do concurso: Bases legais sobre a oferta da Educação Infantil no contexto brasileiro. O direito à educação: a legislação educacional brasileira.

Fonte:

- BRASIL. **Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Presidência da República, Brasília-DF, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

BRANCA	VERDE
37	33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A letra B está correta, conforme o gabarito: Políticas públicas de atenção integral com ações voltadas à nutrição, saúde, parentalidade, segurança e proteção.

A) Atividades padronizadas para toda rede pública que visem o desenvolvimento de competências e habilidades. Não se prevê atividades padronizadas para a rede pública, visto que se deve respeitar a cultura local, os costumes e também a própria organização social, onde a instituição está inserida, portanto a alternativa está totalmente errada (BNCC, 2018).

c) Programas compensatórios por meio de políticas públicas que garantam o desenvolvimento intelectual e motor das crianças preparando para o ensino fundamental. Programas compensatórios não são para a primeira infância. O investimento na primeira infância reduz, inclusive, a necessidade de programas compensatórios futuramente, como o próprio texto do Todos pela Educação discorre na íntegra.

D) Políticas públicas que objetivem o desenvolvimento das crianças nas instituições de educação infantil sem atenção às famílias, visto que é uma proposta educacional. A família também é parte integrante da atenção à primeira infância, visto que a criança pequena depende totalmente dela em sua sobrevivência.

A alternativa B é a correta. Importante ressaltar que a questão está elaborada de modo a abordar o conhecimento do candidato acerca do atendimento à primeira infância, nesse caso, em consonância com as alternativas e a proposta da questão. Ela está coerente e de acordo com o atendimento à primeira infância, mesmo que não aborde todo o universo desse atendimento, o que é impossível em uma única questão.

Fonte:

- Todos pela Educação. Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. Primeira Infância: Recomendações de políticas de primeira infância para os governos federal e estaduais. Todos Pela Educação, setembro de 2022. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2022/11/educacao-ja-2022-primeira-infancia.pdf>

BRANCA	VERDE
43	40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A letra A está correta (LDB Art. 24, inciso I - a carga horária mínima anual será de oitocentas horas para o ensino fundamental e para o ensino médio, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver;). A letra B está errada, pois o atendimento na educação infantil é até os 5 anos e não 6 (Art. 4º, inciso II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade;). Na educação infantil não há promoção (Art. 31, inciso I), o que invalida a letra C da questão. A letra D está errada, pois a oferta obrigatória da educação é a partir dos 4 anos e não há obrigatoriedade da oferta de tempo integral para as creches e pré-escolas. A letra E está incorreta de acordo com o art. 30, inciso II.

Fonte:

- LDB - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. BRASIL. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

BRANCA	VERDE
45	35

Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O erro de digitação no enunciado não invalida em nada a questão e não gera desentendimento por parte do candidato para a indicação da alternativa incorreta, conforme solicitado pelo comando da questão.

Cargo: Motorista II

BRANCA
02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Entende-se por subjetivo aquele texto que expressa a visão pessoal do autor a respeito de algum assunto. Assim, o autor recorre, por exemplo, às metáforas, às metonímias ou a qualquer outro tipo de linguagem figurada para expor suas ideias. Os temas subjetivos estão presentes em muitos tipos de textos: podem estar expressos num poema, num pensamento, num provérbio, numa crônica, em contos e até em romance de ficção. No trecho “Havia um casal; quando deixa de haver, passamos a considerar cada um, secretamente, como se estivesse com uma espécie de luto”, há uma comparação. As demais transcrições textuais oferecem informações precisas para o leitor, transmitindo-lhes

conhecimentos, fatos. São mensagens que se orientam para o referente.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA
05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A prosopopeia é considerada como uma figura de animismo por consistir em um processo de animação de personagens. Características humanas são atribuídas a seres não humanos ou inanimados. Pode ser empregado em textos literários ou campanhas publicitárias. O objetivo desse recurso estilístico é dar mais expressividade ao texto ou dar destaque a algum tema para o leitor. Algumas pessoas confundem a prosopopeia com a metáfora, pois ambas são figuras de linguagem, porém, elas possuem efeitos estilísticos distintos. Conclui-se, portanto, que há um exemplo de prosopopeia em: “Acendo a luz e vou lhes abrir a porta e também discretamente, o coração”. As demais transcrições textuais evidenciam o sentido literal, ou seja, aquele que pode ser tomado como o sentido “básico, usual” da palavra ou expressão; que pode ser compreendido sem ajuda do contexto.

Quando uma palavra ou enunciado se apresenta em seu sentido usual, adquire valor denotativo.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA
08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

“Às vezes”, com crase, é uma locução adverbial indicativa de tempo, que significa: ocasionalmente; de vez em quando; de quando em quando; em alguns momentos ou situações. “À medida que” é uma locução conjuntiva proporcional, isto é, expressa ideia de proporcionalidade. Equivale a: à proporção que; conforme; ao passo que; enquanto. O pronome demonstrativo “aquele” e suas variações (aquela, aqueles, aquelas) receberão acento grave no a inicial sempre que houver um verbo ou nome que peça a preposição “a”. “À toa”, separado e com crase, pode ser uma locução adverbial com significado de ao acaso, ao léu; ou pode ser também um adjetivo sinônimo de insignificante e desimportante.

Fonte:

- TERRA, Ernani. Curso prático de gramática. São Paulo: Scipione, 1996. p. 193.

BRANCA
10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O sujeito é um dos termos essenciais da oração. Assim, ele é o termo sobre o qual declaramos algo. O sujeito simples é composto por apenas um núcleo. Em outras palavras, é aquele que se refere a apenas um ser ou objeto. O sujeito simples é bastante comum na língua portuguesa e é geralmente identificado com facilidade. No entanto, é importante lembrar que o sujeito pode ser modificado por adjetivos ou outras palavras que o descrevem, mas ainda assim ser considerado um sujeito simples. Observe: “Eu gosto do vestido”; “A campanha bate”; e, “Ele diz que eu tenho corpo de mulata, [...]”. Existem alguns casos em que o sujeito simplesmente não existe. Por norma, esse fenômeno ocorre

em orações formadas por verbos impessoais, sempre conjugados na terceira pessoa do singular. Os verbos impessoais, normalmente, indicam fenômenos atmosféricos e da natureza (nevar, chover, ventar etc.). Há também os casos do verbo “fazer”, quando indica tempo decorrido, e do verbo haver, no sentido de tempo decorrido ou de existir. Ou quando for composta pelo verbo “haver”, com o significado de “existir” ou com a ideia de tempo decorrido: “Havia um casal; [...]”.

Fonte:

- TERRA, Ernani. Curso prático de gramática. São Paulo: Scipione, 1996. p. 193.

BRANCA
11

Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os argumentos utilizados não fazem referência ao conteúdo da questão.

BRANCA
16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa CORRETA é a letra **D**. As mulheres constituem atualmente 52,6% da população habilitada a votar, segundo dados do TSE (Tribunal Superior Eleitoral). A diferença nunca foi tão grande. São, no total, 8,1 milhões de potenciais votos a mais que os dos homens. A superioridade numérica cresce ao menos desde 1996, início da série histórica com dados disponíveis, tanto no quadro geral como nos locais. Neste ano de eleições municipais, as mulheres são a maioria do eleitorado em 3.657 cidades do país (65,7%). Em 1996, isso acontecia em apenas 775 municípios (14% na época). As Mulheres votaram no Brasil pela primeira vez há 90 anos. Há 90 anos, em 3 de maio de 1933, as mulheres brasileiras puderam exercer o direito do voto e de serem votadas pela primeira vez na história do Brasil, durante a Assembleia Nacional Constituinte. Isso só foi possível a partir do Código Eleitoral de 1932, decretado durante o governo provisório de Getúlio Vargas. No entanto, o Código só permitia que votassem ou fossem votadas mulheres casadas com aval do marido ou as viúvas e solteiras com renda própria, o que inviabilizava o voto para milhares de mulheres que ainda lutavam para serem independentes economicamente. Somente em 1934 o Código Eleitoral retirou essas determinações, mas o voto feminino continuou sendo facultativo, com a obrigatoriedade prevista só para os eleitores homens. Apenas em 1946, o voto passou a ser obrigatório também para as mulheres. O voto feminino no Brasil remonta a décadas de lutas feministas pela equiparação de direitos entre homens e mulheres e foi reivindicado, inclusive, antes da Proclamação da República. Durante a Constituinte de 1890, as feministas tentaram emplacar suas pautas, mas todas as propostas de incluir o sufrágio feminino na nova Constituição foram derrotadas. Em 1910, a educadora Leolinda Daltro fundou o Partido Republicano Feminino, após ter seu pedido de alistamento eleitoral negado. Inspirado no movimento sufragista da Inglaterra, o PRF organizava passeatas para reivindicar o direito ao voto e condições dignas de trabalho e educação para as mulheres brasileiras. O partido foi a primeira organização a liderar a luta pelo voto feminino no país. Anos mais tarde, em 25 de outubro de 1927, o Estado do Rio Grande do Norte aprovou uma lei que garantia o direito de voto às mulheres, dando um verdadeiro impulso às lutas feministas em âmbito federal. Outra ativista que obteve muito destaque no início do século XX foi Bertha Lutz, que liderava a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), responsável por organizar rodas de conversa, boletins e passeatas em prol dos direitos das mulheres, além de promover alianças com organizações estrangeiras a fim de fortalecer a luta e importar boas práticas. A entidade tinha como objetivos “promover a educação da mulher e elevar o nível de instrução feminina; proteger as mães e a infância; obter garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino; auxiliar as boas iniciativas da mulher e orientá-la na escolha de uma profissão; estimular o espírito de sociabilidade e cooperação entre as mulheres e interessá-las pelas questões sociais e de alcance público; assegurar à mulher direitos políticos e preparação para o exercício inteligente desses direitos; e estreitar os laços de amizade com os demais países americanos.” Dilma Rousseff foi a única mulher da história a ser eleita presidente da República, em

2011. Atualmente no Brasil, exercem mandatos na Câmara dos Deputados 91 mulheres, menos de um quinto do total de assentos. Até as últimas eleições, nenhuma mulher brasileira jamais foi eleita presidente da Câmara ou do Senado.

Fontes:

- <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2024/03/mulheres-crescem-no-eleitorado-e-sao-maioria-em-2-de-cada-3-cidades.shtml>
- <https://www.meioemensagem.com.br/womentowatch/mulheres-votaram-no-brasil-pela-primeira-vez-ha-90-anos>
- <https://nossacausa.com/conquistas-do-feminismo-no-brasil/>
- <https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/a-conquista-do-voto-feminino/index.html>

BRANCA
17

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa CORRETA é a letra **A**. Localizado na Bacia do Alto Paraguai (BAP), constituindo uma planície sedimentar de aproximadamente 151.000 quilômetros quadrados. Com o seu maior território entre os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, a região abrange áreas na Bolívia e Paraguai. É a maior área úmida do planeta, reconhecido pela Unesco como Patrimônio Natural da Humanidade e Reserva da Biosfera. O Pantanal é considerado um Ecótono (Complexo de Ecossistemas) pois trata-se de uma região de encontro entre 5 biomas: Cerrado, Chaco, Amazônia, Mata Atlântica e Bosque Seco Chiquitano. Existem no Pantanal pelo menos 4.700 espécies, sendo 3.500 espécies de plantas, 650 de aves, 124 de mamíferos, 80 de répteis, 60 de anfíbios e 260 espécies de peixes de água doce, sendo que algumas delas em risco de extinção. Atualmente o Pantanal é subdividido em “11 microrregiões”. Cada uma possui diferentes características naturais e pode abrigar distintas espécies de animais, que variam de acordo com as condições da região. Apesar de suas características, o Pantanal é um bioma frágil e altamente dependente da água. O regime hídrico depende das chuvas locais e, principalmente, daquelas que ocorrem nas cabeceiras dos principais rios, sendo que as grandes cheias são comandadas principalmente pelo Rio Paraguai. Não há regularidade e exatidão dos meses secos e chuvosos. Essa irregularidade já existe como característica do próprio pantanal, e não devido ao aquecimento global, especificamente. Pela importância para o meio ambiente é considerado Patrimônio Natural da Humanidade e Reserva da Biosfera pela Unesco, e não apenas do Brasil.

Fontes:

- <https://www.sospantanal.org.br/pantanal/>
- <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/87698773/entidades-discutem-desenvolvimento-sustentavel-do-pantanal-brasileiro>
- <https://aida-americas.org/es/blog/o-que-se-deve-saber-sobre-o-alerta-trinacional-para-salvar-o-pantanal-dos-incendios?>
- <https://sbtnews.sbt.com.br/noticia/turismo/incendio-consome-1-6-mil-hectares-da-serra-do-amolar-no-pantanal>

BRANCA
19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa CORRETA é a letra **D**. Em dois dias de trabalho já foram encontrados fragmentos de louças, garrafas, metais, vidros e cerâmicas. Todo o material será levado para um laboratório montado na antiga estação ferroviária de Tinguá, também restaurada pela prefeitura, para ser higienizado e analisado, identificando a origem e época dele. A

superintendência, comandada por Diogo Borges, mestre em arqueologia pelo Museu Nacional, iniciou a escavação após autorização dada em abril pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). No Parque Histórico e Arqueológico de Iguassú Velha, na região de Tinguá, há a expectativa de encontrar objetos arqueológicos indígenas, que ocuparam a Baixada Fluminense há aproximadamente 10 mil anos. “Estamos no início da etapa da pesquisa arqueológica no parque. A escavação acontece num terreno de 120 metros quadrados, que está dividido em quadrados de dois metros quadrados para os trabalhos de pesquisa. Escavamos 10 centímetros de cada vez e já estamos em 40 centímetros escavados. Usamos ferramentas manuais, como enxada, colher de pedreiro, pá e alavanca. Depois, esse material passa por um processo de refinamento em uma peneira para ser separado”, afirmou Diogo Borges. Ainda segundo ele, assim que a escavação for concluída na área da Câmara e Cadeia da antiga Vila de Iguassú, ela será iniciada em outros pontos, como o Porto da Praça do Comércio de Iguassú, Torre Sineira da antiga Igreja Matriz, cemitério de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e outros portos existentes no antigo leito do rio Iguaçu, que foi retificado no início do século XX. Segundo o secretário de Cultura, Marcus Monteiro, a Cidade de Nova Iguaçu, possui diversos fatos históricos marcantes, como a construção da Igreja Nossa Senhora da Piedade de Iguassú (1699); a abertura da Estrada Real do Comércio, partindo da antiga Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Iguassú (1811-1822) e a criação da Vila de Iguassú (1833), bem como a existência de dezenas de aldeamentos indígenas que existiram até o século XVI, antigos engenhos e fazendas, bem como diversos quilombos que datam dos séculos XVII ao XIX, o que com absoluta certeza fará com que este trabalho encontre farto e rico material arqueológico, ajudando a enriquecer a história da Baixada Fluminense. Se existe uma Nova Iguaçu, é porque existiu uma velha. Na verdade, ainda existe. O nome da original é Vila de Nossa Senhora da Piedade de Iguassú, assim mesmo, com dois esses e acento na última vogal. O lugar tem tudo para renascer dos escombros e se tornar uma joia turística da Baixada Fluminense, com as primeiras inaugurações do processo de restauro e revitalização do Parque Histórico e Arqueológico de Iguassú Velha. A Vila de Iguassú foi uma das mais prósperas da Província do Rio de Janeiro na década de 1830. Os negócios em lombo de mulas agitavam a Estrada Real do Comércio, que Dom João VI mandou construir em 1811 para subir a Serra do Tinguá até o Rio Paraíba do Sul, por onde chegavam produtos de Minas Gerais. As mulas desciam a serra até o porto da Vila, de onde a mercadoria seguia pelo Rio Iguaçu e pela Baía de Guanabara até chegar à Corte Imperial. A Estrada Real continua no lugar, com o calçamento de pé-de-moleque que foi reinaugurado em 1842 pelo coronel Conrado Jacob de Niemeyer, do Imperial Corpo de Engenheiros. A decadência da região toda, no entanto, foi sentenciada pelo início da operação, em 1858, da Estrada de Ferro Dom Pedro II (a Central do Brasil), ligando a Corte à Baixada e, posteriormente, a Minas Gerais.

Fontes:

- <https://www.novaiguacu.rj.gov.br/2023/05/22/nova-iguacu-inicia-escavacao-no-parque-historico-e-arqueologico-de-iguassu-velha-2/>
- <https://www.portalc3.net/a-transformacao-em-polo-turistico-historico-de-iguassu-velho/>

BRANCA
21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa CORRETA é a letra **A**. Participar de uma briga em grupo, denominada rixa, é um crime previsto em lei, penalizado de acordo com o seu agravamento. Veja a seguir explicação sobre o tema. A participação em brigas de grupos, também chamada de rixa, é um crime previsto em lei, pelo artigo 137 do Código Penal Brasileiro. Diz respeito às lutas corporais, ou aos conflitos realizados à distância com o arremesso de objetos, e que atentam contra a vida de forma violenta. A rixa se configura com a participação de no mínimo três pessoas, que se atacam de forma aleatória, trocando agressões, e por isso inexistindo vítimas, ou seja, todas elas são autoras do crime. Pode ocorrer ao acaso, por desentendimento em alguma situação, desencadeada por ciúmes, sentimento de desonra ou como consequência de uma agressão verbal. Mas também pode ser realizada de forma ordenada, com horário e local previamente combinado pelos envolvidos, como muitas vezes se observa em brigas de gangues, torcidas organizadas, ou grupos rivais que defendem determinados ideais. Neste tipo de crime, há duas tipificações, que apresentaremos a seguir, conforme o dano físico e gravidade causados pelo ato. Se o resultado do conflito não apresentar lesões mais graves

aos participantes, este é classificado como rixa simples. Aqui não existe a alegação de legítima defesa, pois se parte do pressuposto que todas as pessoas estão participando de livre e espontânea vontade e de forma intencional da rixa. Ou seja, as agressões não estão sendo deferidas de forma injusta, por assim dizer. A legítima defesa somente será analisada se, no meio da rixa, algum participante partir para o uso de arma branca, como uma faca ou arma de fogo, e for contido por outro indivíduo que busca proteger sua própria vida, causando a morte daquele. O homicídio será analisado como legítima defesa, mas o crime de rixa será julgado como efetivo para o acusado. Estipula-se como pena para o crime de rixa simples a detenção de 15 dias a 2 meses ou pagamento de multa. Exclui-se desse crime, a pessoa que entra na briga com a finalidade de apartar, quando comprovada tal situação.

Fontes:

- <https://recordtv.r7.com/balanco-geral/videos/lutas-clandestinas-se-espalham-pelas-ruas-de-sp-12032024>
- <https://www.mundoadogados.com.br/artigos/posso-ser-presos-por-participar-de-uma-briga-em-grupo>
- <https://www.rioverdeagora.com.br/colunas/cidade/post/rio-verde-tem-clube-da-luta-clandestino>
- <https://jus.com.br/artigos/55722/o-crime-de-rixa-e-responsabilidade-penal-do-agente>

BRANCA
22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa CORRETA é a letra **C**. O que é sensação térmica? O frio ou calor que sentimos depende de condições como o vento e umidade do ar. Mas, afinal, o que é sensação térmica? "O calor ou frio que sentimos são influenciados pela temperatura do ar em um dado momento, mas também pela umidade e o vento. Por isso, para calcularmos a intensidade do frio ou do calor percebida pelo corpo humano, utilizamos a sensação térmica", esclarece o Alerta Rio. Com 37,1°C, "Quando as temperaturas estão muito elevadas, por exemplo, o corpo humano tende a equilibrar a sua temperatura através do suor; a evaporação do suor ajuda a resfriar o corpo e a reduzir a temperatura corporal. No entanto, quando a umidade também está alta, o suor não evapora de forma eficiente, aumentando a sensação de calor percebida." Em períodos de calor intenso, especialistas recomendam à população evitar a exposição prolongada ao sol, usar protetor solar e beber muita água. A onda de calor está relacionada ao fenômeno El Niño, de aquecimento das águas do Pacífico, e também ao aquecimento global do planeta pela ação humana. Cálculo do indicador considera fatores como a umidade e a velocidade do vento, explicam meteorologistas.

Fontes:

- <https://gauchazh.clicrbs.com.br/ambiente/noticia/2024/03/o-que-e-sensacao-termica-cltvuhfor001j014ax6l4qart.html>
- <https://globo rural.globo.com/previsao-do-tempo/noticia/2024/03/o-que-e-sensacao-termica-como-calcular.ghtml>
- <https://metsul.com/entenda-a-sensacao-termica-de-62oc-na-cidade-do-rio-de-janeiro/>
- <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ultima-hora/pais/rio-de-janeiro-registra-sensacao-termica-recorde-de-601c-1.3490327>

BRANCA
23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa CORRETA é a letra **D**. Monteiro Lobato (1882-1948) foi um escritor e editor brasileiro. "O Sítio do Pica-pau Amarelo" é sua obra de maior destaque na literatura infantil. Criou a "Editora Monteiro Lobato" e mais tarde a "Companhia Editora Nacional". Foi um dos primeiros autores de literatura infantil de nosso país e de toda América Latina. Ao lado da literatura infantil, Monteiro Lobato também deixou extensa obra voltada para o público adulto. Retrato os vilarejos decadentes e a população do Vale do Paraíba, quando da crise do café. Lobato situa-se entre os autores do Pré-Modernismo, período que precedeu a Semana de Arte Moderna. Lobato foi também jornalista, tradutor e empresário. Fundou a Companhia Petróleo do Brasil, à qual se dedicou por dez anos. Monteiro Lobato nasceu em Taubaté, São Paulo, no dia 18 de abril de 1882. Era filho de José Bento Marcondes Lobato e Olímpia Monteiro Lobato. Alfabetizado pela mãe, logo despertou o gosto pela leitura, lendo todos os livros infantis da biblioteca de seu avô o Visconde de Tremembé. Desde criança, Monteiro Lobato já mostrava seu temperamento inquieto e aos 10 anos scandalizou sua família, tradicionais fazendeiros do Vale do Paraíba e amigos do Imperador Pedro II, quando se recusou a fazer a primeira comunhão. Monteiro Lobato fez seus primeiros estudos em sua cidade natal. Em 1896, com 14 anos, foi estudar em São Paulo no Instituto de Ciências e Letras. Em 1898 ficou órfão de pai e logo em seguida, perdeu sua mãe, ficando aos cuidados do avô. Ao nascer, Lobato foi registrado com o nome de José Renato Monteiro Lobato, mas após a morte do pai, em 13 de junho de 1898, queria usar a bengala que pertencera ao pai e tinha as iniciais J.B.M.L. gravadas. Por isso, resolveu mudar de nome para que suas iniciais fossem iguais as do pai e desde então passou a se chamar José Bento Monteiro Lobato. Sob a imposição do avô, em 1900, Lobato ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, embora preferisse estudar Belas Artes. Nesse período, morava em uma república de estudantes localizada no centro de São Paulo, junto com os amigos Godofredo Rangel, Lino Moreira e Raul de Freitas. O grupo se reunia para cuidar da vida literária e escrevia para um jornal publicado em Pindamonhangaba, de propriedade de Benjamin Pinheiros. Usando vários pseudônimos faziam oposição ao prefeito da cidade. Monteiro Lobato manteve uma amizade duradoura com Godofredo Rangel e trocaram correspondência por 40 anos, que mais tarde foram reunidas em um livro chamado "A Barca de Gleyre". Lobato escrevia também para o jornal da faculdade, quando já mostrava sua preocupação com as causas nacionalistas. Na festa de formatura, em 1904, fez um discurso tão agressivo que vários professores, padres e bispos se retiraram da sala. Em 1918, Monteiro Lobato publicou sua primeira coletânea de contos, Urupês, quando traçou a paisagem das cidades por onde passou e o perfil do Jeca Tatu um caipira apontado pela pobreza, pelo marasmo e pela indolência, que o tornava incapaz de auxiliar na agricultura. Entusiasmado com o sucesso de Urupês, em 1919, Monteiro Lobato fundou a Editora Monteiro Lobato, a primeira editora nacional, através da qual publicou seus primeiros livros infantis. Em 1921 publicou "Narizinho Arrebitado", que depois passaria a chamar-se "Reinações de Narizinho". Em seguida publicou "Saci" (1921) e "O Marquês de Rabicó" (1922). As obras infantis fizeram grande sucesso, o que levou o autor a prolongar as aventuras de seus personagens em outros livros girando todos ao redor do "Sítio do Pica-pau Amarelo". Em 1924, a Revolução Paulista levou sua editora à falência. Depois de vender tudo, Lobato e o amigo Octalles fundaram outra editora só para imprimir livros didáticos: a "Companhia Editora Nacional". Mudou-se então para o Rio de Janeiro.

Fontes:

- <https://sampi.net.br/bauru/noticias/2820915/vale-do-paraiba/2024/03/racista-cartaz-de-monteiro-lobato-e-pichado-e-unicamp-debate-cancelamento-do-escritor>
- https://www.ebiografia.com/monteiro_lobato/
- <https://jornal.unesp.br/2022/02/25/monteiro-lobato-rasgado-queimado-cancelado-e-imprescindivel/>
- <https://brasilecola.uol.com.br/biografia/jose-bento-monteiro-lobato.htm>

BRANCA
28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De início, ressalta-se o fato de que apenas um candidato se insurgiu em face da questão, o que demonstra que o conhecimento cobrado é de amplo conhecimento dos postulantes ao cargo.

A resposta correta encontra respaldo nos termos da Lei Municipal nº 2.378, de 29 de dezembro 1992.

Vejamos a base normativa:

III. Gustavo: Art. 21 - **Reversão** é o retorno à atividade de funcionário aposentado por invalidez, quando por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria.

IV. Teresa: Art. 20 - **Readaptação** é a investidura do funcionário em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido, em sua capacidade física e mental, verificada em inspeção médica. Deste modo, Gustavo e Teresa farão jus, respectivamente, à: Reversão e readaptação.

Fonte:

- <http://www.preveni.com.br/index.php/produto/legislacao/36-o-instituto/legislacao/30-leis>

BRANCA
29

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Ao analisar as razões recursais, pretendem os candidatos a anulação da questão, no que lhes assiste razão. Embora a questão enfatiza um artigo diretamente relacionado à normativa (Lei Municipal nº 2.378, de 29 de dezembro 1992) vigente até a presente data, nota-se que há entendimento dos Tribunais superiores que entendem que a ascensão funcional, face à atual redação do artigo 37, II da CF, é inconstitucional.

Ante a divergência normativa evidenciada, entendendo como medida de mais lédima justiça a questão merece ser anulada.

Fonte:

- <https://portal.stf.jus.br/jurisprudencia/sumariosumulas.asp?base=26&sumula=2348>

BRANCA
32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão enfatiza um artigo diretamente relacionado à normativa (Código Nacional de Trânsito); o enunciado é claro, solicita que o candidato faça o julgamento quanto à indicação da alternativa relacionada a literalidade do Art. 131 da Lei nº 9503/1997, qual seja, que **o Certificado de Licenciamento Anual** será expedido ao veículo licenciado, VINCULADO ao Certificado de Registro de Veículo, em meio físico e/ou digital, à escolha do proprietário, de acordo com o modelo e com as especificações estabelecidos pelo Contran.

Deste modo, o nome do documento é: Certificado de Licenciamento Anual.

Vejamos a base legal:

Art. 131. **O Certificado de Licenciamento Anual** será expedido ao veículo licenciado, **vinculado ao Certificado de Registro de Veículo**, em meio físico e/ou digital, à escolha do proprietário, de acordo com o modelo e com as especificações estabelecidos pelo Contran. (Redação dada pela Lei nº 14.071, de 2020) (Vigência)

Fonte:

- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503compilado.htm

BRANCA
36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Ao analisar a razão recursal, o candidato alega que houve erro na indicação da alternativa correta, sendo que afirma que a resposta correta consta na letra C. Dessa forma, afirma-se que o gabarito divulgado para a questão já é a alternativa C, constando que as imagens ilustradas no comando tratam-se de, respectivamente, **I. Junções sucessivas contrárias II. Ponte móvel e III. Passagem com nível de barreira.**

Com isso, o recurso é improcedente, mantendo inalterado o gabarito preliminar divulgado.

BRANCA
38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Ao analisar as razões recursais, constata-se que o candidato não fundamenta suas alegações em referências doutrinárias ou normativas. No entanto, ao consultar o Edital nº 01/2024 (página 19), constatamos as seguintes disposições referentes à interposição de recursos contra as questões objetivas:

9.6 O recurso deverá ser individual, por questão ou avaliação, com a indicação daquilo em que o candidato se julgar prejudicado, e devidamente fundamentado, comprovando as alegações com citações de artigos, de legislação, itens, páginas de livros, nomes dos autores etc., e, ainda, a exposição de motivos e argumentos com fundamentações circunstanciadas, conforme supra referenciado.

9.6.1 O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

Portanto, ante a ausência de fundamentação válida baseada em fontes fidedignas, o recurso não merece prosseguimento.

Desta feita, INDEFERE-SE o recurso, mantendo-se inalterado o gabarito preliminar.

BRANCA
39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Ressalta-se que o conteúdo cobrado na presente questão consta no edital normatizador do certame com o seguinte tema: Serviços corriqueiros de eletricidade: lâmpadas.

Ademais, Kelvin é a grandeza que expressa a aparência de cor de uma luz. Sua unidade é o Kelvin (K).

Lâmpadas fluorescentes são caracterizadas como luz fria, devido à sua baixa emissão de calor. Elas podem ter um aspecto “mais branco”, “mais azulado” e até “amarelado”. O que define este aspecto é o que chamamos de “Temperatura de Cor” da lâmpada – que não está relacionado à emissão de calor. Na verdade, quanto maior for a Temperatura de Cor de uma lâmpada, maior será a sensação de luz fria causada pela iluminação. A Temperatura de Cor é dada em graus kelvin (K).

Fontes:

- https://www.lumearquitetura.com.br//pdf/ed01/ed_01_aula.pdf
- <https://www.akarilampadas.com.br/informacoes/temperatura-de-cor.php>

BRANCA
41

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Ressalta-se que o conteúdo cobrado na presente questão consta no edital normatizador do certame com o seguinte tema: Serviços corriqueiros de eletricidade: lâmpadas.

Ademais, Kelvin é a grandeza que expressa a aparência de cor de uma luz. Sua unidade é o Kelvin (K). Quanto mais alta for a temperatura de cor, mais branca é a cor da luz emitida. A luz "quente" de aparência amarelada tem | aproximadamente 3000K, a luz "fria" de aparência azul violeta tem temperatura de cor maior que 6000K, já a luz branca natural, emitida pelo sol em céu aberto ao meio-dia, tem temperatura de cor próxima de 5800K.

Lâmpadas fluorescentes são caracterizadas como luz fria, devido à sua baixa emissão de calor. Elas podem ter um aspecto "mais branco", "mais azulado" e até "amarelado". O que define este aspecto é o que chamamos de "Temperatura de Cor" da lâmpada – que não está relacionado à emissão de calor. Na verdade, quanto maior for a Temperatura de Cor de uma lâmpada, maior será a sensação de luz fria causada pela iluminação. A Temperatura de Cor é dada em graus kelvin (K).

Aspecto da lâmpada

Aspecto da lâmpada	Temperatura de cor
Morna ou Amarelada	até 3500 K
Neutra ou Branca	de 3300 a 5000 K
Fria ou Azulada	maior que 5000K

Fontes:

- https://www.lumearquitetura.com.br//pdf/ed01/ed_01_aula.pdf
- <https://www.akarilampadas.com.br/informacoes/temperatura-de-cor.php>

Cargo: Assistente Social III

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
01	06	04	07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A crítica à ação destrutiva burguesa na paisagem urbana de Fortaleza se demonstra a partir de diversos trechos do texto, como em *"Mas interesse de burguês senhorio de casas é antes para o mal que para o bem. Burguês é como galinha: onde anda arranca o verde e deixa o sujo. Assim eles: derrubaram o coqueiral, fizeram monturo nas dunas tão brancas, destruíram os cajueiros que brotavam miraculosamente na areia salgada"* (3º§). Por conseguinte, a alternativa que propõe essa temática não apresenta exceção quanto aos temas tratados e, portanto, não é a correta. O tributo a Ramon como forma de manutenção da memória de seu legado se demonstra já no título da obra, que recai não apenas na saudade que sente a autora da paisagem antiga de Fortaleza, como também do proprietário do restaurante que descreve. Isso se demonstra ao final do texto: *"Esquecido será Ramon, que morreu por culpa do mar, como um marinheiro que se afoga junto com o seu navio. Mas antes que isso aconteça, à cidade que o amava e que ele amava, peço uma saudade para Ramon"* (11º e 12º§). Por conseguinte, a alternativa que propõe essa temática não apresenta exceção quanto aos temas tratados e, portanto, não é a correta.

Embora mais sutil que as outras abordagens elencadas nos dois parágrafos anteriores dessa explicação, a reprovação quanto à propensão por estrangeirismos como tentativa de sofisticação linguística se pode comprovar a partir do trecho “Abriram um concurso; teve quem propusesse Riviera, Palm-Beach e Biarritz. Mas por sorte ganhou o concurso minha querida amiga Dona Adília de Moraes (que agora, se tem mesmo anjo no céu, foi morar com eles)” (11º§). Ao dizer que o nome Iracema ganhou por sorte das outras opções, as quais constituem exemplos de estrangeirismos acoplados à língua portuguesa como tentativa de sofisticação linguística (a qual se denota por sua origem burguesa), Rachel de Queiroz transparece sua reprovação aos estrangeirismos ao evidenciar sua preferência por termo regional, uma vez que Iracema advém do guarani, uma das línguas faladas em território brasileiro, e tem como significado “lábios de mel”. Por conseguinte, a alternativa que propõe essa temática não apresenta exceção quanto aos temas tratados e, portanto, não é a correta.

Já a suposição em relação à repressão quanto à ausência de políticas públicas eficazes em favor da saúde mental e prevenção ao suicídio não se sustenta, pois, embora a autora lamente a perda de seu amigo que se deu justamente desse modo, a cobrança feita é pela memória de Ramon, e não pela iniciativa governamental e/ou coletiva para a conscientização relativa a questões de saúde mental e prevenção ao suicídio. Por conseguinte, a alternativa que propõe essa temática apresenta exceção quanto aos temas tratados e, portanto, é a correta.

Fonte:

- o próprio texto.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
02	08	05	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O exemplo sublinhado de empréstimo é o termo “bonde”, o qual advém do inglês “bond”. A alternativa que o dispõe é, portanto, a correta.

O termo “restaurante” advém do latim “restaurans, -ntis”, via francês “restaurant”. A alternativa que o dispõe sublinhado não é, portanto, a correta.

O termo “instituição” advém do latim “institutio”. A alternativa que o dispõe sublinhado não é, portanto, a correta.

O termo “sugestão” advém do latim “suggestio”. A alternativa que o dispõe sublinhado não é, portanto, a correta.

Fontes:

- <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/bonde/>
- <https://dicionario.priberam.org/bonde>
- <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/restaurante/>
- <https://dicionario.priberam.org/restaurante>
- <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/institui%C3%A7%C3%A3o/>
- <https://dicionario.priberam.org/institui%C3%A7%C3%A3o>
- <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/sugest%C3%A3o/>
- <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/a-etimologia-da-palavra-sugestao/25200>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
04	10	01	03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme definições dos dicionários Priberam e Dicionário On-line de Português, um advérbio de significado equivalente a “debalde” é “inutilmente”.

Debalde: De modo inútil; que não apresenta resultado; que ocorre em vão; sem utilidade; inutilmente: todo aquele esforço para salvar o país foi debalde.

Debalde: Em vão, inutilmente; embalde: “[...] procurei uma jovem bem encantadora para me lançar em cativeiro eterno, mas debalde o fiz, porque eu sou tão sensível ao poder da formosura que sempre me sucedia esquecer a bela de ontem pela que via hoje” (JMM).

Já os termos “caprichosamente”, “deliberadamente” e “demasiadamente” apresentam significados diversos e que, se intercambiados com o vocábulo proposto no enunciado, provocariam alteração de sentido. Reproduzem-se abaixo seus significados conforme o Dicionário Online de Português:

Caprichosamente: De uma maneira caprichosa; que se comporta de maneira cuidadosa.

[Por Extensão] Feito ou realizado por capricho (sem justificativa).

Deliberadamente: De maneira proposital; em que há intenção; de modo intencional; propositalmente: escolheu-a deliberadamente.

Que tem certeza daquilo que pretende fazer; resolutamente: agiu deliberadamente.

Demasiadamente: De modo demasiado, excessivo, exagerado; excessivamente, exageradamente: amava-a demasiadamente.

De maneira excessiva; em grande quantidade: gastou demasiadamente.

De maneira a ultrapassar o normal e comum; desmedidamente: o espaço está demasiadamente longe.

Fontes:

- <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/debalde/>
- <https://www.dicio.com.br/debalde/>
- <https://www.dicio.com.br/caprichosamente/>
- <https://www.dicio.com.br/deliberadamente/>
- <https://www.dicio.com.br/demasiadamente/>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
05	07	08	04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme Cegalla: “Em caso algum se haverá de pospor o pronome átono ao futuro do indicativo: *dir-se-ia, dir-lhe-ei, dir-lhe-ia, far-se-ia, vender-lhe-ei, chamá-lo-ia, e nunca: diria-se, direi-lhe, diria-lhe, faria-se, venderei-lhe, chamaria-o*”. A alternativa que dispõe sublinhado o verbo “deveria” (“[...] e embora as casas dos ricos se fossem postar atrevidamente no meio da areia que deveria ser só dos banhistas, e atravancavam a vista como se o mar fosse deles [...]” (6º§)), portanto, é a correta, pois o verbo está conjugado no futuro do pretérito do modo indicativo, tempo verbal que, como visto, não admite ênclise.

As alternativas diversas apresentam verbos conjugados nos tempos pretérito perfeito do modo indicativo, pretérito imperfeito do modo indicativo e presente do modo indicativo. Não são previstas, conforme a gramática normativa, restrições para o uso de ênclise em verbos conjugados nesses tempos verbais, o que torna as alternativas que os dispõem incorretas.

Fonte:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 46ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
06	01	09	05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em “*Depois abriam ruas, plantaram calçamento e começaram a levantar bangalôs [...]*”, os verbos sublinhados se referem a sujeito indeterminado, pois não se indica o agente da ação verbal. Nesse caso, assinalou-se o sujeito indeterminado usando-se o verbo na 3ª pessoa do plural, sem referência a nenhum agente já expresso nas orações anteriores. Não é, portanto, a resposta correta.

Em “*As casas se apertavam, se acumulavam, se entortavam, desiguais e pretensiosas [...]*”, os verbos sublinhados referem-se a sujeito simples, uma vez que esse último conta tão somente um núcleo: “casas”. Não é, portanto, a resposta correta.

Já em “*Tanto a índia como a madrinha estavam muito acima daquela feiura*”, o sujeito do verbo sublinhado conta dois núcleos: “índia” e “madrinha” e, portanto, pode ser corretamente identificado como composto. É, portanto, a alternativa correta.

Em “*Veio agora telegrama nos jornais contando que a Praia de Iracema, qual Atlântida cearense, desaparece ante a fúria das águas*”, cada verbo sublinhado corresponde a um sujeito: “veio” tem como sujeito “telegrama nos jornais [...]”, e “desaparece” tem como sujeito “a Praia de Iracema”. No entanto, ambos os sujeitos contam apenas um núcleo: “telegrama” e “Praia”, respectivamente, o que impede sua classificação como compostos, senão simples. Não é, portanto, a resposta correta.

Fonte:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 46ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
08	03	10	06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em “[...] a Fortaleza antiquada [...] resolveu ter um bairro balneário [...]”, há mesmo metonímia, pois troca-se o lugar por seus habitantes. Abaixo, reproduz-se definição de Cegalla, bem como a previsão de sua ocorrência nesse tipo:

Metonímia: Consiste em usar uma palavra por outra, com a qual se acha relacionada. Essa troca se faz não porque as palavras são sinônimas, mas porque uma evoca a outra. Há metonímia quando se emprega:

[...]

f) o lugar pelos seus habitantes ou produtos:

“A América reagiu e combateu.” (LATINO COELHO)

Aprecio o madeira. [= o vinho fabricado na ilha da Madeira]

Em “*Curvou-se ante os deuses, como um herói de Homero [...]*”, há mesmo comparação, conforme se pode verificar a partir da definição de Cegalla:

Comparação: Consiste em pôr em confronto pessoas ou coisas, a fim de lhes destacar semelhanças, características, traços comuns, visando a um efeito expressivo:

Eles não têm ideal: são como folhas levadas pelo vento.

A criança é tal qual uma plantinha delicada: precisa de amor e proteção.

“Como uma informe nódoa, avulta e cresce / a sombra à proporção que a luz recua.”

(RAIMUNDO CORREIA)

Em “[...] tudo o mar devora [...]”, há mesmo prosopopeia, conforme se pode verificar a partir da definição de Cegalla: *Personificação: É a figura pela qual fazemos os seres inanimados ou irracionais agirem e sentirem como pessoas humanas. É um precioso recurso da expressão poética. Por meio desta figura, também chamada prosopopeia e animização, empresta-se vida e ação a seres inanimados. Exemplos:*

“Lá fora, no jardim que o luar acaricia, um repuxo apunhala a alma da solidão.”

(OLEGÁRIO MARIANO)

"Os sinos chamam para o amor." (MÁRIO QUINTANA)

"O rio tinha entrado em agonia, após anos de devastação em suas margens."

(IGNACIO DE LOYOLA BRANDÃO)

Comum é a personificação de conceitos abstratos:

A Morte roubou-lhe o filho mais querido.

Vi a Ciência desertar do Egito..." (CASTRO ALVES)

Já em "[...] à cidade que o amava e que ele amava, peço uma saudade para Ramon", não há perífrase, senão, novamente, metonímia, em mesmo tipo anteriormente disposto e esmiuçado. Abaixo, reproduz-se definição de Cegalla para perífrase, de modo que se constate sua ausência no trecho:

Perífrase: É uma expressão que designa os seres por meio de algum de seus atributos ou de um fato que os celebrou:

Das entranhas da terra jorra o ouro negro. [= petróleo]

O rei dos animais foi generoso. [= leão]

O Poeta dos Escravos morreu moço. [= Castro Alves]

Os urbanistas tornarão ainda mais bela a Cidade Maravilhosa. [= o Rio de Janeiro]

"... parlamenteia-se hoje com o monstro de mil cabeças." (CARLOS DE LAET) [= a imprensa]

Fonte:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 46ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
09	04	02	08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em "Foram amontoando pardieiros, sobradinhos, vilinhas, casas de pensão e bodegas, abrindo ruelas e becos, alugando, alugando, ganhando dinheiro", as vírgulas realmente se deram para separar palavras e orações justapostas assindéticas, previsão de uso prevista por Cegalla, conforme se reproduz abaixo:

Emprega-se a vírgula:

para separar palavras ou orações justapostas assindéticas:

A terra, o mar, o céu, tudo apregoa a glória de Deus.

Os passantes chegam, olham, perguntam e prosseguem.

Em "[...] e resolveram lhe mudar o nome pois isso de praia do Peixe, além de vulgar, era feio", a vírgula realmente se deu para separar o adjunto adverbial. Isso se comprova não só pela previsão de Cegalla, como também pela definição da locução prepositiva "além de" como adjunto adverbial, conforme abaixo se verá:

Emprega-se a vírgula:

[...]

para separar adjuntos adverbiais:

"Eis que, aos poucos, lá para as bandas do oriente, clareia um cantinho do céu."

(VISCONDE DE TAUNAY)

"Com mais de setenta anos, andava a pé." (GRACILIANO RAMOS)

O adjunto adverbial, quando breve, pode dispensar a vírgula:

"Dentro do navio homens e mulheres conversavam." (JORGE AMADO)

Significado de Além de

locução adverbial

Em adição a algo; igualmente, também, do mesmo modo: são também exportados figos, maçãs e outras frutas, além do óleo de oliva.

Mais adiante; em relação a um ponto no espaço ou no tempo: o foco da imagem se projeta além da retina.

Com exceção de; fora, salvo: gosto de ouvir Villa-Lobos, mas, além dele, conheço pouco a música brasileira.

Etimologia (origem de além de). Do advérbio além + preposição de.

Em “*E mais célebre pela sopa de cabeça de peixe, que se tornou uma instituição da cidade*”, a vírgula realmente se deu de modo a separar a oração subordinada adjetiva explicativa. Abaixo, reproduz-se previsão de Cegalla para tal, de modo a comprová-lo:

Emprega-se a vírgula:

[...]

para separar orações adjetivas explicativas:

Pelas 11h do dia, que foi de sol ardente, alcançamos a margem do rio Paraná.

"O coronel ia enchendo o tambor do revólver, do qual nunca se apartava." (HERBERTO SALES)

Já em “*Esquecido será Ramon, que morreu por culpa do mar [...]*”, a vírgula não se deu de modo a separar uma oração subordinada adverbial reduzida de particípio, pois, enquanto “*Esquecido será Ramon*” é uma oração coordenada, já que dispõe de sentido completo por si só, “*que morreu por culpa do mar*” é uma oração subordinada adjetiva explicativa. Isto é, não se tem uma oração subordinada adverbial reduzida de particípio no excerto, de modo que a razão para a vírgula se dá para demarcar a oração subordinada adjetiva explicativa, ou seja, é motivada pela mesma razão que a vírgula na oração anterior.

Fontes:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 46ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.
- <https://www.dicio.com.br/alem-de/>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
10	05	03	09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme se pode verificar nas fontes abaixo disponibilizadas, “*próceres*” é a forma flexionada em número (plural) tanto do vocábulo “*prócer*” quanto do vocábulo “*prócere*”.

Prócer

substantivo masculino

Homem importante de um partido, de uma classe etc.; magnata. (Var.: prócere.).

Sinônimos de Prócer

Prócer é sinônimo de: chefe, influente, magnata, parede, prestigioso

Definição de Prócer

Classe gramatical: substantivo masculino

Separação silábica: pró-cer

Plural: próceres

Significado de Prócere

substantivo masculino

Variação de prócer.

Definição de Prócere

Classe gramatical: substantivo masculino

Separação silábica: pró-ce-re

Plural: próceres

Vale frisar que ambos os termos “*prócer*” e “*prócere*” possuem registro no VOLP (Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa).

Fontes:

- <https://www.dicio.com.br/procer/>
- <https://www.dicio.com.br/procere/>
- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *VOLP – Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*. Editora Global. São Paulo: 2009.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
11	13	12	14

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Na presente questão deve-se assinalar a alternativa que refere-se ao resultado da função =POW(8, 2) do Microsoft Office Excel 2019. A alternativa D, “64” é a opção CORRETA. De acordo com a solicitação do recurso, no enunciado da questão está descrito “Microsoft Office 2019”, e não “Microsoft Office Excel 2019” que faz parte dos programas que compõem o Microsoft Office, e é o responsável por permitir usuários realizar cálculos em planilhas eletrônicas. Portanto, a questão deve ser anulada pela falta de informação do enunciado.

Fonte:

- MICROSOFT. POW function. Disponível em <<https://learn.microsoft.com/pt-br/office/client-developer/visio/pow-function>>.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
12	14	11	13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Na presente questão deve-se considerar o modo de segurança do Windows 10 e assinalar a alternativa INCORRETA. A alternativa D, descrito “Não permite diagnosticar problemas de hardware ou software que possam estar afetando o funcionamento normal do sistema.” é a opção INCORRETA. De acordo com a solicitação do recurso, existe mais de uma alternativa INCORRETA, letras C e D. No entanto, a alternativa D está INCORRETA baseado em [MICROSOFT, 2024], como descrito a seguir:

O modo de segurança permite diagnosticar problemas de hardware ou software que possam estar afetando o funcionamento normal do sistema.

Em relação a alternativa C, não foi abordado que o modo de segurança remove programas, e sim que ele é usado para remover programas, estando a alternativa CORRETA. Além disso, a questão não relaciona o uso de antivírus.

Portanto, existe apenas uma alternativa INCORRETA na questão, letra D, sendo o gabarito mantido.

Fonte:

- MICROSOFT. Iniciar seu computador no modo de segurança no Windows. Disponível em <<https://support.microsoft.com/pt-br/windows/iniciar-seu-computador-no-modo-de-seguran%C3%A7a-no-windows-92c27cff-db89-8644-1ce4-b3e5e56fe234>>.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
13	15	14	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Na presente questão deve-se considerar as características de um banco de dados, marcar V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas, e assinalar a sequência CORRETA. A alternativa D, com a sequência “V, V, V” é a opção CORRETA. De acordo com a solicitação de recurso, a alternativa C é a opção CORRETA, solicitando a mudança no gabarito ou ainda que a questão deve ser anulada. No entanto, a alternativa D, com a sequência “V, V, V” está CORRETA baseado em [DATE, 2014], como descrito a seguir:

Item I. Em um banco de dados relacional, cada linha em uma tabela é chamada de registro ou tupla. Cada registro representa uma única entrada em uma tabela.

Item II. Em um banco de dados relacional, cada coluna em uma tabela é chamada de atributo. Um atributo descreve uma propriedade ou característica dos dados armazenados.

Item III. Um dos princípios fundamentais dos bancos de dados relacionais é que os dados são organizados em tabelas (ou relações), o que permite uma estruturação lógica e eficiente das informações. Portanto, existe uma alternativa CORRETA na questão, letra D, sendo o gabarito mantido.

Fonte:

- DATE, Christopher J. Introdução a Sistemas de Banco de Dados. Editora Campus. 1a Edição, 2004.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
15	12	15	11

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Na presente questão deve-se considerar as características do Windows Defender, marcar V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas, e assinalar a sequência CORRETA. A alternativa D, com a sequência “V, V, V” foi a opção indicada como CORRETA. De acordo com a solicitação de recurso, o item III, “*Inclui um firewall integrado que ajuda a proteger o sistema contra ataques de rede indesejados*”, é uma alternativa falsa e não existe uma sequência correta para “V, V, F”, sendo a questão deve ser anulada. O Windows Defender em si não inclui um firewall integrado; o firewall é parte do Windows Security, mas é uma funcionalidade separada conhecida como Windows Firewall ou Windows Defender Firewall. Portanto, a questão deve ser anulada pelo item III ser falso e não existir a sequência “V, V, F”.

Fonte:

- MICROSOFT. Microsoft Defender Antivirus in Windows Overview. Disponível em <<https://learn.microsoft.com/en-us/microsoft-365/security/defender-endpoint/microsoft-defender-antivirus-windows?view=o365-worldwide>>.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
18	22	20	19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa CORRETA é a letra B. 34 anos depois da frase de Al Gore existem fake news e o medo da internacionalização da Amazônia. A suposta ameaça da perda da soberania do Brasil sobre a Amazônia, no entanto, não passa de um boato. Especialistas ouvidos pelo Terra destacam que, ainda que o Brasil possua soberania sobre o bioma, é importante destacar que a Amazônia serve ao mundo todo. Entre as informações falsas que mais circularam pela internet a respeito deste assunto, uma das mais recentes diz que os Estados Unidos estariam apresentando às crianças nas escolas a informação de que os EUA seriam donos da Amazônia, ou de parte dela. A Amazônia é uma região que abrange nove países, incluindo o Brasil. Ela é considerada a maior floresta tropical do mundo e é um patrimônio natural de toda a humanidade. O Brasil é o país que detém a maior parte da floresta, cerca de 60% do total. Não há registros históricos que comprovem que a Amazônia tenha sido comprada pelos Estados Unidos. Além disso, a região é protegida por leis nacionais e internacionais, que garantem a sua preservação e a sua soberania. Parte da Amazônia pertence ao Brasil, mas também é um território internacional compartilhado com outros países, embora a maior parte (60%) esteja no Brasil. Os governos estrangeiros e também as organizações desses governos, por exemplo, uma empresa estatal, uma autarquia, elas não podem ter terras no Brasil. A gente está falando de agentes públicos, de pessoas jurídicas de direito público, elas são vedadas, de todas as formas. Então, temos um artigo de lei que bate o martelo e fala que isso não é possível. Somos um país soberano, a gente tem controle do nosso território.

Fonte:

- https://www.terra.com.br/planeta/a-amazonia-e-do-brasil-especialistas-explicam-quem-e-responsavel-por-preservacao,7980c265e7358af7936bb82983b11167jp8roee7.html?utm_source=clipboard

- <https://vermelho.org.br/2024/03/16/conferencia-em-belem-discute-o-desenvolvimento-sustentavel-da-amazonia/>
- <https://www.estadao.com.br/economia/the-economist-salvar-amazonia-lula-floresta/>
- <https://alvoradaparinins.com.br/amazonas-apresenta-politicas-sustentaveis-e-cases-de-sucesso-em-encontro-nacional-de-procuradores/>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
19	23	22	20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa CORRETA é a letra **B**. As remessas internacionais referem-se à transferência de dinheiro de um país para outro. Essa prática é utilizada para várias finalidades, como apoio financeiro a familiares no exterior, pagamento de serviços prestados por empresas estrangeiras, compra de imóveis ou investimentos em mercados globais. Existem diferentes tipos de transferências internacionais, que variam de acordo com a necessidade do remetente e as políticas de cada país. Podemos citar, por exemplo, as transferências bancárias, realizadas por meio de instituições financeiras (como bancos) e fintechs especializadas em câmbio (como a Remessa Online). O processo de enviar dinheiro para o exterior pode variar dependendo da forma escolhida. No caso das transferências bancárias, o remetente, geralmente, precisa fornecer os dados bancários do destinatário, como número da conta e código SWIFT/BIC, além de preencher um formulário de câmbio com as informações da transferência. Já em serviços como da Remessa Online, é possível utilizar uma plataforma online intuitiva para se guiar durante o processo e fazer tudo de maneira mais clara. Basta criar uma conta, informar os dados do destinatário e fazer a transferência por TED ou PIX. Dependendo da moeda, valor e país enviado, o dinheiro estará disponível para o beneficiário em questão de minutos. É importante lembrar que as transferências estão sujeitas a taxas e tributos, que variam de acordo com o valor enviado e o país de destino. É importante estar ciente desses custos antes de fazer uma transferência internacional. O IOF é um imposto federal aplicado sobre diversas operações financeiras, incluindo remessas internacionais. Para essas transações, a alíquota do IOF pode variar de 0,38% para transferências para terceiros e 1,1% para a mesma titularidade. O spread cambial refere-se à diferença entre o preço de compra e venda de uma moeda estrangeira. Ao fazer uma remessa internacional, você geralmente precisa converter o valor para a moeda do país de destino, e o spread cambial pode influenciar o custo final da transação. É importante estar ciente do que é praticado pela instituição financeira para evitar surpresas desagradáveis. Por fim, é importante considerar as taxas que podem ser cobradas pelo banco ou instituição financeira no país de destino. Ao receber uma remessa internacional, o beneficiário pode ter que pagar taxas adicionais para acessar o dinheiro. Essas taxas variam de acordo com o país e a instituição financeira utilizada.

Fontes:

- <https://www.tecmundo.com.br/produto/281008-remessas-internacionais-veja-enviar-dinheiro-exterior.htm>
- https://www.jornalcorreiodacidade.com.br/noticias/33265-os-riscos-do-envio-internacional-de-dinheiro-e-como-realizar-transacoes-com-seguranca#google_vignette
- https://www.visa.com.br/products/visa-direct/use-cases/global-money-movement.html?utm_source=google-ads&utm_medium=paidsearch&utm_content=awareness-digital-media_eng&utm_campaign=lac-br_
- <https://www.remessaonline.com.br/blog/conheca-5-formas-de-enviar-dinheiro-para-o-exterior/>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
22	18	16	17

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa CORRETA é a letra **D**. Em uma simples ida ao supermercado, por exemplo, o consumidor consegue ter uma ideia de alguns produtos que subiram de preço e outros que ficaram mais baratos ao longo do mês. Ao deixar o caixa, ele sente no bolso se houve aumento ou queda no preço total da compra. Com o passar dos meses, poderá avaliar se há um aumento sustentado no preço desses itens, que pode vir a consumir uma parte maior do seu rendimento. Esse é, portanto, o índice de inflação. Além de esclarecer o consumidor sobre a oscilação dos preços, o índice é fundamental para que autoridades alterem as políticas monetárias e tomem medidas econômicas com base nas pressões inflacionárias, que estão presentes o tempo todo, em qualquer economia. Neste conteúdo, vamos entender melhor como o índice funciona e por que a taxa é sentida no seu bolso. O primeiro passo para entender o que é IPCA é saber que a sigla significa Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo e funciona como medidor oficial da inflação. Calculado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), ele é usado pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) como parâmetro para ajustar as metas de inflação. O índice também é utilizado pelo Copom (Comitê de Política Monetária) para revisar a taxa básica de juros da economia, a Selic. Apesar de ter sido criado em 1979, apenas a partir dos anos 2000 ele passou a ser usado pelo Banco Central como o índice oficial da inflação brasileira. Essa lista de produtos é definida também pelo IBGE por meio da sua Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), que verifica o que a população tem consumido e quanto é gasto com cada um desses itens. Estão sempre inseridos nessa lista itens como arroz, feijão, passagem de ônibus, material escolar e médico, entre muitos outros, que são serviços e produtos que fazem parte da cultura de consumo do brasileiro. Além da variação de preços desses itens, o índice também mede o peso que cada um deles tem no orçamento das famílias.

Fontes:

- <https://www.infomoney.com.br/economia/ipca-de-fevereiro-acelera-para-083-puxado-pelos-precos-da-educacao-diz-ibge/>
- <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/economia/audio/2024-03/inflacao-oficial-acelera-083-em-fevereiro>
- <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php#:~:text=Como%20ele%20%C3%A9%20calculado%3F,pre%C3%A7os%20ao%20consumidor%20no%20per%C3%ADodo.>
- <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/ipca-o-que-e-e-como-e-calculado-o-principal-indice-de-inflacao-do-pais/>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
23	24	17	18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa CORRETA é a letra **A**. O celular pode explodir se for usado enquanto está carregando, em teoria, sim, mas isso é altamente improvável e, geralmente, acontece devido a uma falha no hardware ou no carregador. Algumas precauções simples, como usar um carregador apropriado, podem minimizar o risco de uma explosão. No entanto, é importante destacar que explosões de celulares são muito raras e, geralmente, ocorrem devido a uma combinação de fatores, como o uso de baterias de má qualidade, carregadores incompatíveis ou danos físicos no dispositivo. Além disso, muitas marcas de smartphones têm medidas de segurança internas para prevenir incidentes desse tipo. Em geral, usar o celular enquanto carrega não afeta significativamente a vida útil da bateria do celular. No entanto, algumas coisas podem afetar a vida útil da bateria, incluindo - Temperatura: usar o celular em ambientes muito quentes ou frios pode afetar a vida útil da bateria; Descarga completa: deixar a bateria descarregar completamente antes de recarregá-la também pode afetar a vida útil da bateria. Idade da bateria: a bateria do seu celular pode se desgastar com o tempo, independentemente de como você a usa.

Fontes:

- <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/05/15/celular-explode-e-deixa-adolescente-ferido-em-brasilia.ghml>
- <https://noticias.r7.com/tecnologia-e-ciencia/capitalist/descubra-por-que-dormir-com-o-celular-carregando-pode-ser-perigoso-16032024>
- <https://www.mundodaeletrica.com.br/usar-o-celular-enquanto-carrega-mitos-verdades>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
29	27	30	27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De início, ressalta-se o fato de que apenas um candidato se insurgiu em face da questão, o que demonstra que o conhecimento cobrado é de amplo conhecimento dos postulantes ao cargo.

A resposta correta reproduz na literalidade os termos do Art. 110 da Lei Municipal nº 2.378, de 29 de dezembro 1992. Vejamos a base normativa:

Art. 110 – **A demissão será aplicada nos seguintes casos:**

Xis, VII. ofensa física, em serviço, a funcionário ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;

Zê, VI. insubordinação grave em serviço;

Tê, VIII. aplicação irregular de dinheiros públicos e X. lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio do Município; [...]

Deste modo, todos serão apenados com **demissão**.

Fonte:

- <http://www.previni.com.br/index.php/produto/legislacao/36-o-instituto/legislacao/30-leis>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
30	28	29	26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A resposta correta reproduz na literalidade os termos da Lei Municipal nº 2.378, de 29 de dezembro 1992.

Vejamos as disposições da norma.

Art. 162 – Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, poderão ser efetuadas contratações de pessoal por tempo determinado, mediante contrato de locação de serviços.

Art. 163 – Consideram-se como de necessidade temporária de excepcional interesse público as contratações que visem a:

I. combater surtos epidêmicos;

II. atender a situações de calamidade pública

III. permitir a execução de serviço por profissional de notória especialização, nas áreas de pesquisa científica e tecnológica;

IV. atender a outras funções de urgência que vierem a ser definidas em lei.

* 1º - As contratações de que trata este artigo terão dotação específica e obedecerão aos seguintes prazos: I. **nas hipóteses dos incisos I e II, 6 (seis) meses;**

II. na hipótese dos incisos III e IV, até 48 (quarenta e oito) meses.

* 2º - Os prazos de que trata o parágrafo anterior **são improrrogáveis.**

Fonte:

- <http://www.previni.com.br/index.php/produto/legislacao/36-o-instituto/legislacao/30-leis>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
31	36	39	33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão proposta buscava identificar qual das premissas apresentadas não está correta em relação à formação profissional do assistente social. A questão foi elaborada considerando as afirmativas:

“Produção de conhecimento, ou seja, investigação.” - A produção de conhecimento e a investigação são, de fato, componentes essenciais da formação profissional dos assistentes sociais, a produção de conhecimento requer investigação. De acordo com Carvalho (1986) a pesquisa e a produção acadêmica são pilares para o avanço da prática profissional e para a resposta adequada às demandas sociais. Portanto, esta afirmativa está correta.

“Formação profissional como preparação para o emprego” - Conforme o trabalho de Carvalho (1986) a formação profissional do assistente social não deve ser confundida com a simples preparação para o emprego. O trabalho destaca que a formação deve ir além do treinamento técnico e do preparo para o mercado de trabalho, incorporando uma visão crítica e um compromisso ético-político com as demandas sociais. Portanto, afirmar que a formação profissional é apenas preparação para o emprego está incorreto, o que torna esta alternativa a resposta correta para a questão.

“Capacitação continuada da categoria em termos de atualização para o exercício da prática profissional” - A capacitação continuada é essencial para que os assistentes sociais mantenham-se atualizados e aptos a enfrentar novos desafios em sua prática diária. Este é um ponto amplamente defendido pelos estudos da área, reforçando a necessidade de educação permanente. Portanto, esta afirmativa está correta.

“Preparação científica de quadros profissionais para responder às demandas sociais que se colocam para o Serviço Social” - A preparação científica de profissionais é outro ponto crucial destacado pela autora. A formação deve capacitar os assistentes sociais para responder de maneira eficaz e cientificamente fundamentada às diversas demandas sociais. Portanto, esta afirmativa também está correta.

Portanto, a alternativa “Formação profissional como preparação para o emprego” é a única que não está correta. A formação profissional deve transcender a simples preparação para o emprego, incorporando uma abordagem crítica, ética e cientificamente fundamentada.

Fonte:

- Carvalho, Alba Maria Pinho de. O projeto de formação profissional do assistente social na conjuntura brasileira. **Caderno Abess**, n.1, Cortez: São Paulo 1986. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/o-projeto-da-formacao-profissional-do-assistente-social-na-conjuntura-brasileira-alba-maria-pinho-de-carvalho-201609151337453653280.pdf>.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
33	38	31	36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso sustenta que o item "A afirmação 'na teoria, a prática é outra' expressa a dificuldade de compreender a inter-relação entre as dimensões dos fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos do trabalho do assistente social" é falso, alegando que a frase correta, segundo Yolanda Guerra, é "na prática, a teoria é outra".

Contudo, apesar de essa frase ser o subtítulo de um capítulo do livro da autora, no mesmo livro ela expõe que "A dinâmica da realidade, ao negar a prepotência positivista de enquadrar fatos, fenômenos e processos, de integrá-los funcionalmente aos sistemas, põe luz à ineficiência desse modo de interpretação da realidade, o que acaba produzindo uma falsa ilusão de que “para o Serviço Social a teoria, na prática, é outra” (Guerra, 2014, p. 237). Sendo assim, vê-se que a autora utiliza a frase nos dois modos.

Portanto, o espírito da afirmativa é abordar a dificuldade de compreender a inter-relação entre as dimensões mencionadas. Nesse caso, "na teoria, a prática é outra" tem o sentido de não aceitar a unidade entre teoria e prática.

Fonte:

- GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
36	31	34	37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Ao analisar o comando da questão, constata-se que o enunciado solicita a indicação da alternativa que mostra a sequência correta das afirmativas, atinente à marcação V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas. Sendo assim, as razões recursais solicitam a anulação da questão em face da existência de duas alternativas iguais que mencionam a sequência V, V, V, F, sendo as alternativas B e D. Contudo, constata-se que nenhuma das alternativas indicadas anteriormente é a alternativa indicada correta pelo gabarito preliminar. Com isso, verifica-se que o gabarito da questão é a alternativa A, sendo as afirmativas F, V, V, F.

Dessa forma, analisando cada afirmativa disposta na questão, tem-se a seguinte conclusão:

(F) A visão apresentada não sustenta que a questão social é exclusivamente resultado das relações capitalistas.

(V) As políticas sociais são consideradas contraditórias, refletindo o desenvolvimento das forças produtivas e contribuindo para a reprodução das classes sociais e conquista de direitos pela classe trabalhadora.

(V) O texto destaca que, em tempos de neoliberalismo, a política social se submete aos ditames econômicos, resultando em privatizações e cortes seletivos de verbas.

(F) A perspectiva apresentada não sugere que a crise dos anos 70 e o neoliberalismo levaram à necessidade de um Estado máximo para a classe trabalhadora.

Portanto, conclui-se pela improcedência aos recursos, mantendo inalterado o gabarito preliminarmente divulgado.

Fonte:

- Guimarães, G. C. F. Questão Social e Política Social: Definições e Abordagens. In: Anais do V SERPINF e III SENPINF, 2020. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/anais/serpinf-senpinf/assets/edicoes/2020/arquivos/86.pdf>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
38	33	36	39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os recursos questionam a inclusão da assertiva II, que afirma: "O termo 'família desestruturada' é usado para descrever famílias que falharam em suas funções de cuidado e proteção dos membros, refletindo expressões de fracassos como alcoolismo, violência e abandonos, ratificando uma tendência a soluções residuais". Os recorrentes argumentam que o termo "família desestruturada" é antiquado, estigmatizante e não reflete a perspectiva crítica contemporânea do Serviço Social. Eles citam a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e outros autores, como Miotto, que apontam que o uso desse termo perpetua preconceitos e não é adequado para descrever a complexidade das dinâmicas familiares atuais. No entanto, a assertiva II não endossa o uso do termo "família desestruturada" como correto ou apropriado dentro da prática profissional do Serviço Social, apenas descreve o conceito e explicita corretamente como ele é utilizado. A assertiva descreve um uso existente desse termo para destacar sua conotação problemática e os preconceitos associados a ele, como destacado sobre a ratificação de tendências de soluções residuais. A descrição do uso do termo como reflexo de fracassos sociais, como alcoolismo, violência e abandonos, aponta para a visão crítica da tendência a soluções residuais. Portanto, julga-se improcedente o recurso.

Fonte:

- Proença, Jaíne de; Teixeira, Laís Vila Verde; Oliveira, Nayara Hakime Dutra. A atuação profissional do Serviço Social junto às famílias: uma análise na perspectiva socioeducativa. [Online]. Disponível em: https://www.franca.unesp.br/Home/stae/eixo1_001. Acesso em: 17 de mai. de 2024.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
39	34	37	31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso argumenta que a assertiva I pode ser entendida como verdadeira, considerando o papel das empresas na tentativa de redistribuir renda e riqueza, especialmente no contexto neoliberal, onde responsabilidades do Estado são transferidas para o setor privado. Além disso, cita a sensação de cidadania promovida por essas ações empresariais. No entanto, sobre a Assertiva I: A "cidadania empresarial" frequentemente é promovida como uma estratégia de responsabilidade social, cujo objetivo principal geralmente não é a redistribuição de renda e riqueza. Em vez disso, essas ações visam melhorar a imagem corporativa, fortalecer a marca e, em última instância, aumentar os lucros das empresas. A redistribuição de renda é um efeito secundário, não o objetivo principal. Sobre a Assertiva II: A assertiva II é verdadeira, pois a responsabilidade social das empresas frequentemente reforça o sistema capitalista ao transferir a responsabilidade de atender demandas sociais do Estado para o setor privado. Isso alivia a pressão sobre o Estado e mantém a estrutura capitalista intacta, ao invés de promover mudanças sistêmicas. Segundo Nascimento e Lemos (2009), as práticas de Responsabilidade Social das Empresas (RSC) no Brasil são frequentemente orientadas por interesses estratégicos que visam melhorar a reputação das empresas e aumentar seu valor de mercado. Essas ações, embora possam ter efeitos positivos na comunidade, são principalmente ferramentas de marketing e gestão de imagem. Santos (2011) também ressalta que a RSC no Brasil tem sido usada como uma estratégia para evitar críticas e demandas regulatórias mais rigorosas, transferindo a responsabilidade social do Estado para as empresas, sem, contudo, promover uma redistribuição significativa da renda e da riqueza. Além disso, conforme argumenta Franco (2006), a cidadania empresarial frequentemente serve para manter o status quo, aliviando temporariamente as tensões sociais sem abordar as causas estruturais das desigualdades. Dessa forma, a redistribuição de renda promovida por essas ações é marginal e não altera significativamente a concentração de riqueza na sociedade. A análise dos argumentos apresentados, juntamente com a fundamentação teórica, confirma que a assertiva I está incorreta ao afirmar que a cidadania empresarial objetiva principalmente a redistribuição de renda e riqueza. A RSC no Brasil é predominantemente orientada por interesses estratégicos das empresas, com foco na melhoria da imagem e na obtenção de vantagens competitivas, e não na redistribuição de renda e riqueza.

Fontes:

- FRANCO, Augusto de. O que é responsabilidade social empresarial. Brasília: AED, 2006.
- MENEZES, Franciane Cristina de. O Serviço Social e a "responsabilidade social das empresas": o debate da categoria profissional na Revista Serviço Social & Sociedade e nos CBAS. Serviço Social & Sociedade, [S.l.], v. 105, n. 33, p. 137-161, dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/W95KRKhQRp8hdM8VTxVKv3j/#>. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282010000300006>.
- NASCIMENTO, Elda Vasconcelos do; LEMOS, Sara Maria de Lima. Responsabilidade social empresarial no Brasil: da filantropia à sustentabilidade. In: Revista de Administração Pública, v. 43, n. 5, 2009.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2011.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
40	35	38	32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso destaca que a alternativa correta indicada pela banca não está de acordo com a cronologia histórica do surgimento do Serviço Social no Brasil. Em esclarecimento: a alternativa considerada correta afirma: “O movimento de expansão da presença da Igreja Católica na sociedade brasileira após a proclamação da República impulsionou o surgimento do Serviço Social no país, com ênfase na doutrina social da Igreja.” A redação da questão indica que o movimento de expansão da presença da Igreja Católica, que ocorreu após a Proclamação da República, impulsionou o surgimento do Serviço Social. O texto não sugere que o Serviço Social surgiu no período da Proclamação da República. De acordo com Iamamoto e Carvalho (1996), a expansão da influência da Igreja Católica na sociedade brasileira foi um processo contínuo e significativo que ganhou destaque especialmente a partir da década de 1920. A fundação da primeira Escola de Serviço Social, em 1936, na PUC de São Paulo, se deu em um contexto onde a Igreja Católica, por meio de suas ações sociais e educacionais, influenciou diretamente a constituição do Serviço Social no Brasil.

Após a Proclamação da República em 1889, o Brasil experimentou uma série de mudanças políticas, sociais e econômicas que culminaram na necessidade de novas respostas às questões sociais emergentes. Embora a fundação do Serviço Social no Brasil tenha ocorrido algumas décadas depois, a influência da Igreja Católica e suas doutrinas sociais, como as encíclicas Rerum Novarum e Quadragesimo Anno, foram fundamentais na formação e institucionalização da profissão.

Portanto, a alternativa busca refletir a influência histórica da Igreja Católica na formação do Serviço Social no Brasil, reconhecendo que esse processo de influência se consolidou nas décadas seguintes à Proclamação da República. Diante disso, a banca mantém a alternativa como correta, visto que a resposta está de acordo com a interpretação histórica da influência da Igreja Católica no surgimento do Serviço Social no Brasil, conforme descrito na literatura especializada.

Fonte:

- IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço para uma interpretação histórico-metodológica**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
42	48	50	47

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Para verificação das informações que considerou o gabarito, tem-se:

GABARITO A - Diretriz - Artigo 5 da LOAS

Alternativa B - Princípio - Artigo 4 da LOAS

Alternativa C - Princípio - Artigo 4 da LOAS

Alternativa D - Objetivo - Artigo 2 da LOAS

O comando da questão solicita a indicação de uma diretriz e isso se apresenta na alternativa A.

Sendo assim, a questão apresenta uma única resposta - O gabarito divulgado será mantido.

Fonte:

- BRASIL. Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742compilado.htm

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
44	50	42	45

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Nova Iguaçu é um município brasileiro do estado do Rio de Janeiro, região Sudeste do país. Localiza-se na Baixada Fluminense, na região Metropolitana do Rio de Janeiro, estando situado a 40KM da capital estadual.

Dessa maneira, pode-se dizer que está situada ou compõe uma região metropolitana. A questão solicitou que relacionasse o município Nova Iguaçu com o PNAS (2004, página 16). Com essa associação de informações, tem-se:

Os dados gerais do País permitem uma análise situacional global e sugerem, ao mesmo tempo, a necessidade de confrontá-los com a realidade que se passa no âmbito dos municípios brasileiros, considerando pelo menos seus grandes grupos:

- Municípios pequenos 1: com população até 20.000 habitantes
- Municípios pequenos 2: com população entre 20.001 a 50.000 habitantes
- Municípios médios: com população entre 50.001 a 100.000 habitantes
- Municípios grandes: com população entre 100.001 a 900.000 habitantes
- Metrôpoles: com população superior a 900.000 habitantes

Considerando o número populacional da referida questão, o município é de grande porte.

Sendo assim, a questão apresenta uma única resposta - O gabarito divulgado será mantido.

Fontes:

- BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. RIO DE JANEIRO, NOVA IGUAÇÚ. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/nova-iguacu/panorama> Acesso 20 mai de 2024
- BRASIL, Política Nacional de Assistência Social. Disponível em https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf Acesso 20 mai de 2024

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
45	41	43	44

Recurso Procedente. Questão Anulada.

As assertivas I e III estão corretas como indicado no gabarito divulgado - B – Somente as assertivas I e III estão corretas. Para verificação das informações que considerou o gabarito, tem-se:

A assertiva I trata-se do Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

A assertiva III trata-se do Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Ademais, a assertiva IV, conforme foi descrita também está correta, pois está de acordo com o Art. 5º, que segue adiante: “Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.”

Dessa forma, as afirmativas corretas são I, III e IV, razão pela qual não há alternativa que abarque tais afirmativas, razão pela qual a questão foi anulada.

Fontes:

- BRASIL, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990..Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm Acesso em: 20 mai de 2024.
- BRASIL. Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 20 mai de 2024.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
46	42	44	48

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Para verificação das informações que considerou o gabarito, tem-se:

I - A assertiva “A assistência integral na modalidade de entidade de longa permanência será prestada quando verificada existência de grupo familiar (...) está incorreta - Para ser correta deveria: A assistência integral na modalidade de entidade de longa permanência será prestada quando verificada inexistência de grupo familiar, casa-lar, abandono ou carência de recursos financeiros próprios ou da família, conforme parágrafo primeiro do Artigo 37 do estatuto da pessoa idosa

II – A assertiva está incorreta porque o Estatuto apresenta previsão de identificação e localização de familiares - O art.47 do Estatuto da Pessoa Idosa versa, segundo atualização - IV – serviço de identificação e localização de parentes ou responsáveis por pessoas idosas abandonados em hospitais e instituições de longa permanência; (Redação dada pela Lei nº 14.423, de 2022)

III – A assertiva está incorreta porque a situação é punível com multa e reclusão, não apenas multa como o afirmado. Tal situação está prevista no Art. 90 da Lei Brasileira de Inclusão: Abandonar pessoa com deficiência em hospitais, casas de saúde, entidades de abrigamento ou congêneres: Pena - reclusão, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, e multa.

IV - A assertiva está incorreta porque a situação é punível com multa e reclusão, não apenas multa como o afirmado. Tal situação está prevista no Art. 90 da Lei Brasileira de Inclusão: Constitui crime punível com reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos e multa: recusar, retardar ou dificultar internação ou deixar de prestar assistência médico-hospitalar e ambulatorial à pessoa com deficiência.

As penas aplicáveis são de reclusão e multa. Desse modo afirmar que as assertivas III e IV está correta significa desconsiderar a pena de reclusão.

Com base nessa análise, todas as assertivas estão incorretas, mantendo o gabarito divulgado.

Fontes:

- BRASIL, Estatuto do idoso: lei federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.
- BRASIL, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em 20 mai 2024

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
47	43	47	49

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Para verificação das informações que considerou o gabarito, tem-se:

I - Assertiva correta - Considerando o caso hipotético proposto na questão, na fase de implementação, a assistente social deverá consultar documentos profissionais, legislações e os sistemas envolvidos na temática (SINASE e SISNAD, como descritos).

II - Assertiva correta - Na fase de implementação, haverá a materialização do programa, considerando o planejamento.

III - Assertiva correta - As propostas precisam ser viáveis e para tanto, a apresentação de escopo, custos e recursos é de fundamental importância.

IV - Assertiva correta - Monitorar e controlar o programa/projeto é essencial para medidas corretivas e isso é realizado através dos indicadores.

Baseado na análise, as assertivas estão corretas, de acordo com o Guia definitivo de Implementação de projetos e as prerrogativas profissionais.

Sendo assim, a questão apresenta uma única resposta - O gabarito divulgado será mantido.

Fontes:

- Guia definitivo de Implementação de projetos - Disponível em: <https://monday.com/blog/pt/gestao-de-projetos-pt/implementacao-de-projetos-o-guia-definitivo/>. Acesso 20 mai de 2024
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional Ed. Cortez, SP, 1998.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
49	45	45	42

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A - A definição do problema se relaciona com a pesquisa do serviço social, não se aplicando diretamente a elaboração, implementação e execução de projetos e programas.

B - A definição da metodologia se relaciona com a pesquisa do serviço social, não se aplicando diretamente a elaboração, implementação e execução de projetos e programas.

GABARITO - C - Da elaboração, implementação até o gerenciamento de projetos destacam-se as fases: Iniciação, Planejamento, Implementação, Monitoramento e Controle, Encerramento.

D - A consideração da historicidade se relaciona com a pesquisa do serviço social, não se aplicando diretamente a elaboração, implementação e execução de projetos e programas.

Sendo assim, a questão apresenta uma única resposta - O gabarito divulgado será mantido.

Fontes:

- Guia definitivo de Implementação de projetos - Disponível em: <https://monday.com/blog/pt/gestao-de-projetos-pt/implementacao-de-projetos-o-guia-definitivo/>. Acesso em: 20 mai 2024.
- CARVALHO, Alba Maria Pinheiro de. O projeto de formação profissional do assistente social na conjuntura brasileira. Cadernos ABESS, n. 1, São Paulo: Cortez. 1993.
- NETO, Cacildo Teixeira de Carvalho; BARROS, Jaqueline de Melo. A pesquisa como ferramenta de desvelamento da realidade:subsídios para construção de conhecimento. Revista EDUC-Faculdade de Duque de Caxias/Vol. 01-Nº 02/Jul-Dez 2014. Disponível em https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170608145831.pdf. Acesso em: 20 mai 2024.

Cargo: Auxiliar Administrativo III

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
01	05	07	03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O título deve ser uma síntese precisa do texto, tendo uma função estratégica na articulação textual. Promover a habilidade de dar títulos adequados a textos é uma estratégia que auxilia na formação do leitor. Dessa forma, depreende-se que, após a leitura do texto, o título “Impotência” revela uma condição que, por meio de um encadeamento, atinge circunstâncias de maior relevância. Tal fato é claramente comprovado, segundo a evolução das ideias textuais. Observe: “Foi na última chuvarada do ano, e a noite era preta”; “. Vestiu o pijama e ligou o rádio, mas o rádio estava ruim, roncando e estalando”; “E quando começou a dormir e ouvia que batiam na porta, [...]”; “A princípio não reconheceu a negra velha Joaquina Maria, miúda, molhada, os braços magros luzindo, a cara aflita”; “O temporal derrubara o barraco, e o netinho, de oito anos, estava sob os escombros”; “O que ela queria é que ele

telefonasse para a polícia, chamasse a ambulância ou rabeção, desse um jeito para o menino não passar a noite entre os escombros, na enxurrada; ou arranjasse um automóvel e alguém para retirar o corpinho”.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
02	07	09	08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As conjunções coordenativas ligam palavras e orações que são independentes entre si, ou seja, estão no mesmo nível de hierarquia e são completamente compreensíveis uma sem a outra. Conjunções coordenativas adversativas estabelecem relação de oposição, contraste. As principais conjunções coordenativas adversativas são: “mas”, “porém”, “contudo”, “todavia”, “entretanto”. As demais afirmativas apresentadas para análise estão incorretas, a saber: a palavra “enguiçara” apresentada no 4º§ do texto pode ser substituída, sem alteração de sentido, por “quebrara”; no trecho “[...] depois de uma viagem de ônibus mortificante, [...]” (1º§), o termo destacado expressa circunstância de modo; e, as preposições “a” e “em” conferem significados diferentes ao substantivo “princípio” no contexto “A princípio não reconheceu a negra velha Joaquina Maria, [...]”. A princípio (= no princípio) significa: no início, no começo, inicialmente. Em princípio significa: sem entrar em casos concretos e particulares, antes de qualquer consideração, de maneira geral.

Fonte:

- CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. Gramática da Língua Portuguesa. Ensino Médio Integrado. Reformulada 3. ed. São Paulo: Scipione, 2010. 584p. (Conforme Acordo Ortográfico).

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
03	09	01	05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sob: a preposição “sob” tem sua origem no latim “sub”. É empregada em situações em que seu significado corresponde a “embaixo de”, “em estado de”, “sujeito à influência ou ao comando de algo ou alguém”. No trecho “O temporal derrubara o barraco, e o netinho, de oito anos, estava sob os escombros”, verifica-se que tal preposição estabelece relação de lugar. As demais preposições demonstram outras significações, a saber: “Há dois meses estou querendo mandar consertar este rádio”, pensou com tédio” (modo); “O que ela queria é que ele telefonasse para a polícia, chamasse a ambulância ou rabeção, [...]” (finalidade); e, “[...] desde seu horário no serviço até aquele caso sentimental em Botafogo” (tempo, lugar e inclusão).

Fonte:

- CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. Gramática da Língua Portuguesa. Ensino Médio Integrado. Reformulada 3. ed. São Paulo: Scipione, 2010. 584p. (Conforme Acordo Ortográfico)

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
07	10	08	02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em seu eixo temático, a crônica é um texto que retrata acontecimentos do cotidiano, sempre com um caráter crítico (sobre comportamentos sociais, leis, instituições etc.). É um gênero textual que passeia entre o jornalístico e o literário, trazendo temas reais trabalhados de forma mais subjetiva. Levando-se em consideração a estrutura textual apresentada, podemos afirmar categoricamente que a crônica de Rubem Braga tem como propósito: “assinalar a fragilidade e a perplexidade do narrador-personagem mediante as condições relatadas”. As demais opções de respostas evidenciam ideias contrárias ou acessórias ao texto.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
09	06	02	07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Reticências são sinais gráficos que fazem referência ao sentido de continuísmo, podendo ser utilizadas no início, meio ou fim de uma frase. A palavra tem origem no latim e significa algo implícito. De uma forma geral, as reticências indicam um pensamento que ainda não terminou ou a omissão de alguma coisa que não foi escrita. Trata-se de um sinal de pontuação que demonstra uma interrupção da frase. As reticências também podem indicar uma ação que ainda não terminou, além de transmitir sentimentos como dúvidas, surpresas, hesitações, suspense etc. Dessa maneira, é uma forma de o redator inserir vida em seus textos, principalmente em estilos mais livres. No trecho “– O menino está... morto?”, as reticências, empregadas no meio do trecho, têm como objetivo “ênfatizar uma circunstância, ou seja, um cenário traumático no texto”. A opção de resposta B “marcar uma hesitação e um espanto vivenciados pelo leitor” é inadequada, pois tal questionamento foi feito pelo homem – personagem do texto, que vivenciou tal hesitação e espanto.

Fonte:

- CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. Gramática da Língua Portuguesa. Ensino Médio Integrado. Reformulada 3. ed. São Paulo: Scipione, 2010. 584p. (Conforme Acordo Ortográfico).

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
10	02	05	09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O pretérito imperfeito do modo indicativo é aquele que se refere a uma ação anterior ao momento da fala e que, no tempo passado a que pertence, não foi finalizada, podendo ter sido, por exemplo, interrompida por outro acontecimento. Tal fato pode ser observado em: “O homem estava em casa; [...]” e “Foi na última chuvarada do ano, e a noite era preta”. Sobre as demais ações verbais destacadas: “Vestiu o pijama e ligou o rádio, [...]” – pretérito perfeito do indicativo; “[...] chegara tarde, exausto e molhado, depois de uma viagem de ônibus [...]” – pretérito mais-que-perfeito do indicativo; “[...] ou arranjasse um automóvel e alguém para retirar o corpinho” – pretérito imperfeito do modo subjuntivo.

Fonte:

- CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. Gramática da Língua Portuguesa. Ensino Médio Integrado. Reformulada 3. ed. São Paulo: Scipione, 2010. 584p. (Conforme Acordo Ortográfico)

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
11	13	14	11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Apesar da existência de dispositivos “Modem-Router” que combinam as funções de modem e roteador, a questão em análise se concentra especificamente na função de encaminhamento de dados entre dispositivos, que é fundamentalmente associada aos roteadores. Embora os Modem-Routers possam realizar essa função, o foco da questão está na função de roteamento de dados, e não na combinação de funções.

Fonte:

- <https://olhardigital.com.br/2024/02/17/reviews/roteador-o-que-e-funcoes-e-tipos/#:~:text=O%20roteador%20é%20um%20hardware,dados%20entre%20diferentes%20dispositivos%2C%20simultaneamente.>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
12	14	11	13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Considerando a presente questão, pertencente à disciplina de Noções de Informática, a intenção da questão era proporcionar uma visão geral dos principais elementos formatáveis através de Estilos, sem, contudo, afirmar que estes mencionados eram os únicos. Ao afirmar “trata-se dos três tipos de estilos que podem ser criados e modificados no Microsoft Word”, o enfoque estava na avaliação do conhecimento dos tipos de estilos mais comuns e amplamente empregados no referido software, o que não exigia abordar todos os elementos passíveis de formatação. Apesar de não ter sido especificada a versão do Word ou o sistema operacional, a funcionalidade da ferramenta Estilos é uma característica básica presente em diversas versões do Microsoft Word e sistemas operacionais, o que não invalida a questão.

Fonte:

- <https://support.microsoft.com/pt-br/office/personalizar-ou-criar-novos-estilos-d38d6e47-f6fc-48eb-a607-1eb120dec563>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
13	12	15	15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Considerando a presente questão, pertencente à disciplina de Noções de Informática, o erro #NOME? Ocorre na fórmula devido a um erro de digitação no nome da fórmula. Este é um problema comum que pode ser facilmente corrigido com a revisão cuidadosa da fórmula. Já o erro #REF! é exibido quando uma fórmula se refere a uma célula que não é válida. Isso acontece frequentemente quando células referenciadas são excluídas ou substituídas por outros dados. Quanto ao erro #VALOR!, ele indica que há algo errado com a forma como a fórmula foi digitada ou com as células referenciadas. Por fim, o erro #NUM! É mostrado pelo Excel quando uma fórmula ou função contém valores numéricos inválidos. Isso geralmente ocorre quando um valor numérico é inserido usando um tipo de dados ou formato de número não suportado na fórmula.

Fonte:

- <https://support.microsoft.com/pt-br/office/como-corrigir-um-ref-erro-822c8e46-e610-4d02-bf29-ec4b8c5ff4be>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
14	15	13	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Considerando a questão em comento, pertencente à prova de Noções de Informática, a opção C está correta, pois embora que a exclusão de Cookies não impeça o usuário de acessar sites na internet, ela pode afetar a experiência de navegação, já que os Cookies são usados por sites para lembrar preferências e outras informações do usuário. A alternativa D está incorreta, pois não reflete com precisão as diversas funções dos Cookies na web.

Fonte:

- <https://www.kaspersky.com.br/resource-center/definitions/cookies>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
15	11	12	14

Recurso Procedente. Questão Anulada.

A falta de clareza na distinção entre as funções do Painel de Controle do Windows 11, comprometeu consideravelmente a compreensão e o entendimento dos candidatos, visto que todas as opções descrevem funções que são tipicamente realizadas através do Painel de Controle.

Fontes:

- <https://tecnoblog.net/responde/para-que-serve-o-painel-de-controle-do-windows/>
- <https://recoverit.wondershare.com.br/disk-utility/reparar-seu-disco-rigido-por-voce-mesmo.html>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
16	19	20	24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que a falta da palavra final pode ocorrer dupla contagem dos valores na cadeia de produção. No entanto, a falta da palavra não prejudica o entendimento em relação as alternativas A, C, D, que dizem respeito a termos totalmente distintos do PIB:

A alternativa C está incorreta, já que se refere ao PNB, Produto Nacional Bruto, que é o valor agregado de todos os bens e serviços resultantes da mobilização de recursos nacionais (pertencentes a residentes no país), PORÉM, independente do território econômico em que esses recursos foram produzidos. A diferença entre o PNB e o PIB corresponde à renda líquida enviada ou recebida do exterior. Quando o PNB é inferior ao PIB, o país remete para o exterior mais renda do que recebe.

A alternativa A também está incorreta, pois trata-se da Política fiscal, conjugação das ações de gasto e arrecadação do governo. O aumento relativo dos gastos ou a redução relativa da tributação são consideradas ações de política fiscal expansivas, pois tendem a gerar crescimento econômico no curto prazo. A redução relativa dos gastos ou a elevação relativa da tributação são consideradas ações contracionistas, pois tendem a frear a economia no curto prazo. A política fiscal tem importante função estabilizadora: evitar superaquecimento econômico, que levaria ao aumento da inflação; e impedir ou minorar recessões, que são episódios de redução do produto e aumento do desemprego.

A alternativa D também está incorreta, já que se trata da Política Econômica, ou seja, o conjunto de medidas tomadas pelo governo de um país com o objetivo de atuar e influir sobre os mecanismos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços. Embora dirigidas ao campo da economia, essas medidas obedecem também a critérios de ordem política e social — na medida em que determinam, por exemplo, quais segmentos da sociedade se beneficiarão com as diretrizes econômicas emanadas do Estado.

Fontes:

- Dicionário de Economia UNESP
https://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/magaldi/GEO_ECONOMICA_2019/dicionario-de-economia-sandroni.pdf
- Glossário de economia - Manual de Comunicação - Senado Federal
https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/guia-de-economia/arquivos/glossario_economia.pdf

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
17	21	23	21

Recurso Procedente. Questão Anulada.

De acordo com o Guia Alimentar para a População Brasileira do Ministério da Saúde, a fabricação de alimentos ultraprocessados, feita em geral por indústrias de grande porte, envolve diversas etapas e técnicas de processamento e muitos ingredientes, incluindo sal, açúcar, óleos e gorduras e substâncias de uso exclusivamente industrial. “Ingredientes de uso industrial comuns nesses produtos incluem proteínas de soja e do leite, extratos de carnes, substâncias obtidas com o processamento adicional de óleos, gorduras, carboidratos e proteínas, bem como substâncias sintetizadas em laboratório a partir de alimentos e de outras fontes orgânicas como petróleo e carvão. Muitas dessas substâncias sintetizadas atuam como aditivos alimentares cuja função é estender a duração dos alimentos ultraprocessados ou, mais frequentemente, dotá-los de cor, sabor, aroma e textura que os tornem extremamente atraentes”. Página 41 do Guia Alimentar para a População Brasileira do Ministério da Saúde.

Assim, como o Guia Alimentar para a População Brasileira do Ministério da Saúde, a Academia Brasileira de Letras, na seção Nova palavra do site da instituição (<https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/ultraprocessado>) assim define o termo ‘Ultraprocessado’: “Diz-se de produto comestível de formulação industrial feito inteiramente ou principalmente de substâncias extraídas de alimentos (óleos, gorduras, açúcar, proteínas), derivadas de constituintes de alimentos (gorduras hidrogenadas, amido modificado) ou sintetizadas em laboratório com base em matérias orgânicas como petróleo e carvão (corantes, aromatizantes, realçadores de sabor e aditivos), cuja técnica de manufatura inclui extrusão, moldagem e pré-processamento por fritura ou cozimento (por exemplo, biscoitos, balas e sorvetes em geral, cereais açucarados, refrigerantes, refrescos e sopas em pó, embutidos, produtos congelados prontos para aquecimento, misturas para bolo, macarrão instantâneo, tempero pronto, etc.)”.

Não se confunde com a alternativa B, que está incorreta, já que se refere à GORDURA TRANS, tipo específico de gordura formada por meio de um processo de hidrogenação natural (na gordura de animais ruminantes) ou industrial. Notas: i) Essas gorduras estão presentes na maioria dos alimentos industrializados, em concentrações variáveis. ii) Os alimentos de origem animal, como a carne e o leite, possuem pequenas quantidades de gorduras trans. iii) A gordura hidrogenada é um tipo específico de gordura trans produzido pela indústria. iv) O processo de hidrogenação industrial que transforma óleos vegetais líquidos em gordura sólida à temperatura ambiente é utilizado para melhorar a consistência dos alimentos e o tempo de prateleira de alguns produtos. A gordura trans ESTÁ PRESENTE na maioria dos produtos ultraprocessados. Mas, o termo ultraprocessado, como podemos ver acima, é muito mais amplo e possui outras substâncias além da gordura trans.

A alternativa C está incorreta, já que se trata dos alimentos PROCESSADOS, aqueles fabricados pela indústria com a adição de sal, açúcar ou outro produto que torne o alimento mais durável, palatável e atraente. São os casos das conservas em salmoura (cenoura, pepino, ervilhas, palmito), compotas de frutas, carnes salgadas e defumadas, sardinha e atum em latinha, queijos feitos com leite, sal e coalho, e pães feitos de farinha, fermento e sal. Por terem adição de sal, gordura e açúcar, podem fazer parte do prato desde que em pequenas quantidades e como parte de uma refeição baseada em alimentos in natura e minimamente processados.

De acordo ainda com o Guia Alimentar para a População Brasileira do Ministério da Saúde, alimentos processados são produtos relativamente simples e antigos fabricados essencialmente com a adição de sal ou açúcar (ou outra substância de uso culinário como óleo ou vinagre) a um alimento in natura ou minimamente processado. As técnicas de processamento desses produtos se assemelham a técnicas culinárias, podendo incluir cozimento, secagem, fermentação, acondicionamento dos alimentos em latas ou vidros e uso de métodos de preservação como salga,

salmoura, cura e defumação. Alimentos processados em geral são facilmente reconhecidos como versões modificadas do alimento original. Página 38 do Guia Alimentar para a População Brasileira do Ministério da Saúde.

A alternativa A está incorreta, já que se refere ao termo MACRONUTRIENTE: Nutriente que é necessário ao organismo em grande quantidade em relação aos micronutrientes. Os macronutrientes são especificamente os carboidratos, as gorduras e as proteínas amplamente encontrados nos alimentos.

No entanto, como a alternativa C apresentou a palavra atraente - o que não está incorreto, de acordo com o site da Ministério da Saúde – mas as razões recursais dispõem que o termo prejudicou o entendimento objetivo da questão, portanto essa Banca Examinadora decide que é PRODECENTE ANULAR A QUESTÃO.

Fontes:

- Guia Alimentar para a População Brasileira do Ministério da Saúde: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf
- Glossário Temático Alimentação e Nutrição (MINISTÉRIO DA SAÚDE) https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/glossario_alimenta.pdf
- Página do Ministério da Saúde: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/eu-quero-me-alimentar-melhor/noticias/2021/in-natura-processados-ultraprocessados-conheca-os-tipos-de-alimento>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
23	22	16	19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso sustenta que ao cultivar a língua e literatura nacional, também se gera o desenvolvimento científico, educacional e bem-estar social do país. No entanto, a questão, pergunta qual O OBJETIVO da Academia Brasileira de Letras, e NÃO AS CONSEQUÊNCIAS do objetivo: ‘cultivo da língua e literatura nacional’. Cada entidade tem um objetivo determinado:

A Academia Brasileira de Letras (ABL) é uma instituição cultural inaugurada em 20 de julho de 1897* e sediada no Rio de Janeiro, cujo objetivo “é o cultivo da língua e da literatura nacional”.

A alternativa A está incorreta, pois trata-se do objetivo da Academia Brasileira de Artes: “Um dos principais objetivos da metodologia ABRA é a valorização do indivíduo através da arte.

A alternativa C está incorreta, pois trata-se do objetivo da Academia de Letras do Brasil, sediada em Brasília. “Desde a assembleia inicial ficaram claras, na palavra de Almeida Fischer, as finalidades da nova entidade, nomeada, por sugestão sua, Academia de Letras do Brasil: “sendo Capital da República e mantendo significativa vida literária, Brasília deve tornar-se sede de uma Academia de Letras de âmbito nacional, que se destine a promover a defesa de nosso idioma e a criação literária, que seja apolítica, apartidária e aplique seus recursos exclusivamente no País, na consumação de seus objetivos”.

A alternativa D está incorreta, pois trata-se do objetivo da Academia Brasileira de Ciências: “Seu foco é o desenvolvimento científico, educacional e do bem-estar social do país, além da interação entre os cientistas brasileiros e destes com pesquisadores de outras nações”.

Fontes:

- Academia Brasileira de Ciências: <https://www.abc.org.br/a-instituicao/missao/>
- Academia de Letras do Brasil: <https://www.academiadeletrasdobrasil.com.br/p/historia.html>
- Academia Brasileira de Artes <https://abra.com.br/conheca-a-abra/>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
25	17	18	20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O G20 reúne os países com as maiores economias do mundo. Os Estados-membros se encontram anualmente para discutir iniciativas econômicas, políticas e sociais.

A alternativa B está incorreta, pois trata-se do objetivo da Organização das Nações Unidas, também conhecida pela sigla ONU, uma organização internacional formada por países que se reuniram voluntariamente para trabalhar pela paz e o desenvolvimento mundiais.

A alternativa C está incorreta, pois trata-se do objetivo do Mercosul: O MERCOSUL é um processo aberto e dinâmico. Desde sua criação teve como objetivo principal propiciar um espaço comum que gerasse oportunidades comerciais e de investimentos mediante a integração competitiva das economias nacionais ao mercado internacional.

A alternativa D está incorreta, pois trata-se do objetivo do Fundo Monetário Internacional: alcançar crescimento sustentável e prosperidade para cada um dos seus 190 países membros. O que é o Fundo Monetário Internacional:

Fontes:

- Página do G20 <https://www.g20.org/pt-br/sobre-o-g20/faq?activeAccordion=99b80381-adcb-4aa9-92e2-fc0723606786>
- Página do Fundo Monetário Internacional <https://www.imf.org/es/About/Factsheets/IMF-at-a-Glance>
- Página da ONU: <https://www.un.org/pt/rio/recursos/conheca-a-onu#:~:text=A%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas,paz%20e%20o%20desenvolvimento%20mundiais>
- Página do Mercosul <https://www.mercosur.int/pt-br/quem-somos/em-poucas-palavras/>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
26	30	27	29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais dispõem que a alternativa “Não, já que a assinatura do termo de posse é ato personalíssimo”, estaria correta, bem como a alternativa “Não, entretanto, a lei só permite a representação no caso de doença grave ou impedimento”, também estaria correta, entretanto, ao analisar o artigo 11 da Lei nº 2.378/1992, dispõe em seu parágrafo 3º, que “a posse poderá dar-se mediante procuração específica”, assim, a lei autorizada que a assinatura do termo de posse possa ser realizada por um terceiro, bastando que esteja munido de procuração específica para a realização do ato, não vedando ou impondo qualquer outra restrição para a realização do feito, apenas que a procuração seja específica.

Dessa forma, Marcos poderia representar Pedro no ato da posse, desde que, apresentasse procuração específica para realização do ato, já que a lei não veda tal conduta ou não impõe qualquer outro requisito para o feito, como por exemplo doença ou impedimento.

Confirmando, assim, como única alternativa correta, o gabarito preliminar apresentado pela banca examinadora.

Fonte:

- NOVA IGUAÇU, RJ. Lei Municipal nº 2.378, de 29 de dezembro 1992. Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários do Município de Nova Iguaçu. Disponível em: <http://app.novaiguacu.rj.gov.br:8090/pc/downloads/leisOrdinarias/2.378.pdf>. Acesso em: 19 de maio de 24.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
34	37	34	32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O autor Schellenberg afirma que o responsável pelo arquivo se interessa pelas práticas adotadas na manutenção dos documentos correntes, porque ele deverá aceitar o arranjo dos documentos dado pelos órgãos que os hajam criado. Esse arranjo pode não satisfazê-lo, pois, na guarda dos documentos para uso corrente, o encarregado visa, sobretudo, fazer com que sirvam às necessidades correntes do governo. Todas as técnicas e métodos que emprega visam a atender este objetivo. Ao arranjar os documentos ele os classifica tendo em vista a maneira pela qual serão usados pela sua repartição.

Fonte:

- SCHELLENBERG, T. R. , Arquivos Modernos – Princípios e Técnicas – 3ª Edição – Editora FGV – 2004 – Pág. 55

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
35	36	32	31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O autor Schellenberg define que Circular é correspondência oficial simultânea a diversos destinatários, com texto idêntico, transmitindo instruções, ordens, recomendações, determinando a execução de serviços ou esclarecendo o conteúdo de leis, normas e regulamentos.

Fonte:

- SCHELLENBERG, T. R. , Arquivos Modernos – Princípios e Técnicas – 3ª Edição – Editora FGV – 2004 – Pág. 83.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
36	32	35	33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O autor Schellenberg afirma que:

O responsável pelo arquivo do governo tem a documentação escrita, que são textos produzidos pela administração a que serve.

Ao apreciar o valor dos documentos expedidos por um órgão oficial ou privado, o responsável pelo arquivo não o faz tomando por base partes do material. Não examina e conclui quanto ao valor de uma simples peça avulsa como uma carta, um relatório ou qualquer outro documento. Faz o julgamento em relação às outras, isto é, em relação à inteira documentação resultante da atividade que a produziu.

Os documentos, uma vez destruídos, não podem ser recuperados, pois, comumente, existem uma única via.

Ao emitir julgamentos quanto ao valor do documento, o responsável pelo arquivo deve estar bem seguro, na sua análise, da organização e funcionamento do organismo com o qual trata e ter amplo conhecimento das prováveis necessidades e interesses de pesquisa.

O responsável pelo arquivo deve estabelecer uma classificação ditada pelas circunstâncias originais de criação. O lugar de cada unidade de arquivo, geralmente, um grupo ou uma série, só pode ser decidido em relação às outras unidades produzidas por um determinado órgão.

Portanto, todas as alternativas da questão estão corretas.

Fonte:

- SCHELLENBERG, T. R. , Arquivos Modernos – Princípios e Técnicas – 3ª Edição – Editora FGV – 2004 – Pág. 47.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
37	34	31	38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O autor esclarece que o Memorando é a correspondência interna utilizada entre unidades administrativas de um mesmo órgão, que podem estar hierarquicamente em mesmo nível ou em nível diferente, na qual, se expõe qualquer assunto referente à atividade administrativa, conforme solicita a questão.

Fonte:

- SCHELLENBERG, T. R. , Arquivos Modernos – Princípios e Técnicas – 3ª Edição – Editora FGV – 2004 – Pág. 121.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
39	40	39	40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Considerando a questão em comento, pertencente à prova de Auxiliar Administrativo III, as etapas descritas na alternativa correta “A” são aplicáveis a várias versões do Microsoft Word, uma vez que as versões do software não impactam significativamente o procedimento básico para inserir um cabeçalho. A funcionalidade de adicionar cabeçalhos e rodapés é uma característica fundamental e consistente do Word. A alternativa A descreve corretamente o caminho geral para inserir um cabeçalho em todas as páginas de um documento. O procedimento indicado – ir para a guia “Inserir”, clicar na opção “Cabeçalho” na seção “Cabeçalho e Rodapé” e, em seguida, digitar o título desejado – é um método padrão que leva o usuário ao modo de edição do cabeçalho. Neste modo, é possível inserir qualquer texto, incluindo o título do documento, que será replicado em todas as páginas.

Embora a questão faça referência a um “título”, a inserção desse título no cabeçalho é uma prática comum e correta no Microsoft Word. Esta prática garante que o título apareça em todas as páginas do documento, atendendo ao comando da questão. A alternativa A, portanto, não só descreve um procedimento correto e aplicável a diversas versões do Microsoft Word, como também é a única que corresponde precisamente à funcionalidade solicitada.

Fonte:

- <https://support.microsoft.com/pt-br/office/editar-um-cabeçalho-ou-rodapé-b87ee4df-abc1-41f8-995b-b39f6d99c7ed>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
40	39	40	39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Considerando a descrição na questão, que solicita uma ferramenta eficaz para computar o número de células em um intervalo que contém valores numéricos e ignora células em branco, a função mais adequada é, de fato, a =CONT.NÚM. Isso porque de acordo com o site oficial da Microsoft, esta função é específica para contar apenas células que contêm valores numéricos, excluindo qualquer outro tipo de conteúdo, como texto ou valores de erro. Portanto, a alternativa correta permanece sendo a “C) =CONT.NÚM”.

Fonte:

- <https://support.microsoft.com/pt-br/office/função-cont-valores-7dc98875-d5c1-46f1-9a82-53f3219e2509>

BRANCA	VERDE
01	06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com as ideias do texto, a felicidade em demasia é prejudicial. E, ainda, a tristeza colabora para o equilíbrio dos sentimentos. Afinal, quanto mais as pessoas procuram a felicidade, menos parecem capazes de obtê-la. O texto traz uma informação, ou seja, uma referência sobre uma das nossas maiores preocupações: ser feliz. Observe: “Ser feliz é uma das maiores preocupações de nossa sociedade hoje. Ela se manifesta na cultura popular, em livros de autoajuda, terapias e palestras de motivação. Não é para menos. Há fortes evidências sobre os benefícios de ter mais emoções positivas, menos emoções negativas e de estar satisfeito com a vida – os três pilares da felicidade. No entanto, essa história também tem dois lados. Se for vivida em excesso, na hora errada e no lugar errado, a felicidade pode levar a resultados indesejados. E, inclusive, não ser saudável”. (1º§) “Pense na situação em que você deseja (ou é mais relevante para você) ser feliz. E não se esqueça: não desmerezca os sentimentos negativos. A tristeza, por exemplo, é parte da experiência humana e não necessariamente é ruim. Ela até nos ajuda a manter os pés no chão”. (5º§)

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA	VERDE
02	07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Tendo em vista o emprego das palavras e o seu sentido mediante a conjuntura textual, verifica-se que a expressão “fundamental” é o mesmo que: importante; essencial; primordial; relevante. Contudo, as demais relações determinadas para análise, são adequadas e coerentes, a saber: evidências (indícios); contraproducente (contraditório); e, desmerezca (menospreze).

Fonte:

- HOUAISS, Antônio. Pequeno dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. São Paulo: Moderna, 2015.

BRANCA	VERDE
03	08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A linguagem é tanto mais clara, precisa e objetiva quanto mais específica e concreta. Generalizações e abstrações tornam confusas as ideias, traduzem conceitos vagos e imprecisos. O que não ocorre no texto em análise. Conclui-se, portanto, que trata-se de um texto de linguagem denotativa que tem como característica fazer uma descrição da forma mais concretamente possível. Nele não há espaço para metáforas e demais figuras de linguagem. Seu caráter é muito mais próximo do técnico do que do artístico. As demais afirmações estão incorretas, a saber:

- Em “Ela até nos ajuda a manter os pés no chão.” (5º§), o termo “até” indica, no texto, uma ideia de inclusão;
- “O orgulho pode ser bom em certos contextos, mas também tem sido associado à agressividade e ao risco de desenvolver transtornos de humor, como a mania.” (3º§) A expressão grifada denota ideia de adição, acrescentamento; e,

- Em “Níveis moderados de emoções positivas favorecem a criatividade, mas níveis altos não.” (2º§), o termo “mas” pode ser substituído por “porém” sem prejuízo de sentido.

Fonte:

- CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. Gramática da Língua Portuguesa. Ensino Médio Integrado. Reformulada 3. ed. São Paulo: Scipione, 2010. 584p. (Conforme Acordo Ortográfico).

BRANCA	VERDE
06	01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

“Portanto” é uma conjunção utilizada para indicar a conclusão de uma ideia anterior dentro de uma frase. De acordo com a gramática da língua portuguesa, as conjunções são palavras que agem como ligações entre diferentes orações ou termos de mesmo valor gramatical. Neste caso, “portanto” é classificado como uma conjunção conclusiva, usado para exprimir a conclusão de um pensamento dentro de uma oração.

Fonte:

- CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. Gramática da Língua Portuguesa. Ensino Médio Integrado. Reformulada 3. ed. São Paulo: Scipione, 2010. 584p. (Conforme Acordo Ortográfico).

BRANCA	VERDE
08	03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

“Fizemos” está no pretérito perfeito do indicativo e indica ações passadas. As demais ações verbais destacadas se apresentam no presente do modo indicativo. O presente do indicativo é um tempo verbal utilizado para falar de uma ação que ocorre no momento da fala. Assim, ele permite situar o tempo presente indicando uma ação habitual, uma verdade ou características do sujeito. Pode também ser utilizado para falar de ações que acontecerão num futuro próximo.

Fonte:

- CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. Gramática da Língua Portuguesa. Ensino Médio Integrado. Reformulada 3. ed. São Paulo: Scipione, 2010. 584p. (Conforme Acordo Ortográfico).

BRANCA	VERDE
09	04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A locução “por isso” significa “por esse motivo” e indica, principalmente, uma consequência daquilo que foi dito ou feito, estabelecendo uma relação semântica com um acontecimento anterior. É sinônima de: por esse motivo; assim sendo; à vista disso; em vista disso; em consequência; dessa forma; dessa maneira; desse modo; dessarte; entre outras. A Gramática do Português (GP) da Fundação Calouste Gulbenkian (2013, págs. 1810/1811) apresenta “por isso” entre uma série de itens que classifica como “conectores de valor conclusivo”: assim; logo; pois; por conseguinte; por consequência; por isso; e, portanto. O conteúdo programático empregado na elaboração desse item é: emprego das classes de palavras.

Fonte:

- CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. Gramática da Língua Portuguesa. Ensino Médio Integrado. Reformulada 3. ed. São Paulo: Scipione, 2010. 584p. (Conforme Acordo Ortográfico).

BRANCA	VERDE
10	05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A única opção de resposta plausível em relação ao determinado pelo enunciado da questão é: “Muitas vezes, aliás, quanto mais as pessoas procuram a felicidade, menos parecem capazes de obtê-la.” (4º§) – retificação. As demais relações estabelecidas denotam erro, a saber:

- “Isso porque uma pessoa muito feliz teria menos probabilidade de discernir as ameaças iminentes” – causa;
- “No entanto, essa história também tem dois lados” – contraste; e,
- “Se for vivida em excesso, na hora errada e no lugar errado, a felicidade pode levar a resultados indesejados” – condição.

Sobre o conteúdo programático empregado na elaboração desse item podemos indicar: significação das palavras no texto e emprego das classes de palavras.

Fontes:

- O próprio texto.
- CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. Gramática da Língua Portuguesa. Ensino Médio Integrado. Reformulada 3. ed. São Paulo: Scipione, 2010. 584p. (Conforme Acordo Ortográfico).

BRANCA	VERDE
12	15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Considerando a questão em comento, referente à disciplina de Língua Portuguesa do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, o enunciado solicita: “No trecho ‘Os olhos dela eram um espelho das lágrimas derramadas, noites mal dormidas.’ (1º§), a palavra em destaque é acentuada pelo mesmo motivo que, EXCETO:”, ou seja, que seja assinalada a palavra que se distingue das demais. Considerando o exposto, as palavras proparoxítonas são aquelas em que a antepenúltima sílaba é a sílaba tônica. As sílabas tônicas são as faladas com mais intensidade; por isso, em “Límpido – letra A”, “Fanático – letra B” e “Arquétipo – letra C” as palavras estão acentuadas pelo mesmo motivo que o vocábulo em destaque no enunciado; já a alternativa D está incorreta, pois trata-se de uma palavra paroxítona, se distinguindo das demais que são proparoxítonas. Tal questão faz menção à classificação das palavras quanto ao número de sílabas e quanto à disposição da sílaba tônica, bem como acentuação, que são itens contidos no conteúdo programático do Edital do certame.

Fontes:

- <https://www.normaculta.com.br/palavras-proparoxitonas/>
- CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley. **Breve Gramática do português contemporâneo**. Lisboa: João Sá de Costa, 1999. MESQUITA, R.M. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Saraiva, 1999.

BRANCA	VERDE
17	24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa CORRETA é a letra **C**. Nossas Constituições republicanas de uma forma geral vetaram a possibilidade da pena capital (de morte), excetuando as duas Constituições outorgadas em ditaduras: a de 1937 (governo Vargas) e a de 1967 (ditadura militar). Em nome da “segurança nacional” (conceito bastante maleável, considerando seu uso pelas duas ditaduras) e como enfrentamento a uma suposta “guerra contra o inimigo interno,” estes regimes autoritários transformaram a disputa política em combate desproporcional e muitas vezes ilícito contra aqueles que contestavam sua visão de mundo, pátria e, principalmente, de desenvolvimento nacional. Originalmente a Constituição de 1967 também não estabelecia a pena de morte ou banimento. Mas o Ato Institucional 14, editado em setembro de 1969, modifica a Carta e introduz a pena de morte nos casos de “casos de guerra externa, psicológica adversa, ou revolucionária ou subversiva.” Ou seja, a pena poderia ser aplicada não apenas em caso de conflito com outras nações, mas contra qualquer um considerado subversivo pelas autoridades, mesmo sem o envolvimento de estrangeiros. O ato ampliava, e muito, o escopo da Lei de Segurança Nacional, revista 2 meses antes. Publicado no mesmo dia que o Ato Institucional n. 13, que instituía a pena de banimento, o AI-14 resultou, do ponto de vista conjuntural, do sequestro do embaixador norte-americano Burke Elbrick em setembro daquele ano. Outros sequestros de diplomatas se seguiriam, indicando a pouca eficácia do dispositivo extremo. Contudo, a edição do AI-14, assim como de outros atos institucionais e da própria Constituição elaborada em gabinete e imposta à sociedade, representa uma estratégia de busca por legitimidade de um regime por definição ilegal e ilegítimo. Estas tentativas de conceder uma aparência de normalidade política e legalidade incluíam as eleições periódicas (embora em muitos casos, indiretas; em outros, tão carregadas de regras e limitações que a vitória governista era quase inevitável) e outros dispositivos jurídicos, inclusive o julgamento de civis pela justiça militar, em casos de crimes contra a “segurança nacional.” Pela constituição atual, 1988, a pena de morte é proibida.

Fontes:

- <https://www.vgnoticias.com.br/politica/deputado-de-mt-apoia-prisao-perpetua-e-defende-discussao-para-regulamentar-pena-de-morte-no-brasil/109599>
- <https://extra.globo.com/mundo/noticia/2024/03/republica-democratica-do-congo-restabelece-a-pena-de-morte.ghtml>
- <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c1w172jn1deo>
- <http://querepublicaeessa.an.gov.br/uma-surpresa/438-pena-de-morte-no-brasil>

BRANCA	VERDE
19	16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa CORRETA é a letra **D**. As ilhas marítimas são bens da União, como determina o Artigo 20 da Constituição Brasileira. Aí o cenário é um pouco mais complexo: em princípio, essas ilhas não podem ser vendidas por aí como um terreno qualquer. Há três maneiras mais comuns de se ocupar esses locais. A primeira é a locação, ou seja: alguém alugar a ilha. A segunda é o aforamento, um processo no qual a União continua como proprietária oficial do bem e dá o direito de utilizar a ilha para uma pessoa, mediante pagamento de um valor fixo anual chamado de foro. Também há a cessão gratuita, parecida com o aforamento, mas sem pagamento envolvido. Em todos esses casos a União continua sendo a proprietária da ilha, então não há escritura envolvida no processo.

Fontes:

- <https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2022/09/06/e-possivel-comprar-uma-ilha-no-brasil-g1-explica-como-funciona-a-venda-de-ilhas-no-pais.ghtml>

- https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2024/03/6817314-conheca-ilha-em-goias-que-esta-a-venda-por-rs-10-milhoes.html#google_vignette
- <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/patrimonio-da-uniao/bens-da-uniao/ilhas>
- <https://www.sambiental.com.br/noticias/stf-decide-que-ilhas-fluviais-pertencem-uniao>
- <https://super.abril.com.br/coluna/oraculo/ilhas-sao-imoveis-com-escritura-que-nem-casas>

BRANCA	VERDE
21	18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa CORRETA é a letra **A**. A história do Bitcoin é cheia de mistérios e até hoje ninguém sabe ao certo quem criou essa criptomoeda, considerada como a primeira a ser minerada no mundo. A história do Bitcoin (BTC) é repleta de mistérios. A primeira criptomoeda do mundo foi lançada há 13 anos, mas até hoje ninguém sabe a verdadeira identidade da pessoa – ou pessoas – por trás do projeto. Há suspeitas, mas nenhuma capaz de desvendar o enigma. Neste guia, o InfoMoney explica a origem do Bitcoin; conta como, por que e quando ele surgiu; aborda segurança, mineração e formas de entrar no mercado; e explica as diferenças entre a criptomoeda e as outras moedas digitais do mercado, em especial as lançadas pelos bancos centrais. O Bitcoin é uma forma de dinheiro eletrônico peer-to peer (ponto a ponto) que pode ser transferida sem o intermédio de instituições financeiras. Na prática, isso significa que dois indivíduos, mesmo morando em países diferentes, podem enviar BTC um para o outro sem precisar de um banco ou de uma empresa de remessa internacional. As transações são confirmadas na blockchain, um banco de dados enorme que registra todas as negociações dos usuários. Essa tecnologia nasceu junto com o Bitcoin, e funciona de tal forma que os próprios participantes são os auditores da rede. Como não há uma terceira parte envolvida, mandar Bitcoin de um país para outro costuma ser mais barato e rápido do que transferir moedas fiduciárias. O BTC é digital, descentralizado e não é controlado por governos, empresas ou pessoas. Portanto, nenhuma Casa da Moeda precisa imprimi-lo e nenhum Banco Central tem o poder de controlar o seu preço. Seu valor depende principalmente da lei de oferta e da procura. O Bitcoin surgiu em 31 de outubro de 2008. Naquele dia, o criador (ou criadores) da criptomoeda, que se esconde sob o pseudônimo de Satoshi Nakamoto, enviou um e-mail para uma lista de pessoas interessadas em criptografia. No corpo da mensagem, ele escreveu que vinha trabalhando “em um novo sistema de dinheiro eletrônico totalmente peer-to-peer, sem terceiros confiáveis”.

Fontes:

- <https://exame.com/future-of-money/preco-do-bitcoin-reage-e-volta-a-subir-alta-sera-duradoura-especialistas-respondem/>
- <https://www.infomoney.com.br/guias/o-que-e-bitcoin/>
- <https://launchpad-br.ripio.com/blog/o-que-e-bitcoin>
- <https://blog.nubank.com.br/o-que-e-bitcoin/>

BRANCA	VERDE
23	20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa CORRETA é a letra **D**. A lei que cria a Política Nacional de Conscientização e Incentivo à Doação e Transplante de Órgãos e Tecidos começou a valer em fevereiro de 2024. A nova legislação ficou conhecida como "Lei Tatiane", em memória à Tatiane Penhalosa, que faleceu aos 32 anos por não conseguir um transplante de coração. A norma visa informar e conscientizar a população sobre a importância da doação de órgãos e tecidos, além de promover esclarecimento científico sobre o tema. Em 2019, mais de 5 mil famílias se recusaram a doar órgãos de seus parentes no Brasil e, por aqui, a doação só pode ocorrer com a autorização da família. Temos no Brasil ainda um número pequeno de doadores de órgãos, e nós não vamos resolver esse problema meramente com soluções legais, com leis,

mas principalmente com a conscientização da população. Quando um dos familiares entra em morte cerebral, não há um ato mais humanitário a ser feito do que não autorizar a doação desses órgãos. Entre as medidas previstas na nova lei, estão a realização de campanhas de divulgação e conscientização por estados, municípios e o Distrito Federal, com atividades educativas nas escolas e a capacitação de gestores e profissionais da saúde e da educação. O Brasil já tem hoje uma posição muito bem consolidada, como o país que tem o sistema público de transplante de órgãos mais importante do mundo. Todo ele garantido a todo cidadão e cidadã brasileira, de forma gratuita, com uma fila que é definida e é transparente para todos. No Brasil, a legislação atual determina que a decisão final sobre a doação de órgãos pertence à família do falecido, independentemente de qualquer registro anterior de doador ou não doador de órgãos na carteira de identidade. Essa lei visa garantir que a vontade da família seja respeitada no momento da doação.

Fontes:

- <https://www1.folha.uol.com.br/eqilibrioesaude/2024/03/brasil-teve-29-mil-transplantes-de-orgaos-em-2023-maior-numero-da-historia.shtml>
- <https://www.tre-pr.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Setembro/dia-nacional-da-doacao-de-orgaos-conscientizacao-e-desafios>
- <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/camara-quer-mudar-lei-sobre-doacao-de-orgaos-para-transplantes/>
- <https://www.camara.leg.br/noticias/1015376-lei-cria-politica-para-conscientizar-populacao-sobre-doacao-de-orgaos/>
- <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2023-11/lei-institui-politica-para-incentivar-doacao-e-transplante-de-orgaos>

BRANCA	VERDE
25	22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa CORRETA é a letra **C**. A educação é uma das áreas mais essenciais para o desenvolvimento de uma sociedade. No Brasil, o Estado tem a obrigação de oferecer educação formal para todas as crianças e adolescentes. Como o Estado brasileiro tem a forma de uma federação, ou seja, é composto de unidades federativas (União, Estados, Municípios e Distrito Federal), as responsabilidades pelos mais diversos serviços públicos acabam sendo distribuídas entre essas unidades. No Brasil, os municípios são responsáveis por fornecer a educação de base, ou seja: creches (até 3 anos), pré-escolas (educação infantil; 4 e 5 anos) e o ensino fundamental (7 a 14 anos). A novidade para 2016 é que os municípios agora são obrigados por lei a matricular todas as crianças a partir de 4 anos na pré-escola. Os pais, evidentemente, também ficam obrigados a matricular suas crianças: podem inclusive ser multados caso não coloquem os filhos na pré-escola. A outra parte do sistema educacional brasileiro que deve ser cuidada pelos municípios é o **ensino fundamental**. As regras para essa etapa da educação já são mais consolidadas: desde 1971, todas as crianças a partir de 6 anos devem estar no ensino fundamental (a partir de 2010, o ensino fundamental passou a ter nove anos de duração, e não mais oito). Nessa área, temos sido mais bem-sucedidos: mais de 98% das crianças e adolescentes com idades entre 6 e 14 anos estão na escola. Mas isso é uma conquista recente, já que a média de tempo de estudo de um adulto no Brasil ainda é de apenas sete anos (ou seja, menos tempo do que o ensino fundamental completo). Segundo a Constituição Federal, a principal lei do país, a Educação é um direito social, assim como a saúde, o trabalho, a moradia. Mas quem é o responsável por garantir o ensino de qualidade para todos? O próprio documento traz algumas respostas para estas perguntas, mas nem todas muito claras. A carta define que o município cuida da Educação Infantil e também do Ensino Fundamental 1; o Ensino Médio é prioridade do governo estadual e do Distrito Federal, mas eles também gerem o Ensino Fundamental 2. A União, por sua vez, fica com função de coordenação financeira e técnica dessa orquestra, ao mesmo tempo em que conduz as universidades federais.

Fontes:

- <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/222-537011943/14718-numero-de-alunos-na-educacao-basica-supera-os-52-milhoes>
- <https://www.politize.com.br/educacao-no-municipio/>
- <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/qual-e-o-papel-da-uniao-dos-estados-e-dos-municipios-na-educacao/>

BRANCA	VERDE
26	29

Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso solicita informações sobre o resultado preliminar. Tal informação deve ser pesquisada no site da organizadora no momento da divulgação do resultado preliminar da prova objetiva.

BRANCA	VERDE
27	30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso apresenta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, no entanto, a presente questão solicita que o candidato marque EXCETO, ou seja, entre as alternativas, qual delas NÃO APRESENTA os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A resposta certa a marcar é a alternativa B) Economia global; Arquitetura financeira internacional; Finanças sustentáveis.

Esses itens NÃO SÃO Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e sim itens das Trilhas de Finanças, que faz parte das discussões do G20 no Brasil no final de 2024. Nesta trilha, os ministros da área e dirigentes dos bancos centrais tratam de nove grupos técnicos: Economia Global, Arquitetura Financeira Internacional, Infraestrutura, Finanças Sustentáveis, Finanças e Saúde, Tributação Internacional, Inclusão Financeira, Força Tarefa G20 para África e Assuntos do Setor Financeiro.

Fontes:

- Página da Nações Unidas no Brasil: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>
- Página do G20: <https://www.g20.org/pt-br/sobre-o-g20/faq?activeAccordion=>

BRANCA	VERDE
30	28

Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso solicita informações sobre o resultado preliminar. Tal informação deve ser pesquisada no site da organizadora no momento da divulgação do resultado preliminar da prova objetiva.

BRANCA	VERDE
31	38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa B, “descartar alimentos comprometidos, com sinais de deterioração, mudança de cor, odor ou textura alterada”, é uma ação clara e objetiva que garante a segurança alimentar. Este procedimento é uma regra básica de segurança alimentar que deve ser seguida para evitar riscos à saúde pública.

O enunciado menciona especificamente que foram observados “vazamento de mioglobina e mau cheiro”, indicando claramente a presença de deterioração visível e sensorial. Isso justifica a resposta B como a mais imediata e prioritária ação ética, uma vez que já há sinais evidentes de comprometimento dos alimentos.

Embora a alternativa C, “verificar a integridade das embalagens e a validade dos produtos, a fim de verificar o que foi ou não contaminado”, seja uma prática recomendada, ela é complementar à ação principal descrita na alternativa B. Verificar embalagens e validade é uma etapa subsequente e preventiva, mas não substitui a necessidade de descartar imediatamente alimentos já identificados como contaminados ou comprometidos.

Segundo as boas práticas de segurança alimentar, a prioridade é sempre eliminar imediatamente qualquer risco identificado. No caso de sinais evidentes de deterioração (como vazamento de mioglobina e mau cheiro), a ação de descarte é imediata e não pode ser substituída ou adiada para verificações adicionais. A cartilha de boas práticas da Anvisa também destaca que a identificação sensorial de deterioração deve levar ao descarte dos produtos afetados para garantir a segurança.

Diante dos pontos apresentados, a alternativa B é a resposta que melhor responde de forma direta e imediata à situação descrita no enunciado, garantindo a segurança alimentar conforme os sinais de comprometimento observados. Portanto, a solicitação de anulação da questão não se justifica, pois a resposta correta é clara e objetiva.

Fonte:

- <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/alimentos/manuais-guias-e-orientacoes/cartilha-boas-praticas-para-servicos-de-alimentacao.pdf>

BRANCA	VERDE
34	37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão supracitada, que sugere o uso de hipoclorito de sódio diluído em água para a higienização de vegetais e frutas, está de acordo com as práticas recomendadas pelas autoridades de saúde pública, como a Anvisa. Embora o termo “hipoclorito de sódio” seja específico, trata-se de um conhecimento amplamente disseminado e de fácil acesso, inclusive em materiais de orientação ao público em geral. Esse conhecimento é especialmente relevante para a higiene e segurança alimentar, temas de grande importância na educação básica.

A alegação de que o processo descrito na opção D, envolvendo choque térmico, é complexo e inacessível para os candidatos de nível fundamental não se sustenta. O uso de soluções de hipoclorito para desinfecção é uma prática simples, frequentemente explicada em contextos não técnicos, como em programas de saúde pública e orientações domésticas.

O edital do concurso não exige conhecimentos aprofundados em química, mas espera que os candidatos possuam noções básicas de saúde e higiene. A compreensão de métodos simples e comuns de desinfecção, como o uso de hipoclorito de sódio, está dentro do escopo esperado. A inclusão dessa informação na prova visa avaliar a capacidade dos candidatos de aplicar práticas básicas de higiene, condizentes com a formação de nível fundamental.

A anulação da questão com base na suposição de que o termo “hipoclorito de sódio” é excessivamente técnico poderia comprometer a avaliação justa dos candidatos que possuam esse conhecimento básico. Além disso, alternativas mais “acessíveis” que não mencionam práticas corretas de desinfecção podem induzir os candidatos a erros em situações reais, colocando em risco a saúde pública.

Diante desses pontos, considero que a questão está adequadamente formulada e é compatível com o nível de conhecimento esperado dos candidatos conforme as diretrizes do edital. A anulação da questão não se justifica, uma vez que os termos e processos mencionados são acessíveis e relevantes para todos os candidatos. Assim, o gabarito será mantido conforme publicado originalmente.

Fonte:

- <https://www.tuasaude.com/hipoclorito-de-sodio/>

BRANCA	VERDE
35	40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O edital menciona explicitamente que o auxiliar de serviços gerais estará envolvido em atividades relacionadas à cozinha e copa. Isso sugere que suas responsabilidades vão além das tarefas típicas de limpeza e manutenção e incluem aspectos da preparação e manuseio de alimentos.

A separação de alimentos quentes e frios e sua distribuição indica um nível de envolvimento direto com o preparo e organização das refeições. Embora isso não signifique planejar cardápios completos, envolve um entendimento básico do que será servido.

O edital também menciona que o auxiliar deve ter noções básicas sobre a confecção de pequenas refeições intermediárias. Este ponto é crucial, pois sugere que o auxiliar possui algum nível de responsabilidade no preparo de alimentos, que pode incluir o planejamento dessas pequenas refeições.

As noções de higienização de utensílios e a destinação correta do lixo estão alinhadas com as responsabilidades usuais do auxiliar de serviços gerais, mas também reforçam a integração dessas tarefas no contexto da cozinha e copa.

Com base nos pontos supracitados, pode-se argumentar que o conteúdo do edital justifica a inclusão de algumas tarefas de planejamento e organização de alimentos no escopo das funções do auxiliar de serviços gerais, estando envolvido em tarefas que requerem uma compreensão do que será servido, especialmente no contexto de refeições intermediárias.

Apesar da descrição tradicional do cargo de auxiliar de serviços gerais não incluir função de copa e de uma copeira, o edital oficial para esta posição específica parece expandir suas responsabilidades para incluir atividades ligadas à cozinha e copa.

Revisando essas responsabilidades à luz do edital, conclui-se que a resposta no gabarito está de acordo com as expectativas definidas para o cargo.

Fonte:

- o próprio edital.

BRANCA	VERDE
36	31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A descrição do produto menciona especificamente “toalhas umedecidas antissépticas” com álcool a 70%. Esta especificação é crucial porque nem todos os lenços umedecidos possuem propriedades antissépticas ou a concentração adequada de álcool para garantir a desinfecção eficaz. Portanto, generalizar a eficácia de “lenços umedecidos” sem a especificação de suas propriedades pode levar a uma interpretação incorreta.

O exemplo apresentado no recurso menciona um produto específico que atende aos critérios de higienização e desinfecção, mas isso não implica que todos os produtos categorizados como “lenços umedecidos” tenham a mesma eficácia. A questão foi formulada para testar o conhecimento específico sobre produtos desinfetantes, não apenas a categoria geral de lenços umedecidos.

A decisão de considerar apenas a alternativa D como correta está baseada na necessidade de precisão e eficácia comprovada no combate a germes. A alternativa A, por ser genérica e não especificar o tipo de lenço umedecido, não atende aos critérios de segurança e eficácia que a questão busca testar. Portanto, justifica a manutenção da alternativa D como a única correta, reforçando a importância de métodos específicos e comprovadamente eficazes de desinfecção.

Fonte:

- <https://hospitalsiriolibanes.org.br/blog/infectologia/higienizacao-das-maos-mitos-e-verdades>

BRANCA	VERDE
38	35

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa C.

A escolha do produto adequado para a higienização de roupas é crucial para garantir a saúde e segurança dos usuários. No entanto, há uma discordância sobre qual produto seria mais apropriado, especialmente quando consideramos a presença de propriedades antimicrobianas. A questão apresentada sugere que o desinfetante seria a melhor opção, mas diversas evidências apontam para o sabão em pó com ação antibacteriana como a escolha mais apropriada.

O sabão em pó com ação antibacteriana é formulado especificamente para higienizar roupas. Este produto não só remove sujeiras como também possui componentes que eliminam micro-organismos nocivos. A ação detergente do sabão em pó é adequada para a limpeza de fibras têxteis, garantindo que as roupas fiquem livres de sujeiras e germes sem causar danos ao material.

A Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e a RDC nº. 14/07 destacam que o sabão é um produto ideal para a lavagem e limpeza doméstica. A alcalinidade do sabão permite a saponificação de sujidades oleosas, essencial para a limpeza eficaz de roupas. Além disso, a ação antimicrobiana adicionada ao sabão em pó moderno torna-o ainda mais eficiente na higienização, superando a necessidade de um desinfetante que não é adequado para roupas.

Diante das evidências apresentadas, o sabão em pó com ação antibacteriana é a melhor opção para a higienização de roupas, e não o desinfetante. Este último pode causar danos aos tecidos e não é formulado para uso em roupas, ao contrário do sabão em pó que é especificamente projetado para essa finalidade, combinando limpeza eficiente e ação antimicrobiana. Portanto, o gabarito da questão deve ser revisado para refletir essa realidade e recomendar o uso do sabão em pó com ação antibacteriana como a escolha correta para a higienização de roupas.

Fontes:

- https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/regulamentacao/participacao-social/consultas-dirigidas/arquivos/documento_cd_gt_antissepticos_01mar2021.pdf

BRANCA	VERDE
39	33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A resposta D enfatiza a importância de verificar periodicamente a existência de materiais de limpeza e alimentação e relatar qualquer escassez ao responsável. Essa abordagem assegura que o ambiente de trabalho permaneça sempre seguro e higiênico, minimizando riscos à saúde dos colaboradores. A periodicidade na verificação é fundamental para evitar lapsos que possam comprometer a segurança do ambiente, algo que a simples diluição de materiais, como sugerido na alternativa B, não garante.

Embora a resposta B sugira a diluição dos materiais de limpeza e o aproveitamento máximo dos alimentos como uma medida de economia, essa prática pode comprometer a eficácia dos produtos. Produtos de limpeza diluídos de maneira inadequada podem perder sua capacidade de higienização, colocando em risco a saúde dos funcionários. Além disso, a qualidade dos alimentos pode ser comprometida se o foco estiver apenas em seu aproveitamento máximo sem considerar a segurança alimentar.

A resposta D promove um procedimento proativo de monitoramento e relato de escassez, permitindo que ações preventivas sejam tomadas antes que a falta de recursos se torne um problema. Isso demonstra uma responsabilidade contínua e sistemática, enquanto a resposta B depende de uma abordagem mais reativa, onde a ação é tomada somente após o esgotamento dos recursos, o que pode não ser ideal em situações críticas.

Embora a argumentação em favor da letra B mencione que, em ambientes de trabalho colaborativos, a responsabilidade pelo abastecimento pode não ser exclusiva do departamento de recursos humanos, a resposta D não exclui a colaboração entre departamentos. Pelo contrário, o relatório periódico de escassez envolve a participação de todos os setores, promovendo uma cultura de responsabilidade coletiva sem comprometer a eficiência dos processos de verificação e abastecimento.

Portanto, embora a alternativa B tenha méritos em termos de economia e aproveitamento de recursos, a alternativa D é mais abrangente e eficaz ao garantir um ambiente de trabalho seguro, higiênico e bem gerido. Mantém-se o gabarito original, reconhecendo a superioridade da abordagem preventiva e sistemática oferecida pela resposta D.

Fontes:

- <https://www.unileverfoodsolutions.com.br/dicas-e-servicos/seu-negocio/como-organizar-estoque-de-alimentos.html>
- <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/como-melhorar-a-gestao-de-produtos-no-varejo,6ed4524704bdf510VgnVCM1000004c00210aRCRD>

BRANCA	VERDE
40	32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As diretrizes de segurança para o manuseio de produtos químicos geralmente seguem uma ordem de prioridades que coloca a segurança humana em primeiro lugar, seguida da contenção e mitigação do risco. A alternativa C (evacuar, isolar e alertar) é a mais alinhada com estas diretrizes por abordar diretamente a proteção das pessoas e a comunicação com autoridades competentes.

Antes de qualquer outra ação, é fundamental avaliar o risco, o que está implícito na ação de evacuar e isolar a área. Colocar cones A, ou ventilar B, são ações secundárias que podem ser aplicáveis dependendo da situação específica, mas não substituem a necessidade imediata de evacuação e isolamento.

Limpar imediatamente com um pano seco D, é potencialmente perigoso. Produtos químicos podem reagir de maneira imprevisível, e a absorção sem as devidas precauções pode espalhar o risco ou expor o trabalhador a substâncias tóxicas.

Destaca-se ainda que consta em edital sobre a vaga pleiteada em suas atribuições ao cargo que serviços serão prestados nas dependências da Prefeitura.

Portanto, a alternativa C é a correta por cobrir de maneira abrangente e prioritária as ações necessárias para garantir a segurança em um incidente com derramamento de produtos químicos. As outras alternativas, embora contenham medidas que podem ser parte de um protocolo mais amplo, não abordam de forma adequada e imediata a proteção das pessoas e a comunicação necessária com as autoridades competentes.

Dessa forma, a solicitação de revisão não procede, uma vez que a alternativa correta C, já contempla as melhores práticas de segurança em situações de derramamento de produtos químicos.

Fontes:

- <https://www.segurançadotrabalho.ufv.br/derramamento-de-produtos-quimicos-no-chao/>
- <https://www.previnisa.com.br/blog/plano-de-abandono-os-segredos-para-evitar-grandes-tragedias/>
- https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/369/2023/07/PE-07_Derramamento-de-produtos-quimicos-lquidosassinado.pdf

BRANCA	VERDE
03	09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme Cegalla, “a preposição *a* combina-se com os artigos e pronomes demonstrativos *o, os* e com o advérbio *onde*, dando: *ao, aos, aonde*”. O contexto em que se enseja essa combinação se dá pela regência do verbo “*ir*”, transitivo indireto por pedir a preposição “*a*”. A alternativa “*Quando a gente queria comemorar um aniversário, celebrar um encontro entre amigos, onde iria?*” é, portanto, a correta.

Os contextos presentes nas opções diversas não ensejam o uso de “*aonde*”, por não carecerem da preposição “*a*”. Em “*Burguês é como galinha: onde anda arranca o verde e deixa o sujo*”, o verbo andar é usado em sentido intransitivo; portanto, sem carecer de preposição. Já o objeto de “*apurava*”, em “[...] *acabou levando também o restaurante do Ramon com suas mesinhas na varanda, sua muralha de pedra e a celeberrima cozinha onde se apurava, misteriosa, a sopa de cabeça de peixe*”, é tão somente um, e direto: “*a sopa de cabeça de peixe*”. O mesmo se pode dizer do objeto de “*cuspir*”, em “*Só o que servia era a varanda singela do Ramon, onde se a gente quisesse podia até cuspir os caroços de azeitonas nas ondas do mar salgado*”, pois é único e direto: “*os caroços de azeitonas*”. As alternativas que os dispõem estão, portanto, incorretas.

Fonte:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 46ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

BRANCA	VERDE
11	13

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Na presente questão deve-se assinalar a alternativa que refere-se ao resultado da função =POW(8, 2) do Microsoft Office Excel 2019. A alternativa D, “64” é a opção CORRETA. De acordo com a solicitação do recurso, no enunciado da questão está descrito “*Microsoft Office 2019*”, e não “*Microsoft Office Excel 2019*” que faz parte dos programas que compõem o Microsoft Office, e é o responsável por permitir usuários realizar cálculos em planilhas eletrônicas. Portanto, a questão deve ser anulada pela falta de informação do enunciado.

Fonte:

- MICROSOFT. POW function. Disponível em <<https://learn.microsoft.com/pt-br/office/client-developer/visio/pow-function>>.

BRANCA	VERDE
15	12

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Na presente questão deve-se considerar as características do Windows Defender, marcar V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas, e assinalar a sequência CORRETA. A alternativa D, com a sequência “V, V, V” foi a opção indicada como CORRETA. De acordo com a solicitação de recurso, o item III, “*Inclui um firewall integrado que ajuda a proteger o sistema contra ataques de rede indesejados*”, é uma alternativa falsa e não existe uma sequência correta para “V, V, F”, sendo a questão deve ser anulada. O Windows Defender em si não inclui um firewall integrado; o firewall é parte do Windows Security, mas é uma funcionalidade separada conhecida como Windows Firewall ou

Windows Defender Firewall. Portanto, a questão deve ser anulada pelo item III ser falso e não existir a sequência “V, V, F”.

Fonte:

- MICROSOFT. Microsoft Defender Antivirus in Windows Overview. Disponível em <<https://learn.microsoft.com/en-us/microsoft-365/security/defender-endpoint/microsoft-defender-antivirus-windows?view=o365-worldwide>>.

BRANCA	VERDE
23	24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa CORRETA é a letra **A**. O celular pode explodir se for usado enquanto está carregando, em teoria, sim, mas isso é altamente improvável e, geralmente, acontece devido a uma falha no hardware ou no carregador. Algumas precauções simples, como usar um carregador apropriado, podem minimizar o risco de uma explosão. No entanto, é importante destacar que explosões de celulares são muito raras e, geralmente, ocorrem devido a uma combinação de fatores, como o uso de baterias de má qualidade, carregadores incompatíveis ou danos físicos no dispositivo. Além disso, muitas marcas de smartphones têm medidas de segurança internas para prevenir incidentes desse tipo. Em geral, usar o celular enquanto carrega não afeta significativamente a vida útil da bateria do celular. No entanto, algumas coisas podem afetar a vida útil da bateria, incluindo - Temperatura: usar o celular em ambientes muito quentes ou frios pode afetar a vida útil da bateria; Descarga completa: deixar a bateria descarregar completamente antes de recarregá-la também pode afetar a vida útil da bateria. Idade da bateria: a bateria do seu celular pode se desgastar com o tempo, independentemente de como você a usa.

Fontes:

- <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/05/15/celular-explode-e-deixa-adolescente-ferido-em-brasilia.ghml>
- <https://noticias.r7.com/tecnologia-e-ciencia/capitalist/descubra-por-que-dormir-com-o-celular-carregando-pode-ser-perigoso-16032024>
- <https://www.mundodaeletrica.com.br/usar-o-celular-enquanto-carrega-mitos-verdades>

BRANCA	VERDE
24	17

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa CORRETA é a letra **C**. No Ibama, cabe à Coordenação-Geral de Gestão e Monitoramento do Uso da Fauna e da Biodiversidade Aquática (CGFau), como autoridade científica, e à Coordenação-Geral de Projetos de Recuperação Ambiental e Comércio Exterior (CGRec), a análise dos processos de entrada e saída da biodiversidade do país, independentemente de ser exótica ou nativa, e a posterior concessão de eventuais autorizações. O tráfico é um negócio lucrativo, que movimenta em torno de US\$ 2 bilhões por ano, segundo a Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres (Renctas), uma Organização Social Civil de Interesse Público (OSCIP). O caput do art. 1º da Lei nº 5.197/67 (Lei da Fauna) define fauna silvestre como “os animais de quaisquer espécies, em qualquer fase do seu desenvolvimento que vivem naturalmente fora do cativeiro”. Segundo o § 3º do art. 29 da Lei nº 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais), “são espécimes da fauna silvestre todos aqueles pertencentes às espécies nativas, migratórias e quaisquer outras, aquáticas ou terrestres, que tenham todo ou parte de seu ciclo de vida ocorrendo dentro dos limites do território brasileiro, ou em águas jurisdicionais brasileiras”. Diferentemente do animal doméstico, como gatos, cachorros, galinhas e porcos, o animal silvestre não se acostuma com a presença humana. Quando retirado do seu habitat natural ele reage negativamente à presença humana, passando inclusive a ter dificuldade de se desenvolver e

de se reproduzir em cativeiro. Araras, aves, borboletas, camaleões, cobras, jabutis, onças, papagaios, peixes e tartarugas são exemplos de animais silvestres. O caput do art. 1º da Lei nº 5.197/67 proíbe a utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha do animal silvestre bem como de seus ninhos, abrigos e criadouros naturais. O caput do art. 29 da Lei nº 9.605/98 determina a pena de detenção de seis meses a um ano e multa para o crime de “Matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida”.

Fontes:

- <https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/noticias/2024/ibama-combate-o-traffic-internacional-de-animais-silvestres-em-parceria-com-instituicoes-nacionais-e-estrangeiras>
- <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/traffic-de-animais-silvestres/112319025>
- <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/venda-de-animais-silvestres>
- <https://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/periodico/esforcosparaocombateatraficodeanimais.pdf>

BRANCA	VERDE
30	28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A resposta correta reproduz na literalidade os termos da Lei Municipal nº 2.378, de 29 de dezembro 1992.

Vejam as disposições da norma.

Art. 162 – Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, poderão ser efetuadas contratações de pessoal por tempo determinado, mediante contrato de locação de serviços.

Art. 163 – Consideram-se como de necessidade temporária de excepcional interesse público as contratações que visem a:

I. combater surtos epidêmicos;

II. atender a situações de calamidade pública

III. permitir a execução de serviço por profissional de notória especialização, nas áreas de pesquisa científica e tecnológica;

IV. atender a outras funções de urgência que vierem a ser definidas em lei.

* 1º - As contratações de que trata este artigo terão dotação específica e obedecerão aos seguintes prazos: I. **nas hipóteses dos incisos I e II, 6 (seis) meses;**

II. na hipótese dos incisos III e IV, até 48 (quarenta e oito) meses.

* 2º - Os prazos de que trata o parágrafo anterior **são improrrogáveis.**

Fonte:

- <http://www.previnci.com.br/index.php/produto/legislacao/36-o-instituto/legislacao/30-leis>

BRANCA	VERDE
36	50

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A partir da aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e da Norma Operacional Básica (NOB) em 2005 é que foram criados os serviços, programas, projetos e benefícios. Eles são ofertados conforme o nível de proteção social que se enquadra ao usuário, podendo ser “básica” ou “especial”. A estruturação pelo nível de proteção fez-se necessária, pois de acordo com a vulnerabilidade e o risco social do indivíduo ou família, as ações precisam ser pensadas conforme a realidade do usuário, e com estratégias diferentes para cada situação. **A supracitada questão trata dos diferentes níveis de proteção e garantias socioassistenciais a serem afiançadas organizados em Proteção**

Social Especial, que divide-se em média e alta complexidade, portanto a alternativa correta que refere-se ao gabarito da questão é **D**, ou seja, **a proteção integral de pessoas com vínculos familiares fragilizados ou rompidos**. A Proteção Social Especial (PSE) organiza a oferta de serviços, programas e projetos de caráter especializado, que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, o fortalecimento de potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de risco pessoal e social, por violação de direitos. Na organização das ações de PSE é preciso entender que o contexto socioeconômico, político, histórico e cultural pode incidir sobre as relações familiares, comunitárias e sociais, gerando conflitos, tensões e rupturas, demandando, assim, trabalho social especializado. Já as demais alternativas, A, B e C, referem-se a Proteção Social Básica, que refere-se a oferta um conjunto de serviços, programas e projetos e benefícios da Assistência Social que visa prevenir situações de vulnerabilidades e riscos pessoais e sociais, por violação de direitos, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Ratifica-se gabarito publicado D.

Fontes:

- <https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/04-caderno-creas-final-dez..pdf>
- https://www.mprs.mp.br/media/areas/dirhum/arquivos/2_cartilha_compreendendo_suas.pdf
- RESOLUÇÃO Nº 109, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009 Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao_CNAS_N109_%202009.pdf

BRANCA	VERDE
37	33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Improcede o argumento que dispõe acerca da última assertiva relacionada ao teórico Antônio Gramsci (1891-1937), que trata da atuação do professor no processo de ensino-aprendizagem, bem como as implicações no processo de desenvolvimento humano e social considerando as diferentes concepções de educação. Destaca-se que para Gramsci, o professor necessita de uma consciência político-pedagógica. Quando Gramsci (2004) passa a compreender a sociedade como uma relação de forças políticas entre classes antagônicas, ele propõe uma escola que preparasse todos para o trabalho, mas também para compreender e atuar politicamente na sociedade. No caso, a escola criadora, a qual se dividiria em duas fases distintas e complementares. Na primeira, a qual se assemelha ao ensino fundamental de hoje, “[...] tende-se a disciplinar e, portanto, também a nivelar, a obter uma espécie de ‘conformismo’ que pode ser chamado de dinâmico” (Gramsci, 2004, p. 39). Na segunda (Ensino Médio), “[...] tende a criar os valores fundamentais do ‘humanismo’, a autodisciplina intelectual e a autonomia moral, necessários a uma posterior especialização, seja ela de caráter científico. Para Gramsci, a política estaria implícita em todos os espaços e ações sociais e, neste aspecto, o ensino escolar também seria um ato político e poderia contribuir com a política. Então, como a educação é um ato político em todos os seus aspectos o professor, como intelectual orgânico da classe trabalhadora, teria um papel importante na formação política. No caso, juntamente com o conhecimento das leis naturais e sociais, deveria levar o estudante a reconhecer sua posição na sociedade e na história, do mesmo modo que deveria pensar e planejar possibilidades coletivas de superação da sociedade. **Desta forma, em cada fase da educação básica, o professor exerceria uma ação específica. Na primeira fase do ensino, a sua autoridade seria fundamental, isto no sentido de disciplinar e conformar o aluno às exigências de esforços físicos e mentais da ciência. Na segunda fase, o professor assumiria o papel de “guia amigável”. Para Gramsci, apenas nesta fase, o aluno teria disciplina e maturidade para o estudo baseado em uma pesquisa metodológica, de modo a desenvolver a autonomia teórica e crítica.** Mas, em todo o processo de ensino, o professor contribuiria para que o aluno estabelecesse as relações necessárias entre os conceitos formalizados e o processo histórico da sociedade. Para Gramsci, educar seria mais que instruir, ou simplesmente transpor conhecimentos limitados ao sentido prático, mas o professor deveria educar no sentido político-filosófico. **Ou seja**, o método da escola unitária se apresenta como o que descarta os dotes naturais e articula-se entre o espontaneísmo (seguindo os interesses do educando) e a autoridade, não o autoritarismo, porquanto ser o professor um sujeito que, no ambiente escolar, domina melhor os conteúdos escolares, sabe sobre o patrimônio científico, filosófico e artístico produzido pela humanidade, e tem compreensão mais elaborada sobre a realidade;

assim, investe-se da condição de poder coordenar os trabalhos pedagógicos. No jogo didático entre educador e educando, a relação entre eles não deve ser de passividade, mas de atividade, respeitando, afetuosamente, o desenvolvimento físico, biológico e moral de cada educando. Assim sendo, nela deve haver intervenção do educador, que não é mero coadjuvante, mas protagonista, e como tal deve saber dosar mais intervenção no ponto de partida do processo educativo – leia-se: nas séries iniciais, quando a criança é mais imatura – e menos intervenção no ponto de chegada, pois os educandos já terão alcançado mais autonomia intelectual e moral, mais autodisciplina, podendo, então, gozar de mais liberdade, ou melhor, de menor intervenção dos educadores. Essa clara postura didática em favor do protagonismo docente é diferente da pedagogia nova (toma o professor como “mediador” ou “coordenador” dos trabalhos educativos), “[...] pois ao bel prazer, o discente se formará como ser caótico, síncrese das influências do ambiente” (Martins, 2017b, p. 1006). Além disso, em séries mais avançadas da escola unitária deverá haver o aprofundamento dos estudos, segundo Gramsci, com seminários e, no cotidiano, os educandos que sabem mais sobre determinado assunto deverão exercitar o apoio aos outros colegas, para que o coletivo escolar avance no aprendizado. Neste aspecto, diferentemente de Rousseau como dispõe o argumento recursal, enquanto Rousseau foca no desenvolvimento natural e individual da criança, Gramsci enfatiza a educação como ferramenta de transformação social, com o professor desempenhando um papel ativo na formação de cidadãos críticos.

Ratifica-se gabarito publicado A.

Fontes:

- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere: Antonio Gramsci: introdução ao estudo da filosofia; a filosofia de Benedetto Croce. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; co-edição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- GRAMSCI, A. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004
- O PROFESSOR E A EDUCAÇÃO TRANSFORMADORA: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DE DURKHEIM, DEWEY E GRAMSCI Núcleo de Formação Docente e Prática de Ensino – NUFOPE ISSN: 1981-4682 O+PROFESSOR+E+A+EDUCA%C3%87%C3%83O+TRANSFORMADORA+_CONTRIBUI%C3%87%C3%95ES+TE%C3%93RICAS+DE+DURKHEIM,+DEWEY+E+GRAMSCI%20(1).pdf
- MARTINS, Marcos Francisco. “Tradução” da escola unitária de Gramsci pela pedagogia histórico-crítica de Saviani. ETD – Educação Temática Digital. Campinas, v. 20, n. 4, p. 997-1017. out./dez. 2017b.

BRANCA	VERDE
39	31

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa D.

A supracitada questão aborda as diferentes e atuais constituições familiares. **A família monoparental é formada** por qualquer um dos pais e seus descendentes, naturais ou socioafetivos. Sendo bastante comum nos casos de viuvez ou mães e pais solos.

Fontes:

- CUNHA, Matheus Antonio da. *O conceito de família e sua evolução histórica*. Portal Jurídico Investidura, Florianópolis/SC, 27 Set. 2010.
- DIAS, Maria Berenice. *Manual de direito das famílias* I Maria Berenice Dias. -- 10. ecl. rev., atual. e ampl. -- São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

BRANCA	VERDE
42	36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A assertiva I e II são verdadeiras e a I, afirma que ao conceber a formação da individualidade como processo social, Vygotsky considera que o modo de ser de um sujeito é influenciado pela relação que ele estabelece com os outros, pois “através dos outros que constituímos-nos” (Vygotsky, 2000, p. 24). A assertiva II, justifica a I, quando **argumenta** que uma das propostas que têm sido apontadas para enfrentar os desafios das relações interpessoais na escola é a busca de aporte para a ação docente por meio da “[...] interdisciplinaridade e **pondera** como sendo uma das abordagens epistemológica que nos permite ultrapassar as fronteiras disciplinares e nos possibilita tratar, de maneira integrada, os tópicos comuns às diversas áreas” (Moraes, 2007, p. 39).

Destaca-se ainda que, a prática da interdisciplinaridade tem sido vista como uma estratégia para promover a intercomunicação e a intercompreensão, tendo por base o diálogo e o reconhecimento da legitimidade das diferenças. Com isso, embora não isenta de possibilidades de conflitos, acena para a possibilidade se não das convergências, pelo menos do respeito mútuo. Ainda, segundo Mentis (1997), professora do Instituto de Educação da Massey University, na Nova Zelândia, é preciso que professores demonstrem interesse sincero pelo educando e busquem se atualizar constantemente, caminhem para desvendar mundos ainda não plenamente compreendidos, para a construção da relação entre educador e educando, na perspectiva de propiciar uma convivência saudável, de reforço à confiança e à segurança de todos. O diálogo seria, assim, uma estratégia eficiente como parte do processo de amadurecimento das ações voltadas à supressão das barreiras à comunicação entre os inúmeros desafios enfrentados a cada dia no ambiente escolar. Segundo Mentis, [...] a aprendizagem mediada permite ao indivíduo desenvolver habilidades de pensamento eficientes, possibilitando-o tornar-se aprendiz independente e autônomo. A aprendizagem mediada e a cognição podem fazer o trajeto da aprendizagem efetiva. (Mentis, 1997, p. 13). Dessa forma, a boa relação entre educador e educando se faz fundamental para o desenvolvimento do aluno. Ela lhes possibilita não se aterem presos aos problemas recorrentes da sociedade em que vivem, mas encontrarem saídas que lhes permitam contribuir para fortalecer os laços sociais, respeitando-se as diversidades individuais e coletivas.

Ratifica-se gabarito publicado C.

Fontes:

- MENTIS, Mandia. (Coord.). *Aprendizagem mediada dentro e fora da sala de aula* Tradução de José Francisco Azevedo. São Paulo: Ed. Senac, 1997. 202 p.
- MORAES, Sílvia Elizabeth. Interdisciplinaridade e transversalidade mediante projetos temáticos. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 86, n. 213/214, 2007.
- VIGOTSKI, L. S. Manuscrito de 1929. *Educação & Sociedade*, Campinas, ano XXI, n. 71, p. 21-44, jul. 2000.

Cargo: Psicólogo III

BRANCA	VERDE
02	08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O exemplo sublinhado de empréstimo é o termo “*bonde*”, o qual advém do inglês “*bond*”. A alternativa que o dispõe é, portanto, a correta.

O termo “*restaurante*” advém do latim “*restaurans, -ntis*”, via francês “*restaurant*”. A alternativa que o dispõe sublinhado não é, portanto, a correta.

O termo “*instituição*” advém do latim “*institutio*”. A alternativa que o dispõe sublinhado não é, portanto, a correta.

O termo “*sugestão*” advém do latim “*suggestio*”. A alternativa que o dispõe sublinhado não é, portanto, a correta.

Fontes:

- <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/bonde/>
- <https://dicionario.priberam.org/bonde>
- <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/restaurante/>
- <https://dicionario.priberam.org/restaurante>
- <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/institui%C3%A7%C3%A3o/>
- <https://dicionario.priberam.org/institui%C3%A7%C3%A3o>
- <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/sugest%C3%A3o/>
- <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/a-etimologia-da-palavra-sugestao/25200>

BRANCA	VERDE
03	09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme Cegalla, “a preposição *a* combina-se com os artigos e pronomes demonstrativos *o, os e com o advérbio onde, dando: ao, aos, aonde*”. O contexto em que se enseja essa combinação se dá pela regência do verbo “*ir*”, transitivo indireto por pedir a preposição “*a*”. A alternativa “*Quando a gente queria comemorar um aniversário, celebrar um encontro entre amigos, onde iria?*” é, portanto, a correta.

Os contextos presentes nas opções diversas não ensejam o uso de “*aonde*”, por não carecerem da preposição “*a*”. Em “*Burguês é como galinha: onde anda arranca o verde e deixa o sujo*”, o verbo andar é usado em sentido intransitivo; portanto, sem carecer de preposição. Já o objeto de “*apurava*”, em “[...] *acabou levando também o restaurante do Ramon com suas mesinhas na varanda, sua muralha de pedra e a celeberrima cozinha onde se apurava, misteriosa, a sopa de cabeça de peixe*”, é tão somente um, e direto: “*a sopa de cabeça de peixe*”. O mesmo se pode dizer do objeto de “*cuspir*”, em “*Só o que servia era a varanda singela do Ramon, onde se a gente quisesse podia até cuspir os caroços de azeitonas nas ondas do mar salgado*”, pois é único e direto: “*os caroços de azeitonas*”. As alternativas que os dispõem estão, portanto, incorretas.

Fonte:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 46ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

BRANCA	VERDE
06	01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em “*Depois abriram ruas, plantaram calçamento e começaram a levantar bangalôs [...]*”, os verbos sublinhados se referem a sujeito indeterminado, pois não se indica o agente da ação verbal. Nesse caso, assinalou-se o sujeito indeterminado usando-se o verbo na 3ª pessoa do plural, sem referência a nenhum agente já expresso nas orações anteriores. Não é, portanto, a resposta correta.

Em “*As casas se apertavam, se acumulavam, se entortavam, desiguais e pretensiosas [...]*”, os verbos sublinhados referem-se a sujeito simples, uma vez que esse último conta tão somente um núcleo: “*casas*”. Não é, portanto, a resposta correta.

Já em “*Tanto a índia como a madrinha estavam muito acima daquela feiura*”, o sujeito do verbo sublinhado conta dois núcleos: “*índia*” e “*madrinha*” e, portanto, pode ser corretamente identificado como composto. É, portanto, a alternativa correta.

Em “*Veio agora telegrama nos jornais contando que a Praia de Iracema, qual Atlântida cearense, desaparece ante a fúria das águas*”, cada verbo sublinhado corresponde a um sujeito: “*veio*” tem como sujeito “*telegrama nos jornais*”

[...], e “desaparece” tem como sujeito “a Praia de Iracema”. No entanto, ambos os sujeitos contam apenas um núcleo: “telegrama” e “Praia”, respectivamente, o que impede sua classificação como compostos, senão simples. Não é, portanto, a resposta correta.

Fonte:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 46ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

BRANCA	VERDE
08	03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em “[...] a Fortaleza antiquada [...] resolveu ter um bairro balneário [...]”, há mesmo metonímia, pois troca-se o lugar por seus habitantes. Abaixo, reproduz-se definição de Cegalla, bem como a previsão de sua ocorrência nesse tipo:

Metonímia: Consiste em usar uma palavra por outra, com a qual se acha relacionada. Essa troca se faz não porque as palavras são sinônimas, mas porque uma evoca a outra. Há metonímia quando se emprega:

[...]

f) o lugar pelos seus habitantes ou produtos:

"A América reagiu e combateu." (LATINO COELHO)

Aprecio o madeira. [= o vinho fabricado na ilha da Madeira]

Em “Curvou-se ante os deuses, como um herói de Homero [...]”, há mesmo comparação, conforme se pode verificar a partir da definição de Cegalla:

Comparação: Consiste em pôr em confronto pessoas ou coisas, a fim de lhes destacar semelhanças, características, traços comuns, visando a um efeito expressivo:

Eles não têm ideal: são como folhas levadas pelo vento.

A criança é tal qual uma plantinha delicada: precisa de amor e proteção.

"Como uma informe nódoa, avulta e cresce / a sombra à proporção que a luz recua."

(RAIMUNDO CORREIA)

Em “[...] tudo o mar devora [...]”, há mesmo prosopopeia, conforme se pode verificar a partir da definição de Cegalla:

Personificação: É a figura pela qual fazemos os seres inanimados ou irracionais agirem e sentirem como pessoas humanas. É um precioso recurso da expressão poética. Por meio desta figura, também chamada prosopopeia e animização, empresta-se vida e ação a seres inanimados. Exemplos:

"Lá fora, no jardim que o luar acaricia, um repuxo apunhala a alma da solidão."

(OLEGÁRIO MARIANO)

"Os sinos chamam para o amor." (MÁRIO QUINTANA)

"O rio tinha entrado em agonia, após anos de devastação em suas margens."

(IGNACIO DE LOYOLA BRANDÃO)

Comum é a personificação de conceitos abstratos:

A Morte roubou-lhe o filho mais querido.

Vi a Ciência desertar do Egito..." (CASTRO ALVES)

Já em “[...] à cidade que o amava e que ele amava, peço uma saudade para Ramon”, não há perífrase, senão, novamente, metonímia, em mesmo tipo anteriormente disposto e esmiuçado. Abaixo, reproduz-se definição de Cegalla para perífrase, de modo que se constate sua ausência no trecho:

Perífrase: É uma expressão que designa os seres por meio de algum de seus atributos ou de um fato que os celebrou:

Das entranhas da terra jorra o ouro negro. [= petróleo]

O rei dos animais foi generoso. [= leão]

O Poeta dos Escravos morreu moço. [= Castro Alves]

Os urbanistas tornarão ainda mais bela a Cidade Maravilhosa. [= o Rio de Janeiro]

"... parlamenteia-se hoje com o monstro de mil cabeças." (CARLOS DE LAET) [= a imprensa]

Fonte:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 46ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

BRANCA	VERDE
10	05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme se pode verificar nas fontes abaixo disponibilizadas, “*próceres*” é a forma flexionada em número (plural) tanto do vocábulo “*prócer*” quanto do vocábulo “*prócere*”.

Prócer

substantivo masculino

Homem importante de um partido, de uma classe etc.; magnata. (Var.: prócere.).

Sinônimos de Prócer

Prócer é sinônimo de: chefe, influente, magnata, parede, prestigioso

Definição de Prócer

Classe gramatical: substantivo masculino

Separação silábica: pró-cer

Plural: próceres

Significado de Prócere

substantivo masculino

Variação de prócer.

Definição de Prócere

Classe gramatical: substantivo masculino

Separação silábica: pró-ce-re

Plural: próceres

Vale frisar que ambos os termos “*prócer*” e “*prócere*” possuem registro no VOLP (Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa).

Fontes:

- <https://www.dicio.com.br/procer/>
- <https://www.dicio.com.br/procere/>
- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. VOLP – Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa. Editora Global. São Paulo: 2009.

BRANCA	VERDE
11	13

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Na presente questão deve-se assinalar a alternativa que refere-se ao resultado da função =POW(8, 2) do Microsoft Office Excel 2019. A alternativa D, “64” é a opção CORRETA. De acordo com a solicitação do recurso, no enunciado da questão está descrito “*Microsoft Office 2019*”, e não “*Microsoft Office Excel 2019*” que faz parte dos programas que compõem o Microsoft Office, e é o responsável por permitir usuários realizar cálculos em planilhas eletrônicas. Portanto, a questão deve ser anulada pela falta de informação do enunciado.

Fonte:

- MICROSOFT. POW function. Disponível em <<https://learn.microsoft.com/pt-br/office/client-developer/visio/pow-function>>.

BRANCA	VERDE
12	14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Na presente questão deve-se considerar o modo de segurança do Windows 10 e assinalar a alternativa INCORRETA. A alternativa D, descrito “*Não permite diagnosticar problemas de hardware ou software que possam estar afetando o funcionamento normal do sistema.*” é a opção INCORRETA. De acordo com a solicitação do recurso, existe mais de uma alternativa INCORRETA, letras C e D. No entanto, a alternativa D está INCORRETA baseado em [MICROSOFT, 2024], como descrito a seguir:

O modo de segurança permite diagnosticar problemas de hardware ou software que possam estar afetando o funcionamento normal do sistema.

Em relação a alternativa C, não foi abordado que o modo de segurança remove programas, e sim que ele é usado para remover programas, estando a alternativa CORRETA. Além disso, a questão não relaciona o uso de antivírus.

Portanto, existe apenas uma alternativa INCORRETA na questão, letra D, sendo o gabarito mantido.

Fonte:

- MICROSOFT. Iniciar seu computador no modo de segurança no Windows. Disponível em <<https://support.microsoft.com/pt-br/windows/iniciar-seu-computador-no-modo-de-seguran%C3%A7a-no-windows-92c27cff-db89-8644-1ce4-b3e5e56fe234>>.

BRANCA	VERDE
13	15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Na presente questão deve-se considerar as características de um banco de dados, marcar V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas, e assinalar a sequência CORRETA. A alternativa D, com a sequência “V, V, V” é a opção CORRETA. De acordo com a solicitação de recurso, a alternativa C é a opção CORRETA, solicitando a mudança no gabarito ou ainda que a questão deve ser anulada. No entanto, a alternativa D, com a sequência “V, V, V” está CORRETA baseado em [DATE, 2014], como descrito a seguir:

Item I. Em um banco de dados relacional, cada linha em uma tabela é chamada de registro ou tupla. Cada registro representa uma única entrada em uma tabela.

Item II. Em um banco de dados relacional, cada coluna em uma tabela é chamada de atributo. Um atributo descreve uma propriedade ou característica dos dados armazenados.

Item III. Um dos princípios fundamentais dos bancos de dados relacionais é que os dados são organizados em tabelas (ou relações), o que permite uma estruturação lógica e eficiente das informações.

Portanto, existe uma alternativa CORRETA na questão, letra D, sendo o gabarito mantido.

Fonte:

- DATE, Christopher J. Introdução a Sistemas de Banco de Dados. Editora Campus. 1a Edição, 2004.

BRANCA	VERDE
15	12

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Na presente questão deve-se considerar as características do Windows Defender, marcar V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas, e assinalar a sequência CORRETA. A alternativa D, com a sequência “V, V, V” foi a opção indicada como CORRETA. De acordo com a solicitação de recurso, o item III, “*Inclui um firewall integrado que ajuda a proteger o sistema contra ataques de rede indesejados*”, é uma alternativa falsa e não existe uma sequência correta para “V, V, F”, sendo a questão deve ser anulada. O Windows Defender em si não inclui um firewall integrado; o

firewall é parte do Windows Security, mas é uma funcionalidade separada conhecida como Windows Firewall ou Windows Defender Firewall. Portanto, a questão deve ser anulada pelo item III ser falso e não existir a sequência “V, V, F”.

Fonte:

- MICROSOFT. Microsoft Defender Antivirus in Windows Overview. Disponível em <<https://learn.microsoft.com/en-us/microsoft-365/security/defender-endpoint/microsoft-defender-antivirus-windows?view=o365-worldwide>>.

BRANCA	VERDE
17	20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa CORRETA é a letra **B**. A literatura de cordel aconteceu no Brasil graças às influências que Portugal trouxe consigo. Os cordéis medievais e trovadorescos aqui ganharam outros temas, fortalecendo a cultura regionalista (que hoje representa todo o Norte e Nordeste do Brasil) e tornando-se, no ano de 2018, patrimônio imaterial brasileiro. O cordel é uma impressão de baixo custo feita com prensas, que facilitam sua grande produção e distribuição. Suas temáticas variam muito, mas os mais comuns contam casos e histórias tradicionais da região. Alguns contam com personagens folclóricos, o que fortalece mais ainda a cultura local. Os textos são rimados e metrificados por virem de histórias cantadas por repentistas — tradicionais violeiros do Nordeste brasileiro que cantam histórias improvisadas e rimadas. O cordel tornou-se uma referência de literatura característica do Nordeste brasileiro, fortalecendo ainda hoje a identidade regional que, posteriormente, tornou-se referência em cordel. Por abordar histórias e situações características da região, o cordel fortaleceu o folclore e o imaginário regional. Sua impressão em grande quantidade e rapidez fez com que se popularizasse, principalmente, porque sintetizava de maneira simples histórias. Hoje, a literatura de cordel é reconhecida como patrimônio cultural imaterial, existindo até uma Academia Brasileira de Literatura de Cordel. De origem portuguesa, a literatura de cordel começou com o Trovadorismo medieval, por volta do século XII. Os trovadores cantavam e espalhavam histórias para a população que, na época, era em grande parte analfabeta, mas acabava tendo acesso às histórias por meio dessas canções. Já na Renascença houve muitos avanços tecnológicos, como a prensa mecânica, que deu início à imprensa. A invenção dessa tecnologia permitiu a impressão de grande quantidade de palavras no papel e com maior rapidez. Com essa agilidade na produção, a distribuição da palavra, que até então era apenas cantada, passou a ganhar a casualidade das ruas. Assim começou a cultura do cordel, que era apresentado nas ruas pendurado em cordas – ou cordéis, como é chamado em Portugal –, popularizando histórias regionais. Quando os portugueses chegaram ao Nordeste brasileiro, trouxeram consigo esse costume que aqui fica conhecido como a literatura de cordel, famoso principalmente em Pernambuco. No Brasil, o cordel popularizou-se por volta do século XVIII, quando também ficou conhecida como poesia popular, já que aqui a técnica advinda de Portugal ganhou novas temáticas regionais, divulgando histórias de uma maneira simples, possibilitando que a população compreendesse com facilidade. A propagação do cordel ocorreu por meio dos repentistas (ou violeiros), que, similarmente aos trovadores medievais, cantavam histórias musicadas e rimadas nas ruas das cidades, popularizando os poemas que depois vieram a ser os cordéis.

Fontes:

- <https://blog.mackenzie.br/vestibular/materias-vestibular/qual-e-a-origem-da-literatura-de-cordel>
- <https://www.portugues.com.br/literatura/literatura-de-cordel.html>
- <https://brasilecola.uol.com.br/literatura/literatura-cordel>
- <https://www.significados.com.br/literatura-de-cordel/>

BRANCA	VERDE
19	23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa CORRETA é a letra **B**. As remessas internacionais referem-se à transferência de dinheiro de um país para outro. Essa prática é utilizada para várias finalidades, como apoio financeiro a familiares no exterior, pagamento de serviços prestados por empresas estrangeiras, compra de imóveis ou investimentos em mercados globais. Existem diferentes tipos de transferências internacionais, que variam de acordo com a necessidade do remetente e as políticas de cada país. Podemos citar, por exemplo, as transferências bancárias, realizadas por meio de instituições financeiras (como bancos) e fintechs especializadas em câmbio (como a Remessa Online). O processo de enviar dinheiro para o exterior pode variar dependendo da forma escolhida. No caso das transferências bancárias, o remetente, geralmente, precisa fornecer os dados bancários do destinatário, como número da conta e código SWIFT/BIC, além de preencher um formulário de câmbio com as informações da transferência. Já em serviços como da Remessa Online, é possível utilizar uma plataforma online intuitiva para se guiar durante o processo e fazer tudo de maneira mais clara. Basta criar uma conta, informar os dados do destinatário e fazer a transferência por TED ou PIX. Dependendo da moeda, valor e país enviado, o dinheiro estará disponível para o beneficiário em questão de minutos. É importante lembrar que as transferências estão sujeitas a taxas e tributos, que variam de acordo com o valor enviado e o país de destino. É importante estar ciente desses custos antes de fazer uma transferência internacional. O IOF é um imposto federal aplicado sobre diversas operações financeiras, incluindo remessas internacionais. Para essas transações, a alíquota do IOF pode variar de 0,38% para transferências para terceiros e 1,1% para a mesma titularidade. O spread cambial refere-se à diferença entre o preço de compra e venda de uma moeda estrangeira. Ao fazer uma remessa internacional, você geralmente precisa converter o valor para a moeda do país de destino, e o spread cambial pode influenciar o custo final da transação. É importante estar ciente do que é praticado pela instituição financeira para evitar surpresas desagradáveis. Por fim, é importante considerar as taxas que podem ser cobradas pelo banco ou instituição financeira no país de destino. Ao receber uma remessa internacional, o beneficiário pode ter que pagar taxas adicionais para acessar o dinheiro. Essas taxas variam de acordo com o país e a instituição financeira utilizada.

Fontes:

- <https://www.tecmundo.com.br/produto/281008-remessas-internacionais-veja-enviar-dinheiro-exterior.htm>
- https://www.jornalcorreiodacidade.com.br/noticias/33265-os-riscos-do-envio-internacional-de-dinheiro-e-como-realizar-transacoes-com-seguranca#google_vignette
- https://www.visa.com.br/products/visa-direct/use-cases/global-money-movement.html?utm_source=google-ads&utm_medium=paidsearch&utm_content=awareness-digital-media_eng&utm_campaign=lac-br_
- <https://www.remessaonline.com.br/blog/conheca-5-formas-de-enviar-dinheiro-para-o-exterior/>

BRANCA	VERDE
22	18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa CORRETA é a letra **D**. Em uma simples ida ao supermercado, por exemplo, o consumidor consegue ter uma ideia de alguns produtos que subiram de preço e outros que ficaram mais baratos ao longo do mês. Ao deixar o caixa, ele sente no bolso se houve aumento ou queda no preço total da compra. Com o passar dos meses, poderá avaliar se há um aumento sustentado no preço desses itens, que pode vir a consumir uma parte maior do seu rendimento. Esse é, portanto, o índice de inflação. Além de esclarecer o consumidor sobre a oscilação dos preços, o índice é fundamental para que autoridades alterem as políticas monetárias e tomem medidas econômicas com base nas pressões inflacionárias, que estão presentes o tempo todo, em qualquer economia. Neste conteúdo, vamos entender melhor como o índice funciona e por que a taxa é sentida no seu bolso. O primeiro passo para entender o que é IPCA é saber que a sigla significa Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo e funciona como medidor

oficial da inflação. Calculado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), ele é usado pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) como parâmetro para ajustar as metas de inflação. O índice também é utilizado pelo Copom (Comitê de Política Monetária) para revisar a taxa básica de juros da economia, a Selic. Apesar de ter sido criado em 1979, apenas a partir dos anos 2000 ele passou a ser usado pelo Banco Central como o índice oficial da inflação brasileira. Essa lista de produtos é definida também pelo IBGE por meio da sua Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), que verifica o que a população tem consumido e quanto é gasto com cada um desses itens. Estão sempre inseridos nessa lista itens como arroz, feijão, passagem de ônibus, material escolar e médico, entre muitos outros, que são serviços e produtos que fazem parte da cultura de consumo do brasileiro. Além da variação de preços desses itens, o índice também mede o peso que cada um deles tem no orçamento das famílias.

Fontes:

- <https://www.infomoney.com.br/economia/ipca-de-fevereiro-acelera-para-083-puxado-pelos-precos-da-educacao-diz-ibge/>
- <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/economia/audio/2024-03/inflacao-oficial-acelera-083-em-fevereiro>
- <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php#:~:text=Como%20ele%20%C3%A9%20calculado%3F,pre%C3%A7os%20ao%20consumidor%20no%20per%C3%ADodo.>
- <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/ipca-o-que-e-e-como-e-calculado-o-principal-indice-de-inflacao-do-pais/>

BRANCA	VERDE
23	24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa CORRETA é a letra **A**. O celular pode explodir se for usado enquanto está carregando, em teoria, sim, mas isso é altamente improvável e, geralmente, acontece devido a uma falha no hardware ou no carregador. Algumas precauções simples, como usar um carregador apropriado, podem minimizar o risco de uma explosão. No entanto, é importante destacar que explosões de celulares são muito raras e, geralmente, ocorrem devido a uma combinação de fatores, como o uso de baterias de má qualidade, carregadores incompatíveis ou danos físicos no dispositivo. Além disso, muitas marcas de smartphones têm medidas de segurança internas para prevenir incidentes desse tipo. Em geral, usar o celular enquanto carrega não afeta significativamente a vida útil da bateria do celular. No entanto, algumas coisas podem afetar a vida útil da bateria, incluindo - Temperatura: usar o celular em ambientes muito quentes ou frios pode afetar a vida útil da bateria; Descarga completa: deixar a bateria descarregar completamente antes de recarregá-la também pode afetar a vida útil da bateria. Idade da bateria: a bateria do seu celular pode se desgastar com o tempo, independentemente de como você a usa.

Fontes:

- <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/05/15/celular-explode-e-deixa-adolescente-ferido-em-brasilia.ghtml>
- <https://noticias.r7.com/tecnologia-e-ciencia/capitalist/descubra-por-que-dormir-com-o-celular-carregando-pode-ser-perigoso-16032024>
- <https://www.mundodaeletrica.com.br/usar-o-celular-enquanto-carrega-mitos-verdades>

BRANCA	VERDE
26	29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão debatida exigiu do candidato o conhecimento literal do Art. 43 da Lei nº 2.378/1992, sem maiores especificidades ou interpretações.

Vejamos:

Art. 43 – Os funcionários terão direito à percepção das gratificações e adicionais seguintes:

I. gratificações:

a. pelo exercício de função de direção, chefia ou assessoramento;

As demais alternativas constam no rol **dos adicionais**, vejamos:

Art. 43 – Os funcionários terão direito à percepção das gratificações e adicionais seguintes:

[...]

II. adicionais:

a. por tempo de serviço;

b. pelo exercício de atividade, insalubres ou perigosas;

c. pela prestação de serviço extraordinários;

d. pela prestação de serviço noturno;

e. de férias;

f. outros relacionados ao local ou natureza do trabalho.

Deste modo, a exceção exigida no enunciado do item é evidenciada na **letra D) Pelo exercício de função de direção, chefia ou assessoramento.**

Fonte:

- <http://www.preveni.com.br/index.php/produto/legislacao/36-o-instituto/legislacao/30-leis>

BRANCA	VERDE
30	28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A resposta correta reproduz na literalidade os termos da Lei Municipal nº 2.378, de 29 de dezembro 1992.

Vejamos as disposições da norma.

Art. 162 – Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, poderão ser efetuadas contratações de pessoal por tempo determinado, mediante contrato de locação de serviços.

Art. 163 – Consideram-se como de necessidade temporária de excepcional interesse público as contratações que visem a:

I. combater surtos epidêmicos;

II. atender a situações de calamidade pública

III. permitir a execução de serviço por profissional de notória especialização, nas áreas de pesquisa científica e tecnológica;

IV. atender a outras funções de urgência que vierem a ser definidas em lei.

* 1º - As contratações de que trata este artigo terão dotação específica e obedecerão aos seguintes prazos: I. **nas hipóteses dos incisos I e II, 6 (seis) meses;**

II. na hipótese dos incisos III e IV, até 48 (quarenta e oito) meses.

* 2º - Os prazos de que trata o parágrafo anterior **são improrrogáveis.**

Fonte:

- <http://www.preveni.com.br/index.php/produto/legislacao/36-o-instituto/legislacao/30-leis>

BRANCA	VERDE
31	37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com a situação exposta no enunciado da questão, ou seja, “Durante uma sessão de terapia, um psicólogo percebe que as informações compartilhadas pelo cliente podem ser relevantes para um caso judicial em andamento. O cliente é uma testemunha-chave em um caso de guarda de crianças e revela informações que poderiam influenciar a decisão do tribunal. O psicólogo está ciente de que o Código de Ética Profissional do Psicólogo estabelece diretrizes claras sobre confidencialidade e o manejo de informações sensíveis.”, é sinalizado que o psicólogo possui ciência do que o código de ética profissional estabelece e direciona mediante tais casos. Esse conhecimento ao qual o enunciado se refere são relativos aos artigos 9º “É dever do psicólogo respeitar o sigilo profissional a fim de proteger, por meio da confidencialidade, a intimidade das pessoas, grupos ou organizações, a que tenha acesso no exercício profissional”; bem como aos Art. 10 “Nas situações em que se configure conflito entre as exigências decorrentes do disposto no Art. 9º e as afirmações dos princípios fundamentais deste Código, excetuando-se os casos previstos em lei, o psicólogo poderá decidir pela quebra de sigilo, baseando sua decisão na busca do menor prejuízo. Parágrafo único – Em caso de quebra do sigilo previsto no caput deste artigo, o psicólogo deverá restringir-se a prestar as informações estritamente necessárias” e, por fim, o Art. 11 “Quando requisitado a depor em juízo, o psicólogo poderá prestar informações, considerando o previsto neste Código”. Tendo em vista esses artigos de Código de Ética Profissional do Psicólogo, é fundamental respeitar a confidencialidade das informações do cliente. O psicólogo só deve quebrar essa confidencialidade em casos específicos determinados por lei, como uma ordem judicial. Essa orientação é ilustrada somente na alternativa C, “Manter a confidencialidade das informações, a menos que haja uma ordem judicial específica para divulgá-las, desde que se restrinja a prestar as informações estritamente necessárias.” (artigos 10 e 11). A alternativa A se opõe ao que está sinalizado aos artigos citados porque jamais o profissional pode compartilhar uma informação confidenciais a ele (artigo 9º); a opção B ao indicar um encorajamento ao cliente, explicita um juízo de valor por arte do psicólogo, o que também é vedado pelo código de ética profissional; e, a opção D, em outro direcionamento, indica que o profissional deva ignorar a situação e sob justificativa de se manter neutro em questões judiciais, ao contrário do que recomenda o artigo 11. Logo, a alternativa C é a única correta de acordo com o referido código de ética profissional.

Fonte:

- Código de Ética Profissional do Psicólogo. Agosto de 2005. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/06/WEB_29535_Codigo_de_etica_da_profissao_14.04-1.pdf

BRANCA	VERDE
32	38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A resposta correta é a alternativa B, “Descentralização político-administrativa”, por retratar um princípio que é um dos pilares do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Em outras palavras, sendo o SUAS é uma política pública de Seguridade Social, não-contributiva, estruturada no Sistema Único de Assistência Social. Ele se baseia em diretrizes estruturantes que incluem:

Primazia da responsabilidade do Estado: O Estado é o principal responsável pela assistência social.

Descentralização político-administrativa: A gestão e as políticas da assistência social são descentralizadas e integradas entre União, estados e municípios.

Financiamento partilhado entre União, Estados, DF e Municípios: Os entes federados colaboram no financiamento das ações.

Matricialidade sociofamiliar: A família é o foco central das ações.

Territorialização: As ações são adaptadas às necessidades locais.

Fortalecimento da relação democrática entre Estado e sociedade civil: Controle social e participação popular são incentivados.

Portanto, a descentralização político-administrativa é fundamental para garantir que a assistência social seja efetiva e alcance todos os cidadãos. Ela permite que as decisões sejam tomadas mais próximas das comunidades, considerando suas particularidades e necessidades específicas. Logo, quando é explicitado no enunciado da questão que as ações assistenciais de uma Secretaria de Assistência Social comprometida com as políticas públicas de assistência social devem se pautar nos princípios do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), é sinalizado que essa secretaria esteja comprometida com os referidos princípios e a única alternativa que prevê um deles é alternativa. B.

Fontes:

- Gomes Quinonero, C., Takeo Ishikawa, C., Cristina, R., Nascimento, J., & Mantovan, R. (2013). Princípios e diretrizes da Assistência Social: da LOAS à NOB SUAS. In O Social em Questão -Ano XVII (pp. 30–2013). http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_30_Quinonero_3.pdf
- Reis, K. Marcos normativos do Sistema Único de Assistência Social. Atualizado em: 4 de junho de 2020. Disponível em: <https://blog.gesuas.com.br/marcos-normativos-do-suas/>

BRANCA	VERDE
33	39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa correta para a questão sobre o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é a letra D, haja vista que o SUAS tem como objetivo a universalização dos direitos sociais, a ampliação da cobertura e o aprimoramento da qualidade dos serviços, programas, projetos e benefícios. Ele está organizado para garantir a proteção social aos cidadãos, apoiando indivíduos, famílias e comunidades no enfrentamento de suas dificuldades. Em relação a alternativa A, vale destacar que transferência de renda é uma parte importante da política de assistência social, mas não é o objetivo fundamental do SUAS. O SUAS visa garantir a segurança de sobrevivência e de rendimento, mas dentro de um contexto mais amplo de proteção social. No que se refere a opção B, a assistência social no Brasil, organizada pelo SUAS, não é um benefício temporário e condicionado à busca por emprego. Ela é um direito do cidadão e dever do Estado, oferecendo suporte contínuo a indivíduos e famílias em situações de vulnerabilidade, independentemente de sua situação de emprego. Por fim, a alternativa C refere-se a operacionalidade do SUAS, que reside em um modelo de gestão participativa, articulando os esforços e recursos dos municípios, estados e União. A participação social não está condicionada às decisões centralizadas no governo federal, mas sim é exercida de forma democrática e descentralizada, envolvendo diversos atores da sociedade civil.

Fontes:

- MEDEIROS, Juliana. A Gestão de Benefícios do SUAS. Blog do GESUAS. Disponível em: <https://blog.gesuas.com.br/gestao-beneficios-suas/>.
- SUAS. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas> Acesso em: 23 maio 2024.

BRANCA	VERDE
34	40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A resposta correta para a questão sobre o Benefício de Prestação Continuada (BPC) de acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) é a alternativa A, visto que o BPC é um benefício assistencial que não exige contribuição prévia ao sistema de seguridade social, mas garante um salário-mínimo mensal ao idoso com 65 anos ou mais e à pessoa com deficiência de qualquer idade, desde que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família. As demais alternativas estão incorretas porque, no caso da opção B: O BPC não exige comprovação de incapacidade para o trabalho e para a vida independente, mas sim a incapacidade de prover a

própria manutenção ou de tê-la provida pela família. Na sequência, a alternativa C é equivocada porque o BPC não é um auxílio decorrente de contribuição prévia, é um benefício não contributivo. Por fim, a afirmação contida na opção D é incorreta porque o BPC não é destinado apenas a idosos, mas também às pessoas com deficiência de qualquer idade.

Fonte:

- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME, M. D. S. C. F. Benefício de Prestação Continuada (BPC). Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/beneficios-assistenciais/beneficio-assistencial-ao-idoso-e-a-pessoa-com-deficiencia-bpc>

BRANCA	VERDE
37	34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A resposta correta para a questão sobre a ação mais alinhada com as diretrizes para a atuação do psicólogo no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) é a explicitada na alternativa A, ou seja, “a condução de grupos de apoio para vítimas de violência doméstica, proporcionando um espaço para compartilhamento e suporte mútuo”, está em consonância com as práticas recomendadas para psicólogos que trabalham em CREAS. Esses grupos de apoio são essenciais para criar um ambiente seguro onde os indivíduos podem compartilhar suas experiências e receber orientação, o que é parte fundamental do trabalho psicossocial em contextos de violência doméstica. As outras opções, embora possam fazer parte do trabalho em um CREAS, não são especificamente mencionadas como diretrizes para a atuação do psicólogo nesse contexto. A colaboração com a rede de serviços locais e a implementação de programas de intervenção comunitária são importantes, mas a questão destaca a ação que está diretamente alinhada com as diretrizes para a atuação do psicólogo, o que faz da opção A a mais adequada. Especificamente, as demais opções da questão sobre a atuação do psicólogo no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) são consideradas incorretas no contexto da pergunta por estes motivos:

alternativa B: A colaboração com a rede de serviços locais para garantir assistência jurídica adequada às vítimas de violência doméstica é uma ação importante, mas não é especificamente uma diretriz para a atuação do psicólogo. O papel do psicólogo está mais focado no apoio psicossocial do que na assistência jurídica em si.

Alternativa C: A implementação de programas de intervenção comunitária que visem prevenir a violência doméstica através da educação e sensibilização é uma iniciativa valiosa, mas a questão pede uma ação que esteja alinhada com as diretrizes para a atuação do psicólogo no CREAS. Essa opção descreve mais uma ação preventiva e educativa de âmbito comunitário do que uma intervenção psicológica direta.

alternativa D: O oferecimento de sessões de psicoterapia em grupo e/ou de longa duração focadas na cura de traumas individuais das vítimas de violência doméstica é uma prática terapêutica relevante, mas não é mencionada como uma diretriz específica para a atuação do psicólogo no CREAS dentro da Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

Portanto, a opção A é a mais correta porque está diretamente relacionada ao trabalho psicossocial que é central para a atuação do psicólogo no CREAS, conforme as diretrizes da PNAS. É importante notar que, embora as outras opções possam ser parte do trabalho em um CREAS, a questão se refere especificamente às diretrizes para a atuação do psicólogo.

Fonte:

- CENTRO DE REFERÊNCIA EM POLÍTICAS PÚBLICAS-CREPOP, Conselho Federal de Psicologia. Referências Técnicas sobre a Prática de Psicólogos (os) no Centro de Referência Especializado da Assistência Social (Creas). CFP. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/referencias-tecnicas-sobre-a-pratica-de-psicologas-os-no-centro-de-referencia-especializado-da-assistencia-social-creas/>

BRANCA	VERDE
38	35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado da questão foi claro ao solicitar que o candidato indicasse alternativa que trata sobre o objetivo primário da abordagem cognitivo-comportamental aplicada para grupos de mulheres que sofreram violência doméstica. A TCC em grupo para vítimas de violência doméstica visa principalmente ajudar os participantes a identificarem e alterar padrões de pensamento que perpetuam o ciclo de trauma e sofrimento. Isso é feito através de técnicas que desafiam e reestruturam essas crenças, promovendo a recuperação e o empoderamento. Ao modificar esses pensamentos disfuncionais, as mulheres podem desenvolver uma perspectiva mais adaptativa sobre si mesmas e sobre o mundo ao seu redor, o que pode ajudar na recuperação do trauma e na prevenção de futuras situações de violência.

Embora criar um espaço de suporte mútuo seja uma parte importante de um grupo de terapia para mulheres que vivenciaram violência doméstica, não é necessariamente o objetivo primário da abordagem cognitivo-comportamental.

É uma consequência possível do trabalho realizado durante o processo terapêutico, à medida que as mulheres modificam suas crenças disfuncionais e desenvolvem estratégias de enfrentamento mais adaptativas.

Fonte:

- Gomes, Mariana, et al. "PSICOTERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL PARA MULHERES EM SITUAÇÃO de VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: REVISÃO SISTEMÁTICA." *Psicologia Clínica*, vol. 31, no. 1, 2019, pp. 145-165, www.redalyc.org/journal/2910/291059507008/html/.

BRANCA	VERDE
39	36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A Gestalt-terapia enfatiza a importância do aqui-e-agora, e o terapeuta trabalha para aumentar a consciência do cliente sobre suas experiências presentes, incluindo emoções e necessidades, promovendo a integração e a aceitação de si mesmo.

O foco da Gestalt-Terapia é no presente, no aqui e agora, e em como os padrões de comportamento e pensamento do paciente estão se manifestando no momento atual.

A técnica da cadeira vazia é uma ferramenta comum utilizada para ajudar o paciente a entrar em contato com diferentes aspectos de si mesmo e integrá-los de forma mais completa. Isso promove a conscientização e a integração, auxiliando o paciente a se tornar mais autêntico e congruente consigo mesmo.

Abordagem gestáltica valoriza a autoconsciência e a autodireção do paciente, o terapeuta não adota uma postura passiva. Pelo contrário, o terapeuta é ativo no processo terapêutico, facilitando a conscientização do paciente e ajudando-o a explorar suas experiências de forma mais profunda e significativa.

Fonte:

- Santos, Manoel Antônio dos, Silva, Patrícia Francielly Araújo Lara, Nascimento, Lucila Castanheira, & Farinha, Marciana Gonçalves. (2020). *Psicoterapia de abordagem gestáltica: um olhar reflexivo para o modelo terapêutico*. *Psicologia Clínica*, 32(2), 357-386. <https://dx.doi.org/10.33208/PC1980-5438v0032n02A08>

BRANCA	VERDE
41	47

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Cabe mencionar que a questão foi elaborada de acordo com a bibliografia citada, a mesma de forma clara e coesa abordou os fatores como as habilidades no constructo do termo inteligência e não tinha como objetivo aprofundar no conteúdo. Dentre as afirmativas a letra **A** está incorreta, portanto está deverá ser a escolha do candidato.

Fonte:

- DALGALARRONDO, Paulo. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2008 p. 277-295.

BRANCA	VERDE
42	48

Recurso Procedente. Questão Anulada.

A questão deve ser anulada, considerando que houve erro de digitação fazendo com que a questão ficasse incompleta.

BRANCA	VERDE
43	49

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

É importante destacar que a questão afirma que “Nenhuma análise é igual à outra. Os terapeutas não trabalham todos de igual maneira, nem é plausível supor que todos os pacientes devam ser ajustados da mesma forma. Embora tais afirmações pareçam óbvias, na prática a tendência é cada terapeuta defender seu modo próprio de trabalhar, considerando-o, em geral, o mais adequado a todos os pacientes”

A citação compõem dados científicos e de acordo com (Hegenberg, Mauro 2010 p. 11). Portanto, a informação não condiz a opinião pessoal em momento algum, estando disponível a referência bibliográfica para conferência.

Fonte:

- HEGENBERG, Mauro. **Psicoterapia breve. Na clínica psicanalista**. 3 ed. Casa do psicólogo. 2010 p. 11-12.

BRANCA	VERDE
44	50

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão elaborada teve como objetivo apresentar nome de autores importantes para a psicoterapia breve. Dentre as alternativas, a letra **D** está incoerente, considerando que o autor citado é da abordagem centrada na pessoa, assim como mencionado na bibliografia usada para elaboração da questão. Ressalta-se ainda que Carl Ransons Rogers era contrário aos pensamentos dos outros autores citados.

Fonte:

- HEGENBERG, Mauro. **Psicoterapia breve. Na clínica psicanalista**. 3 ed. Casa do psicólogo. 2010 p. 34-35.

BRANCA	VERDE
45	41

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Não se verifica nenhuma falha na redação da afirmativa III que possa gerar ambiguidade de interpretação, o que tornaria a frase equivocada. Ora, o texto da afirmativa está correto e sem nenhum vício linguístico, sempre se referindo à avaliação psicológica, esta que pode incluir também entrevistas, observações e análise de documentos, além de testes psicológicos. Enquanto os testes psicológicos fornecem informações específicas sobre determinadas características do indivíduo (por exemplo, inteligência, personalidade), a avaliação psicológica como um todo pode fornecer respostas mais amplas e abrangentes, considerando múltiplos aspectos da vida e do funcionamento psicológico do indivíduo.

Fonte:

- Conselho Federal de Psicologia (CFP). Cartilha avaliação psicológica. 3ª Ed. Brasília, Agosto de 2022 p. 11.

BRANCA	VERDE
46	44

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A motivação e aprendizagem estão no conteúdo programático do concurso. Dentre as afirmativas apresentadas somente a terceira alternativa está incoerente de acordo com a teoria dos autores citados. Portanto, a letra que o candidato deverá marcar é **A**.

A alternativa afirma que; no caso da escola, **a motivação está dentro do sujeito que aprende**, são as consequências do aprender, e também e exclusivamente a própria atividade em si que movem a pessoa em direção à aprendizagem. Ou seja no caso da escola a motivação está fora do sujeito que aprende.

Fonte:

- Nunes, Ana Ignez Belém Lima & Rosemary Nascimento Silveira. **Psicologia da aprendizagem**. 3. ed. rev. Fortaleza: Eduece, 2015 p. 112.

BRANCA	VERDE
48	46

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão elaborada teve como objetivo apresentar o SUS e seus princípios. Dentre as alternativas a letra **A** está incorreta, pois, a mesma apresenta um dos **objetivos e atribuições do SUS**, o que não se pede na questão.

Fonte:

- Brasília, DF: Senado, 1988. Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm

BRANCA	VERDE
50	42

Atualizado em 26/06/2024.

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Ao analisar a questão constata-se que o enunciado solicitou que indicasse a alternativa incorreta, ao passo que fora indicada corretamente no gabarito preliminar a alternativa A, pois a síndrome de Burnout não é caracterizada por ataques súbitos de ansiedade. Em vez disso, é um processo gradual de esgotamento emocional, despersonalização e baixa realização profissional. Os sintomas físicos e emocionais associados ao Burnout geralmente se desenvolvem ao longo do tempo devido ao estresse crônico no trabalho, e não são caracterizados por ataques súbitos de ansiedade. Contudo, verifica-se que na alternativa B consta ainda a nomenclatura inadequada da palavra “definhada”, sendo que o correto deveria ser “definida”, de modo que é adequado afirmar que o erro torna a alternativa incorreta. Sendo assim, é medida que se impõe a anulação da questão por haver mais de uma alternativa incorreta, conforme solicitou o comando da questão.

Fonte:

- MENEZES, Claudia P. DA S. R. & ORG. Saúde mental: Aspectos ocupacionais e psicossociais. 1ª ed. Belo Horizonte/MG: Poisson, 2020.

III DAS CONCLUSÕES

Face ao exposto, após análise dos recursos, os mesmos foram julgados, de acordo com as decisões e fundamentações supraelencadas.

Publique-se,

5 de junho de 2024
INSTITUTO CONSULPLAN